

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS.  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA.

AMANDA CRISTINE CÉZAR SEGURA.

A DISPUTA PELA REPRESENTATIVIDADE DOS TRABALHADORES:  
as posições do PT e do PCB durante o processo de redemocratização.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. DR. Marcelo Badaró Mattos.

Niterói, RJ  
2014

AMANDA CRISTINE CÉZAR SEGURA

A DISPUTA PELA REPRESENTATIVIDADE DOS TRABALHADORES:  
as posições do PT e do PCB durante o processo de redemocratização.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. DR. Marcelo Badaró Mattos.

Niterói, RJ  
2014

S556 Segura, Amanda Cristine Cézar.

A disputa pela representatividade dos trabalhadores: as posições do PT e do PCB durante o processo de redemocratização / Amanda Cristine Cézar Segura. – 2014.

147 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

Bibliografia: f. 143-147.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Partido Comunista Brasileiro. 3. Democratização. I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 324.281

AMANDA CRISTINE CÉZAR SEGURA

A DISPUTA PELA REPRESENTATIVIDADE DOS TRABALHADORES:  
as posições do PT e do PCB durante o processo de redemocratização.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito para obtenção do título  
de Mestre

Aprovada em dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – Orientador.  
UFF

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier.  
UNIFOA

Prof. Dr. Ricardo da Gama Rosa Costa.  
FFSD

Niterói, RJ,  
2014

### **Epígrafe**

*- Não há morte. O encontro de duas expansões, ou a expansão de duas formas, pode determinar a supressão de uma delas; mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a supressão de uma é princípio universal e comum. Daí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais feitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é agradável ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.*

*- Mas a opinião do exterminado?*

*- Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias.*

*( Quincas Borba, Capítulo VI, 6).*

## **Agradecimentos**

Os agradecimentos em uma tese podem ser vistos por alguns apenas como algo formal, uma espécie de obrigação, mas, de fato, o meu ato de agradecer com estas linhas é reconhecer a importância que diversas pessoas tiveram para produção dessa dissertação aqui apresentada, é deixar claro que a participação destas pessoas foi fundamental para que o processo de construção acontecesse, e não só no plano intelectual, pois a escrita acadêmica não se faz sozinha sem que todo o nosso ser esteja envolvido. Assim, além de agradecer a todos que compartilharam comigo de suas ideias e opiniões, agradeço aos que ofereceram seus carinhos e sentimentos.

Gostaria de agradecer aos professores Ricardo Costa e Felipe Demier, que aceitaram o convite de constituir a banca examinadora, cuja contribuição no avanço desse trabalho foi imensa, seus apontamentos foram fundamentais na qualificação e em possíveis desdobramentos dessa pesquisa a partir de seus comentários sobre a dissertação.

Ao meu orientador, Marcelo Badaró, além da orientação intelectual através de enriquecedores debates, indicações de fontes e referências bibliográficas, tornou essa dissertação possível ao incentivar o seu prosseguimento apesar das dificuldades apresentadas na sua execução em decorrência da minha gravidez. A ele serei eternamente grata pelo entendimento da completude da vida humana irrestrita ao mundo acadêmico.

Aos amigos e amigas, Talita, Assis, Mariana, Vinícius, Marina, Edmilson, Ricardo e Nestor, pela ajuda, pelo carinho e palavras de incentivo que foram tão fundamentais no prosseguimento do meu desenvolvimento.

À minha família pelo incentivo, pelo amor incondicional e por fazer de tudo pela minha felicidade. É bom ter podido contar com a ajuda e o carinho da família: Eliane, Alê, Matheus, Anderson, Bete, Thainá, Thaís, Ana Júlia, Maria Clara, Leo, Lívia e tantos outros ainda presentes, além daqueles que se ausentaram: César, Noemy e Therezinha.

Ao meu filho Thomás que coloriu mais ainda a minha existência e esteve presente na defesa nos braços de minha irmã e amiga.

Ao meu mestre Jorge Willian, meu companheiro, que me proporcionou e proporciona múltiplos ensinamentos, inclusive, a beleza da disciplina História.

A DISPUTA PELA REPRESENTATIVIDADE DOS TRABALHADORES:  
as posições do PT e do PCB durante o processo de redemocratização.

AMANDA CRISTINE CÉZAR SEGURA

**RESUMO**

A Reforma Partidária de 1979 possibilitou o surgimento de uma nova força política no campo da oposição de esquerda à ditadura instalada no Brasil, o Partido dos Trabalhadores. Este questionava as formas de combate ao regime ditatorial promovidas pelo único partido de oposição permitido até aquele momento, o MDB (futuro PMDB) e defendia novas táticas para se contrapor à ditadura. O PT definia-se como defensor da classe trabalhadora e tentava se afirmar no campo da esquerda, por isso a construção de sua identidade teve que perpassar pela diferenciação com o partido de esquerda mais expressivo historicamente no Brasil até então, o Partido Comunista Brasileiro. Mesmo com a Reforma Partidária, este partido permaneceu ilegal e manteve sua linha política, estabelecida no seu VI Congresso que se realizou em 1967. A proposta pecebista era de atuar politicamente no interior do (P)MDB a partir da construção de uma frente antiditatorial das oposições, cujo objetivo era restabelecer o regime democrático.

Mesmo com objetivos semelhantes, derrubar o regime ditatorial e lutar pela democracia, os partidos, PT e PCB, adotaram táticas diferentes e tinham concepções de democracia distintas para aquele momento. O PCB apostou na negociação com o governo e com as diversas forças políticas. Já o PT se contrapôs ao processo de redemocratização negociado, criticou a conciliação de forças políticas antagônicas e apostava que o fortalecimento dos movimentos sociais seria o que possibilitaria a mudança de regime.

Dessa maneira, essa dissertação discute a disputa de projetos de (re)democratização promovida por PT e PCB no seio da classe trabalhadora e as táticas adotadas por esses partidos durante o processo de mudança de regime político no Brasil.

**Palavras-chave:** PT, PCB, redemocratização.

## RESUMÉ

La Réforme Partidaire de 1979 a rendu possible le surgissement d'une nouvelle force politique dans le champ de l'opposition de gauche à la dictature installée au Brésil, le Parti des Travailleurs (PT). Ce parti mettait en question les manières de combat au régime dictatorial entraînées par le seul parti d'opposition autorisé jusqu'à ce moment-là, le MDB (futurément PMDB) et défendait des nouvelles tactiques pour faire face à la dictature. Le PT se définissait comme le défenseur de la classe ouvrière et essayait de s'affirmer dans le champ de gauche. C'est pourquoi la construction de son identité a dû passer par le biais de la différenciation envers le parti de gauche historiquement le plus expressif au Brésil jusqu'alors, le Parti Communiste Brésilien (PCB). Même sous la Réforme Partidaire, le PCB est resté dans l'illégalité et a maintenu sa ligne politique établie lors du VI Congrès qui a eu lieu en 1967. La proposition du PCB étant celle d'agir politiquement à l'intérieur du (P)MDB à partir de la construction d'un front antidictatorial des oppositions dont le but était de rétablir le régime démocratique.

Bien que PT et PCB aient eu des objectifs pareils, c'est-à-dire renverser le régime dictatorial et se battre pour la démocratie, ils ont adopté des tactiques différentes et ils ont eu des conceptions distinctes pour ce moment-là. Le PCB a voulu parier sur la négociation avec le gouvernement et avec les plusieurs forces politiques. Le PT par contre s'est opposé au processus de redémocratisation accordé, il a critiqué la conciliation de forces politiques antagoniques et a parié sur le renforcement des mouvements sociaux comme la voie pour rendre possible le changement du régime.

De cette façon, ce mémoire de maîtrise met en discussion la concurrence de projets de (re)démocratisation menée par le PT et le PCB dans le sein de la classe ouvrière et les tactiques adoptées par ces partis pendant le processus de changement de régime politique au Brésil.

**Mots-clés:** PT, PCB, (re)démocratisation.

## SUMÁRIO

I) Introdução.....	9
<b>Capítulo 1: Os trabalhadores voltam à cena política: a formação do Partido dos Trabalhadores e a orientação política do Partido Comunista Brasileiro.....</b>	<b>16</b>
1.1 A continuidade da linha política pecebista.....	19
1.2 As discordâncias internas geradas pela continuidade da linha política do partido.....	25
1.3 A defesa da democracia e os renovadores.....	30
1.4 O PCB, o movimento sindical e a greve do ABC em 1980.....	33
1.5 A formação do PT.....	38
1.6 O caráter anticapitalista e classista do PT.....	42
<b>Capítulo 2: A atuação política do PT e do PCB no processo eleitoral e nos movimentos sociais.....</b>	<b>51</b>
2.1 O PT e as eleições de 1982.....	52
2.2 O PCB e as eleições de 1982.....	57
2.3 As avaliações do PT e PCB acerca das eleições de 1982.....	65
2.4 As posições do PT e PCB em relação à CUT.....	71
2.5 Os posicionamentos do PT e PCB no movimento das “Diretas-já” e nos desdobramentos da campanha.....	79
<b>Capítulo 3: As contraposições do PT e do PCB no período da Nova República.....</b>	<b>84</b>
3.1 PCB e PT: o apoio e a crítica à Nova República.....	86
3.2 A Aliança Democrática e as eleições.....	93
3.3 O debate acerca da inflação no período anterior ao Cruzado.....	109
3.4 O Plano Cruzado: um novo debate econômico e político.....	118
3.5 PCB e PT em uma nova contraposição: o Plano Cruzado.....	122
3.6 Alguns resultados das eleições de 1986, a vitória da Aliança Democrática, a crise do Cruzado e o fortalecimento do PT.....	130
IV) Conclusões.....	140
Bibliografia.....	143
Documentos .....	147

## I- Introdução

(...) a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico. (GRAMSCI, 1978, 24).

Como nos mostra Gramsci, estudar a história de um partido significa também analisar o grupo social do qual o partido é expressão, já que este surge, ao mesmo tempo, como resultado da organização de um grupo social e para organizá-lo na luta por seus interesses. Assim, há uma relação intrínseca e dialética entre partido político e o grupo social, ao qual o partido está relacionado, posto que o partido permite uma maior homogeneidade da classe, devido à sua função intelectual. Em outras palavras, o partido tem o papel de dirigir, organizar e educar o grupo social ao qual está vinculado (GRAMSCI, 2000,15), auxiliando na formação da subjetividade coletiva daquele. Dessa maneira, o partido permite o aumento da conscientização do seu grupo, visto que contribui para que este perceba o seu lugar na sociedade regida por conflitos de classes e, conseqüentemente, por interesses divergentes, muitas vezes, antagônicos. O grupo social por meio do seu partido compreende melhor seus interesses, que são antagônicos aos de outras classes ou grupos, o que ajuda na constituição da identidade desse grupo.

A relação entre partido e grupo social em Gramsci é bem complexa, visto que é uma relação de mão dupla. Para o autor, o grupo se organiza politicamente quando ultrapassa os interesses estritamente imediatos, econômicos e políticos, associados meramente a reforma jurídica, num sentido de ser contemplado de alguma maneira na esfera legal, mas sem o questionamento da estrutura estabelecida (GRAMSCI, 1978, 50).

O partido político também é responsável por germinar a vontade coletiva do grupo do qual é expressão, colocando em ação os anseios do seu grupo a partir da difusão e organização

de suas concepções de mundo (ideologias<sup>1</sup>), assim, fomenta a vontade coletiva e tenta transformá-la em realidade.

Dessa maneira, os partidos políticos tem um papel fundamental de produzir e difundir na sociedade as ideologias dos grupos fundamentais, tentando torná-las hegemônicas. Para isso se tornar possível, é necessário que eles cumpram sua função intelectual e produzam também seus intelectuais orgânicos (dirigentes) que também teriam esse mesmo papel. Devemos observar que nem sempre um partido corresponde a esta tarefa de conseguir ser o elemento organizador de uma classe, construir e/ou divulgar sua ideologia de classe e de produzir os quadros necessários para tudo isto. Neste caso, no máximo teríamos uma vanguarda deslocada de sua classe social. Outra coisa importante é lembrarmos que a classe proletária não pode ser incorporada por um sindicato ou um partido político. Ela pode ser representada por eles, mas não absorvida em sua totalidade. Por isso mesmo é possível que a classe esteja dividida e adote mais de uma posição ideológica e partidária- e isto sem contar que ocorre a influência da ideologia burguesa sobre os indivíduos que compoem a classe proletária. Cabe, portanto, ao(s) partido(s) político(s) que deseja(m) representar a classe trabalhadora, formular políticas para, como nos fala Trotsky, ganhar a sua confiança. Esta conquista é fundamental para o revolucionário russo, a ponto de em diversos momentos<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Na tradição marxista, sinteticamente, existem duas concepções de ideologia. Uma destas, presente em *A Ideologia Alemã*, realça o papel da ideologia como falseamento da realidade, ideias que dificultam a percepção os conflitos sociais existentes na sociedade capitalista. Em outra concepção, presente, por exemplo, no *Prefácio à Crítica da Economia Política* de Marx, a ideologia (as “formas ideológicas”) passa a ser visão de mundo que pode permitir, inclusive, a tomada de consciência dos conflitos sociais pelos homens. Sobre isso ver os livros de Michael Löwy e de João de Almeida Santos presentes na bibliografia.

<sup>2</sup> Aqui podemos lembrar algumas das falas de Leon Trotsky. Este já em 1937 diz que “o proletariado apenas pode conquistar o poder por intermédio de sua vanguarda (...). A vanguarda revolucionária, organizada em partido, cristaliza as aspirações de liberdade das massas. Se a classe não confia na vanguarda, se a classe não apóia a vanguarda, nem sequer se pode falar de conquista do poder”. (TROTSKY, 2003, p. 11). Conquistar a confiança da classe é um fator fundamental que em Trotsky já aparecia em seu texto de 1923 e em outros textos. Sua concepção sobre a relação entre sindicato e partido também se faz importante. Após refletir sobre o fato de que a classe operária se encontra dividida, e tentando responder à crítica feita por Robert Louzon que dizia que o partido (comunista) queria se incorporar à classe operária, Trotsky afirma que “nem para o partido nem os sindicatos” cabe, incorporar-se ao proletariado, “mas sim de ganhar a confiança do proletariado (...). Se o proletariado como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado. (...) Os comunistas não temem a palavra ‘partido’, porque seu partido não tem, nem terá, nada em comum com outros partidos. Seu partido não é um dos partidos políticos do sistema burguês. (...) Por isso os comunistas não tem nenhuma razão- nem ideológica, nem argumentativa- para se esconder atrás dos sindicatos. Não os utilizam para maquinações de bastidor. Não os rompem quando estão em minoria. Não perturbam de maneira alguma o desenvolvimento independente dos sindicatos e apóiam suas lutas com todas suas forças. Mas ao mesmo tempo o partido Comunista se reserva o direito de expressar suas opiniões sobre todos os problemas do movimento operário, inclusive sobre os sindicatos, de criticar as táticas dos sindicatos e de fazer-lhes propostas definidas que estes, por seu lado, são livres para aceitar ou rejeitar. O partido trata de ganhar a confiança da classe operária e, sobretudo, do setor organizado dos sindicatos.” (Cf. TROTSKY, 2004, pp.: 11-14). Em outro texto sobre

aparecer em seus textos alguma referência à necessidade do partido produzir política com o ensejo de conquistar a confiança do proletariado e de sua vanguarda. O debate e a luta política entre os dois partidos de esquerda no período pesquisado se deram justamente nos marcos da disputa por esta confiança.

Em Gramsci, os partidos políticos e os intelectuais orgânicos possuem a mesma função. ChristinneBuci-Glucksmann (BUCI-GLUCKSMANN, 1980) lembra que, para esse autor, todos os membros de um partido são intelectuais. Assim Togliati, baseado em Gramsci, definiu o partido político como um intelectual coletivo (COUTINHO, 1992).

Os intelectuais, orgânicos ou coletivos, não são independentes das relações sociais de suas sociedades, eles estão vinculados a uma classe social ou a uma fração desta, posto que são manifestações destas, como já foi dito. Para Gramsci, seguindo a tradição marxista, nenhum intelectual é neutro ou paira sobre as relações sociais, até os intelectuais tradicionais, que se dizem independentes e desvinculados de qualquer grupo social, representam uma continuidade histórica, vinculam-se a uma estrutura social anterior e, geralmente, estes intelectuais são assimilados pelas classes dominantes que visam conformar a sua hegemonia. Assim, como exposto na citação inicial, os intelectuais de maneira geral pensam e atuam em uma determinada configuração social, logo, estudá-los também é analisar o momento histórico em que se inserem, já que não estão isolados socialmente.

Outro ponto importante a destacar é que a concepção de partido de Gramsci é ampliada. O partido político não é somente um órgão estabelecido institucionalmente, porém, todos os órgãos que defendem um grupo social e têm a função de construir e difundir as visões de mundo (ideologias) desse grupo (GRAMSCI, 2000), como são os casos de alguns jornais e revistas, por exemplo. Todavia, essa visão de partido não exclui os partidos institucionalizados, visto que estes também possuem essa função de organizar e construir a vontade coletiva da classe. Destarte, o partido político é o difusor e o organizador das concepções de mundo vinculadas à classe ou o grupo social que o mesmo é expressão.

Apesar de Gramsci afirmar que o partido é a nomenclatura de uma determinada classe, é fundamental também salientar que o partido e a classe não são sinônimos. A classe é uma totalidade mais abrangente, complexa e difusa. O partido é parte da classe organizada, não são todos os membros da classe que compõe o partido (e aqui podemos retornar à nota referente

---

sindicatos, Trotsky acrescenta que o trabalho dos revolucionários nos sindicatos na fase do imperialismo “não só não perdeu sua importância, como é ainda maior para todo partido revolucionário. Trata-se essencialmente de lutar para ganhar influência sobre a classe operária”. (TROTSKY, 2001, P. 6)

aTrotsky) . Além, é claro, como será visto na nossa dissertação, da classe poder se organizar em mais de um partido e com visões de mundo diferenciadas.

De todo modo, estudar algum partido político é analisar um período histórico e perceber a organização de uma classe, os interesses defendidos por esta, os seus grupos aliados e adversários, a visão de mundo que norteia sua ação na realidade social.

No caso da dissertação em questão, pretendemos analisar dois partidos políticos, PT e PCB, que se afirmavam expressão de um mesmo grupo social (os trabalhadores), no processo de transição política. Abordaremos a atuação desses partidos no contexto de redefinição do regime político, iniciada pelos governos militares dos generais Geisel e Figueiredo, que deixava de ser ditatorial e transmutava-se numa democracia liberal. Nesse processo, os partidos apresentaram concepções diferentes quanto às modificações políticas que promoveriam a mudança de regime e, por isso, apresentaram projetos políticos distintos para o período da chamada “transição democrática”.

Apesar de se dizerem representantes do mesmo grupo social (a classe trabalhadora), as concepções de mundo defendidas pelos partidos eram bastante diferentes e até mesmo antagônicas. Isso pode ser explicado pelo fato de os grupos sociais não serem monolíticos. Assim, PCB e PT defendiam posições diferentes em relação ao processo de redemocratização. O primeiro compartilha com determinadas frações dos grupos dirigentes a mesma tática de transição sem rupturas, sem conflitos e defendendo a negociação como o meio de mudar o regime. Já o PT tentava sair do regime ditatorial por meio da organização e mobilização dos trabalhadores, preconizando a independência de classe dos mesmos, já que os interesses destes, na concepção do partido, seriam inconciliáveis com os interesses dos grupos dirigentes, ou seja, do empresariado.

Mais uma vez a leitura de Gramsci nos auxilia na compreensão do posicionamento do PCB nesse contexto. Como afirmou o marxista italiano:

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social (...), ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos. (GRAMSCI, 1978, 22).

Dessa forma, como representantes de um mesmo grupo social, PT e PCB disputaram posições no seio da classe trabalhadora e tentaram fazer com que as visões de mundo do

partido fossem compartilhadas por esse grupo social, assim disputavam a hegemonia da classe trabalhadora, procurando convencê-la que o projeto político defendido por cada um era o mais eficaz e que, efetivamente, expressava os interesses dos trabalhadores.

Além do fato, desses partidos, representantes de uma mesma classe social, terem apresentados projetos diferentes no processo de redemocratização, a escolha desses partidos também se justifica pela importância histórica deles, principalmente, no campo da esquerda. Algo que pode ser aferido, por exemplo, na quantidade de organizações políticas que deles se originaram, assim, de certa maneira, esses partidos formataram o pensamento de esquerda no Brasil. Do PCB saíram (apenas para citar os anos 1960) a ALN, o PC do B, o PCBR, dentre outros, enquanto do PT resultou a formação, por exemplo, do PSTU, PSOL, PCO, além de diversas pequenas agremiações partidárias que não participam do jogo eleitoral.

Com o objetivo de contemplar esse estudo, dividiremos a dissertação em três capítulos. O primeiro pretende abordar os debates gerados no campo da esquerda a partir das modificações políticas que foram implementadas pelos militares nos governos de Geisel e Figueiredo, principalmente, com o estabelecimento da Reforma Partidária em 1979, que abriu para novas possibilidades de atuação política. De um lado, parte da esquerda resolveu fundar um novo partido, o PT, cujo objetivo era construir um novo projeto de redemocratização política e de sociedade calcadas na mobilização dos trabalhadores e na independência política destes, visando combater não só o regime ditatorial, mas também o sistema capitalista. De outro, o PCB, que não conseguiu, com a reforma partidária, a sua legalização, resolveu reafirmar a orientação política do VI Congresso do partido, o que gerou novas divergências internas, culminando no desligamento de Luís Carlos Prestes do cargo de Secretário Geral e, posteriormente, em sua saída. Assim, esse partido centrava a luta política no fortalecimento da frente de oposições (frente democrática) e na negociação ampla, táticas que, para o partido, evitariam o confronto político e propiciariam o fim da ditadura. Com isso, o partido defendia a consolidação da democracia liberal e adiava a luta pelo socialismo e a crítica ao sistema capitalista, o que também foi possibilitado pela mudança de concepção de socialismo presente, nesse período, no partido.

Já o segundo capítulo tentará demonstrar como essas orientações políticas do PT e PCB foram mantidas nas eleições de 1982 e na discussão da fundação de uma central sindical única. Enquanto, os pecebistas se engajaram na defesa dos candidatos do PMDB e queriam o adiamento da CONCLAT marcada para 1982, pois a realização desta significaria, no ponto de vista do partido, uma divisão de forças e, conseqüentemente, o enfraquecimento das

oposições nas eleições. O PT apostou na independência política nas eleições de 1982 e na formação de uma nova central sindical - como parte constitutiva da sua tática política - com o objetivo de ampliar e intensificar a mobilização social. Essa tática ficou nítida, em 1984, na luta pela implementação imediata de eleições diretas para presidente, ponto que também será debatido nesse capítulo, onde formou-se o complexo PT-CUT (Central Única dos Trabalhadores) para intensificar as mobilizações em torno dessa luta. Já o PCB foi “a reboque” do movimento pelas diretas-já, engajando neste à medida que se tornaram fortes (SANTANA, 2001), quando o movimento foi derrotado, o PCB, ao contrário do PT, apostou na Aliança Democrática.

O terceiro capítulo irá discutir um outro acontecimento fundamental, que influenciou no processo de redemocratização, a implementação do Plano Cruzado, visto ter proporcionado uma grande popularidade ao governo Sarney, o que viabilizou a vitória esmagadora do governo nas eleições de 1986 em que seriam escolhidos os deputados constituintes. Neste capítulo apresentaremos também, por sua importância política na época, o debate realizado sobre o problema da inflação tanto pelos dois partidos quanto por parte de alguns economistas. Por fim apresentaremos uma pequena reflexão sobre os resultados das eleições de 1985 e 1986 para a Aliança Democrática e para a relação entre PT e PCB.

No decorrer desta dissertação, veremos que o PCB acabou perdendo espaços dentro dos sindicatos e que o PT, por sua vez, passou a ser visto como uma referência tanto no sindicalismo quanto nas relações partidárias no Brasil. Além de algumas vitórias pontuais, como a conquista da prefeitura de São Paulo em 1988. Não será tema desta dissertação as eleições de 1989, mas não nos custa lembrar que já na primeira eleição presidencial com voto direto, o candidato petista conseguiu chegar ao segundo turno se concretizando desde então como uma alternativa dentro do sistema partidário. Sabemos que só em 2002 o partido conquistou o poder executivo federal e que, desde então, alguns quadros tem deixado a agremiação com diversos tipos de críticas, inclusive a de que o partido acabou por construir uma espécie de pacto com grupos que anteriormente criticava. Diversos motivos podem ser elencados, entre eles o realismo político e a governabilidade que teriam feito o partido ter que se aproximar de outras agremiações as quais se opunha e de grupos sociais que antes criticava para alcançar a vitória eleitoral e alianças para governar. De qualquer forma, nossa tese não trata deste período, mas, nesta introdução, achamos importante deixarmos a seguinte questão: a tese derrotada do PCB não acabou sendo a vitoriosa no governo petista? Que este trabalho possa nos ajudar a repensar a trajetória dos partidos em questão é a sua motivação principal e

que com ela possamos também refletir sobre a agremiação que há doze anos governa o país e que acaba de reeleger as sua candidata nas eleições de 2014.

Para finalizar, é importante destacar as fontes primárias dessa pesquisa. Sobre o PCB centralizaremos a análise no seu Jornal Voz da Unidade, cujo lançamento se deu em março de 1980. Já em relação ao PT, houve uma modificação das fontes petistas em relação às apresentadas no projeto de pesquisa. Neste, apresentamos como fontes os Jornais Em Tempo e Convergência Socialista, que são de tendências do partido e não deste, o que poderia gerar uma distorção acerca das táticas e dos posicionamentos do partido. Como o PT não tem jornal nessa época, o que só acontecerá em 1989, optamos por focar a análise, propriamente, nos documentos do partido e nas Resoluções, Atas de Encontros e Congressos do mesmo no período abordado por esta dissertação.

## CAPÍTULO 1

### **Os trabalhadores voltam à cena política: a formação do Partido dos Trabalhadores e a orientação política do Partido Comunista Brasileiro.**

Os dois últimos governos militares no Brasil – dos generais Geisel e Figueiredo – foram marcados por mais uma crise econômica do sistema capitalista e por uma redefinição da forma de dominação burguesa, ou seja, o regime político passava por um processo de transformação do caráter ditatorial para se tornar uma democracia liberal.

A crise econômica do sistema capitalista na década de 1970 abalava politicamente o regime ditatorial brasileiro. Os altos índices de crescimento do país, uma das bases de legitimação do regime, tornaram-se inviáveis com o aumento das taxas de juros, visto que o chamado “milagre econômico”<sup>3</sup> era sustentado pela exploração massiva das classes trabalhadoras<sup>4</sup> e pelos empréstimos a juros baixos<sup>5</sup> concedidos pelos EUA. Com a ruína desse modelo econômico era fundamental criar novas formas de legitimação do regime.

Dessa maneira, iniciou-se, nesses governos, a construção de um novo projeto de dominação política em que a utilização constante e aparente dos mecanismos coercitivos não se faria mais necessária, pois o regime ditatorial construído pelas classes dominantes já havia cumprido o papel ao qual foi designado, isto é, tinha assegurado a manutenção da acumulação capitalista e desorganizado as classes trabalhadoras através da repressão de seus membros e de seus aparelhos de classe. Geisel sintetizou o projeto de descompressão política defendido pelos militares ao afirmar que a abertura política deveria ser “lenta, gradual e segura”, isto é,

---

<sup>3</sup> O chamado “milagre econômico brasileiro” foi decorrente da intensificação da exploração das classes trabalhadoras, possibilitada pela instauração de um aparelho repressivo que inibiu a organização das classes trabalhadoras através da proibição de seus partidos, da invasão de seus sindicatos e da prisão/tortura/morte de seus membros, que teimavam em se opor ao regime. Sobre o modelo econômico adotado no Brasil a partir do Golpe de 1964, ver: (OLIVEIRA, 1977). Além disso, em 1978, tornou-se pública uma outra ferramenta utilizada pelo governo para arrochar o salário dos trabalhadores, a manipulação dos índices de inflação.

<sup>4</sup> Não era possível aumentar o arrocho salarial. Em 1974, o salário mínimo chegou a seu nível mais baixo, o equivalente, em termos reais, a metade do valor estabelecido em 1940 (FONTES E MENDONÇA, 2004, 67).

<sup>5</sup> Maria da Conceição Tavares e Luiz Melin mostraram que o choque de juros de 1979 foi a solução encontrada pelos EUA de restabelecerem sua hegemonia no contexto da Guerra Fria. A partir dos juros altos, esse país conseguiu que os dólares retornassem para o seu país de origem e deixou os países devedores, como o Brasil, ficarem com uma dívida impagável (TAVARES e MELIN, 1988). Ver também sobre o assunto o texto de François Chesnais que nos remete também ao papel do Estado na desregulamentação produzida pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido desde 1979.

as mudanças do regime seriam implantadas aos poucos e controladas pelos militares. No seu governo, por exemplo, decretou o “pacote de abril”, criou os senadores “biônicos” para não perder a maioria dos cargos legislativos e evitar a derrota da ARENA, ao passo que revogou o AI-5. O governo de Figueiredo manteve essa mesma política. Em 1979, estabeleceu a lei de anistia e uma nova legislação partidária, que acabou com o bipartidarismo e permitiu a criação de novos partidos. Porém, a existência de partidos comunistas e socialistas continuava proibida e estes se mantiveram ilegais.

Assim, as mudanças políticas implementadas por esses governos geraram o processo de construção do novo regime. Dessa maneira, discordamos da interpretação e demarcação desse período defendida pelo historiador Daniel Aarão Reis, que defende uma descontinuidade entre os dois governos. Segundo Aarão, o governo Geisel iniciou a liberalização político- institucional, mas se enquadra ainda no regime ditatorial, enquanto o governo Figueiredo não pode ser caracterizado como ditatorial, porém, como o “reingresso do Estado de direito”, posto que o AI-5 já tinha sido revogado e a anistia complementaria esse processo:

O AI-5, por decisão da própria ditadura, expirou no último dia de 1978. Assim, com o ano novo, em 1979 o país reingressou no Estado de direito – ainda precário porque apoiado em uma Constituição imposta, a de 1967, em uma emenda constitucional espúria, arrancada, sob ameaça, em 1969, e em toda uma constelação de leis e decretos que formavam, como se chamou desde então, um verdadeiro entulho autoritário. Mas a ditadura aberta já não existia mais, O país e a sociedade respiravam. (REIS, 2002, 69).

Não concordamos com essa periodização de Reis Filho, pois acreditamos que o governo do General Figueiredo promoveu a continuidade do projeto de mudança de regime político iniciado no governo anterior. As modificações no regime ditatorial vinham acompanhadas com medidas restritivas e coercitivas em ambos governos, cujo objetivo era controlar a mudança do regime e impedir qualquer tipo de ameaça ao projeto de abertura política defendido pelos militares, desenvolvendo uma descompressão do regime pelo alto. Assim, os governos Geisel e Figueiredo integraram o processo de redemocratização que foi finalizado com a elaboração da constituição de 1988 e as eleições diretas para presidente em 1989 e o reestabelecimento dos marcos da democracia liberal.

No entanto, esse processo iniciado no governo Geisel se vê concretizado em 1989, quando, após a constituição de 1988, ocorrem diversas eleições no Brasil, incluindo a que elege Collor como presidente. É neste processo de produção de uma democracia liberal

pensada pelos grupos dominantes que voltam à cena política outros agentes sociais, até então excluídos do processo, que tentam interferir e construir caminhos alternativos. Então, a partir da década de 70, esses atores sociais reapareceram no cenário político brasileiro, os trabalhadores do campo e das cidades voltaram a se organizar e demonstraram o desagrado com as diretrizes políticas e econômicas dos governos militares. Disto decorreram vários movimentos sociais, como as greves de diversas categorias profissionais, com destaque as greves dos metalúrgicos, marcos do chamado “novo sindicalismo”, que culminará na fundação da CUT em 1983 (e de sua alternativa, a CGT, em seguida); as lutas com caráter sindical do funcionalismo público (que após 1988 conquista o direito à sindicalização); a organização dos moradores de bairros e favelas; a retomada da luta pela terra e a fundação do MST (em 1984). A fundação do PT, em 1980, alimentou-se de e alimentou esses movimentos. Com isso, o governo teve que arrumar uma maneira de atrair e enfraquecer os setores descontentes com o regime ditatorial para o projeto de abertura política “lenta, gradual e segura”, engendrando uma transição negociada.

Essa conjuntura política de abertura do regime e as lutas dos trabalhadores nesse contexto refletiram também na esquerda. De um lado, como resultado dessas lutas dos trabalhadores e da reforma partidária, surge o Partido dos Trabalhadores, o PT, que aproveitou a brecha deixada na legislação pelo governo e constituiu um novo partido da classe trabalhadora se contrapondo ao projeto de abertura política dos militares, defendendo a organização e mobilização dos trabalhadores como o caminho para derrotar esse projeto e construir a democracia efetiva. De outro lado, parte da esquerda, como o PCB, defendeu a unidade de setores contrários à ditadura, que deveriam adotar a negociação como forma de findar o regime ditatorial.

Assim, nesse capítulo pretendemos discutir o posicionamento e a linha política adotada por esses dois partidos<sup>6</sup> de esquerda, PCB e PT, em relação ao regime ditatorial no início do processo de abertura política.

---

<sup>6</sup> Nesse trabalho, adotamos o conceito de partido político de Gramsci, que não está pautado na legalização. A conceituação de partido político de Gramsci leva em consideração a função de um órgão, segundo o autor, o partido político é um órgão que tem a função de construir e disseminar a vontade coletiva de uma classe ou fração de classe.

### 1.1) A continuidade<sup>7</sup> da linha política pecebista.

Após o golpe burguês-militar e a passagem do esvaecimento que este causou aos pecebistas, chegara o momento do partido definir a concepção que balizaria a sua forma de atuação. Os debates internos foram intensos e culminaram no VI Congresso do PCB<sup>8</sup> em que se definiu os rumos políticos adotados pelos seus membros.

Esse Congresso ocorreu em 1967 e estabeleceu que a forma de combate ao regime ditatorial, defendida pelos pecebistas, era a via legal e a união de todos os setores contrários aquele regime numa frente antiditatorial, ou seja, policlassista<sup>9</sup>. Assim, começaram a atuar dentro do MDB, único partido de oposição consentido, inclusive, nas eleições, pedindo votos para os candidatos emedebistas, enquanto, outros grupos de esquerda, dissidentes do PCB, como a dissidência paulista que seria conhecida como ALN, preferiram denunciar o que chamavam de farsa do processo eleitoral e convocar os eleitores a votarem nulo.

Para os comunistas no PCB era necessário agir com cautela para evitar o agravamento da Ditadura, por isso, defenderam o combate ao regime a partir das vias permitidas pelo próprio regime. Essa visão estava embasada na forma como o partido analisou suas práticas no pré-1964. Segundo *As Teses do VI Congresso* apresentadas pelo Comitê Central, a derrota do partido, com o golpe, era fruto da “pressa pequeno-burguesa de se chegar ao poder” (GORENDER, 1987, 90). As Teses condenavam também a ação dos comunistas na luta pelas

---

<sup>7</sup> Há uma continuidade na linha política pecebista. A linha adotada no VI Congresso não rompe com a Declaração de Março de 1958, já nesta, os comunistas primavam pela defesa de uma frente única com setores burgueses (da burguesia nacional) inclusive para derrotar a burguesia imperialista em prol da democracia. A tática de união com setores da burguesia e o etapismo, da necessidade de um regime democrático-burguês antecedente ao socialismo, marcaram a visão pecebista em diversos momentos.

<sup>8</sup> No VI congresso, realizado em 1967, debateu-se as teses que defendiam a Frente ampla de oposição e a luta pacífica pela legalização do partido. Essa tática, que foi vitoriosa, resultou na expulsão (ou desligamento) dos militantes pró-luta armada e a entrada dos militantes do PCB no MDB. Cf. (FARIA, 2008), (SILVA, 2005). A linha de atuação do PCB adotada após esse Congresso já estava, em grande parte, presente na Resolução Política de 1966. A tática de Frente Ampla pode ser vista também no Manifesto de 1973 do partido que caracterizou o regime político brasileiro como fascista e convocou “uma frente patriótica antifascista”, fazendo elogios ao MDB que estava “assumindo posições mais consequentes no campo da resistência” à ditadura militar. (CHACON, 1985).

<sup>9</sup> Para Milton Pinheiro, nesta frente policlassista “o proletariado estava submetido à burguesia dentro do bloco de forças da revolução democrático-nacional, terminando por diluir-se nas frentes eleitorais que disputou os diversos governos no processo de transição”. (PINHEIRO, 2014, 48).

<sup>9</sup> Radicalizando essa visão pecebista, uma parte da historiografia defende que no pré-64 havia a possibilidade de golpe da esquerda através do PCB. Porém, esses autores esquecem a Declaração de Março de 1958 desse partido em que este se afirmava favorável à democracia, a execução de alianças amplas e ao socialismo pela via pacífica.

reformas de base e contra a política de conciliação de Jango (GORENDER, idem)<sup>10</sup>. Logo, para o Comitê Central, a atuação dos comunistas anterior ao golpe foi equivocada, por ser demasiadamente “esquerdista”.

No entanto, a linha política do partido gerou sérias divergências internas, que resultaram em cisões. Alguns membros do partido defenderam um confronto mais direto contra o regime e, por isso, adotaram a chamada via revolucionária como meio de derrotá-lo. Uns, como Marighela e Câmara Ferreira, investiram na luta armada para alcançar esse fim, outros, como Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, apostaram na construção de um (novo) partido revolucionário, já que, para eles, o PCB não tinha mais essa característica<sup>11</sup>.

Outra discordância entre os dissidentes de diferentes grupos e o Comitê Central era a avaliação da atuação política pecebista no pré-1964. Para Jacob Gorender, por exemplo, as ações do partido nesse período proporcionaram avanços ao movimento operário e não podem ser responsáveis pelo golpe, visto que, como demonstraram as análises de historiadores, jornalistas e protagonistas do processo histórico, eram marcadas pela prudência (GORENDER, 1987, 90).

Dessa forma, durante a permanência do regime ditatorial, o PCB defendeu a união das forças antiditatoriais e atuou em política de frente no MDB, conformando-se numa Frente Democrática. Essa tática pecebista, a *frente de oposições*, foi definida ainda no auge do regime ditatorial e permaneceu orientando o partido ao longo das décadas de 70 e 80, mesmo após a política de distensão dos militares e da ascensão dos movimentos sociais.

Até porque com a derrota da tática guerrilheira e as mortes de diversos militantes, que aderiram à luta armada, o PCB reafirmou sua linha política, utilizando o argumento que a experiência histórica comprovou a exatidão dessa linha. Tal argumento foi apresentado pelo

---

<sup>11</sup> O grupo oposicionista tinha em comum o fato de discordarem da linha de combate à ditadura estabelecida pelo Comitê Central e a defesa da revolução. Porém, eram bem heterogêneos quanto à adoção de outra linha de ação. Por isso, a cisão do PCB originou diversos grupos. Para Marighella, a revolução partiria do campo e seria resultante da guerrilha, este não acreditava mais na necessidade imediata do partido revolucionário para a revolução ser vitoriosa. Ele passou a associar partido à burocracia, o que afastou alguns adeptos das críticas de Marighela e o retorno dos mesmos ao PCB. Assim, junto com Câmara Ferreira, fundou uma entidade que não pretendia ter caráter partidário, a Ação Libertadora Nacional (ALN), enquanto outros, que não assumiram essa posição, criaram um novo partido após o rompimento com o PCB, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), como foi o caso de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho. Na Guanabara, a dissidência comunista daria origem ao MR-8. Sobre isso ver (PRESTES, 2012) e (GORENDER, 1987).

pecebista Paulo Cavalcanti numa entrevista ao Jornal do partido, Voz da Unidade, num momento em que esse direcionamento do partido era questionado novamente por militantes históricos e dirigentes, como por exemplo, Luís Carlos Prestes.

O Brasil, nestes últimos 10 anos, foi laboratório de todas as experiências revolucionárias: a guerrilha urbana, a guerrilha rural, o foco de guerrilha, o sequestro, o assalto à mão armada, a ação direta, o resgate, a expropriação e, infelizmente, até o atentado pessoal. Nada disso logrou êxito. Tudo falhou. A única via que a realidade mostrou que estava certa foi a frente ampla, democrática, que não foi inventada pelo PCB, mas decorreu de uma exigência das próprias condições históricas. O mérito do PCB foi aprender a justeza dessa linha, adotando-a como norma de ação no combate à ditadura (Voz da Unidade, 19 a 23 de junho de 1980).

Outro fato que corroborava o encaminhamento político pecebista, na visão de seus dirigentes, foram os sucessos eleitorais alcançados pelo MDB em 1974. Nessas eleições, o MDB conquistou 16 vagas no Senado das 22 cadeiras disponíveis, enquanto na Câmara dos Deputados conseguiu 161 cadeiras das 364 em disputa. A partir dessa eleição, o “partido de oposição consentida” passou a ter um papel na órbita legal-eleitoral, medir a insatisfação com o regime ditatorial, as eleições adquiriram um viés plebiscitário, a ARENA, partido da situação, representava a continuidade política, ao passo que o MDB simbolizava o desejo de mudança. O MDB canalizou o descontentamento com a ditadura, até porque houve a diminuição dos votos brancos e nulos e a conversão da maioria destes para esse partido (MOTTA, 2007).

O fracasso da luta armada associado ao sucesso eleitoral do MDB atraiu alguns grupos de esquerda, como o MR-8, o PCB e a APLM, para esse partido, tendo em vista que as eleições passaram a ser vistas como um espaço importante de atuação política, para diversas forças que propunham se contrapor ao regime. Essa mudança de postura além de consolidar o MDB como partido de oposição, fortaleceu a tática pecebista, já que a mudança de postura desses grupos significou uma adesão à lógica de atuação do PCB.

De qualquer maneira, o sucesso eleitoral de 1974 e a configuração do MDB como o partido da insatisfação do regime serviram para ratificar a linha política pecebista, a união de todos os setores antiditatoriais através de uma frente ampla democrática, em que o MDB seria o espaço privilegiado de atuação dessa frente, já que era a própria encarnação da frente democrática.

No entanto, mesmo o PCB que adotou, desde o princípio, a linha legalista/ eleitoral, em detrimento da luta armada, não ficou incólume a repressão. O golpe de 1964 trouxe sérias consequências ao partido, como o exílio, a prisão, a tortura e a morte de vários de seus

componentes. Só em meados da década de 1970, nove membros do Comitê Central do partido foram assassinados, assim como militantes de base, como nos casos do operário Manuel Filho e do Jornalista Vladimir Herzog. Além disso, alguns mandatos de emedebistas foram cassados sob alegação dos parlamentares serem do Partido Comunista. Segundo o historiador Rodrigo Motta, essa foi mais uma onda de repressão ao PCB promovida pelo governo militar e era consequência do sucesso do MDB nas eleições de 1974, uma espécie de recado para os dois partidos. Cabia ao MDB limitar a atuação comunista no interior do partido e ao PCB atuar com menos ímpeto nas eleições (MOTTA, 2007, 293-294).

O aparato repressivo a serviço dos governos militares, acionado com constância, quando estes achavam necessário, influenciava as análises de conjuntura do partido e suas interpretações sobre o regime. Portanto, o aparato repressivo pesava na análise pecebista e na defesa de continuidade da linha política adotada no VI Congresso. O partido frisava a importância de agir com cautela no presente. Para isto faz um contraponto com as ações dos comunistas no pré-64, onde, segundo acreditavam, faltou cautela e o que contribuiu para o engendramento do golpe militar. Essa crítica, como podemos ver a seguir, aparece até numa resenha, apresentada no jornal do partido, de um compêndio de documentos do partido dos anos 50 a 70, denominado *PCB: Vinte anos de Política, 1958-1979*:

(...) o crescimento da “euforia” que toma conta do conjunto do movimento progressista a partir da posse de Goulart (1961), as dificuldades aumentam e voltam a se manifestar, no PCB, os erros na apreciação da correlação de forças, o golpismo e uma certa incompreensão da legalidade institucional e da democracia na luta revolucionária.

Logo após o golpe de 1964, o PCB começa a rever suas posições e a retomar a linha consagrada em 1960. Uma profunda autocrítica de sua atuação durante o governo de Goulart começa a ser realizada, e nela se aponta o peso que os erros dos comunistas tiveram na eclosão do movimento militar. Partindo da constatação de que os equívocos cometidos se deveram a desvios “esquerdistas” e não a um “reboquismo” em relação à burguesia (Voz da Unidade, 17 a 24 de abril de 1980).

De acordo com o exposto acima, o PCB construía uma memória negativa da sua atuação política no pré-64, que não podia ser repetida no processo de combate à ditadura. O partido tinha que evitar “euforia” e análises equivocadas da correlação de forças, como teria feito no início dos anos 1960 ao pensar que a mesma estaria favorável para os trabalhadores e tomar posições “esquerdistas”, que podem gerar retrocessos históricos como o golpe de 1964. O partido não poderia cometer os mesmos erros do passado, não podendo negligenciar o

apreço pela legalidade institucional e pela democracia, o que foi incorporado na linha política vigente a partir do VI Congresso.

Seguindo essa perspectiva, não se deveria ter ilusões com a “política de distensão” iniciada no governo Geisel. Esta era vista, pelos pecebistas, como autorreforma do regime, que precisava dessas “manobras pseudoreformista” para sobreviver. Foi nesta linha interpretativa que o PCB concebeu a reforma partidária e a lei de anistia realizadas no governo Figueiredo, que tinham também o intuito de dividir a oposição. Sobre a lei de anistia afirmou:

Com seu projeto de anistia, o governo tinha em vista o retorno à cena política nacional das lideranças exiladas ou cassadas, com o propósito evidente de acirrar as divergências políticas e ideológicas e as rivalidades no seio da oposição. (Jornal Voz da Unidade, 1980).

Talvez, essa forma de analisar o projeto de anistia do governo fosse reflexo do que aconteceu no PCB. A volta dos exilados acirrou os confrontos políticos no partido. Prestes achou que era o momento de expressar suas críticas em relação aos encaminhamentos da direção para os militantes que aqui permaneceram.

Da mesma maneira foi vista a reforma partidária pelos comunistas, uma forma encontrada pelo governo de dividir as oposições e impedir os sucessos eleitorais do MDB, dissolvido junto com a Arena após a reforma. Para o PCB, a criação de novos partidos oposicionistas significava fazer o jogo dos militares, enfraquecendo a oposição ao regime. Por isso, os comunistas criticaram a fundação do PT (SANTANA, 2001).

No trecho abaixo do jornal “Voz da Unidade” de março de 1980, é possível verificar a crítica dos comunistas aos setores oposicionistas que resolveram enveredar para esse caminho. Porém, essa crítica foi apresentada de forma generalizada, sem falar especificamente dos petistas. Segundo o PCB, era necessário

(...) que ficasse claro o erro de perspectiva daqueles outros que, interessados numa abertura real, supuseram já chegada a hora de substituir a ação unitária pela afirmação isolada dos interesses ou propostas de correntes políticas, econômicas e sociais a que pertencem. (...)

(...) Por seu turno, equivocaram-se as correntes ligadas à oposição que, aproveitando a reforma partidária para a criação de partidos próprios (atitude politicamente legítima) imaginaram que a atuação isolada desses partidos passaria ser o meio mais eficaz para o aprofundamento da luta pela democracia e por mudanças profundas no país. (Voz da Unidade, p. 3, março de 1980).

Dessa maneira, o PCB deixava explícito que era um *equivoco* a fundação de novos partidos oposicionistas, tendo em vista que não era o momento de *atuação isolada*. Logo, defendia sua linha política, afirmando a união e a ação unitária das oposições como método *eficaz* para o aprofundamento da luta pela democracia e a derrocada da ditadura militar.

Apesar da crítica pecebista, com a reforma partidária (re)surgiram diversos partidos. De forma sucinta, a antiga ARENA deu origem ao PDS e o MDB tornou-se PMDB, além deles, apareceram no cenário político PT, PTB, PDT, e (por um breve período) PP, resultados de cisões daqueles partidos ou criados a partir de forças políticas que neles não se viam representadas.

Porém, o PCB permaneceu na defesa da sua linha política e engajado na construção da frente de oposições que, a partir da ação em conjunto dos partidos, proporcionaria avanços na ampliação dos espaços democráticos e, conseqüentemente, na derrubada da Ditadura. A frente democrática deveria atuar unitariamente no congresso para vetar os retrocessos políticos do governo e ampliar as “liberdades democráticas”. Por isso, os comunistas elogiam essa forma de atuação dos partidos no momento em que tentavam impedir o adiamento das eleições municipais proposto por Figueiredo. O PCB avaliou essa postura dos partidos como uma derrota do governo que não conseguiu dividir a oposição:

O governo e a direção do PDS já sofreram a primeira grande derrota na escusa empreitada a que se dedicam de cancelar as “eleições” municipais deste ano: tiveram que assumir sozinhos o ônus dessa manobra, não conseguindo seduzir nenhum dos partidos ou blocos oposicionistas para as “negociações” que tão insistentemente propuseram. Ao tomarem uma posição unitária de repulsa ao cancelamento do pleito, (...), o PMDB, o PP, o PTB e o PT deixaram claro que as dificuldades existentes para o cumprimento do calendário eleitoral (criadas, aliás, pelo regime) podem ser fácil e rapidamente superadas. (...)

Falhou o plano paciente e diabolicamente elaborado para a divisão das oposições no Congresso. O PMDB tornou-se um grande partido, contando com uma bancada na Câmara que poderá passar dos 100 deputados e já agora em franco processo de organização de suas bases após a obtenção do seu registro. O PP recrutou maior número de deputados e senadores nas antigas hostes arenistas, tem assumido uma clara postura democrática e acaba de fechar questão contra o cancelamento das eleições de 80. O PTB, sob a liderança de Alceu Colares, soube repelir todas as manobras divisionistas e está firme na defesa do pleito municipal. O PT, por seu turno, destaca-se no combate ao cancelamento das eleições através do senador Henrique Santillo. (Jornal Voz da Unidade, 15 a 25 de maio de 1980, p.3).

Neste trecho, sobressai um outro caráter da unidade (frente democrática) defendida pelo PCB, o fato de ser uma frente ampla, que agregaria setores diversos, independente do posicionamento de classe, do grupo social pertencente e se já tinha apoiado o regime ditatorial

como era o caso de integrantes do PP, por exemplo. Essa característica da frente fica explicitada no Jornal Voz da Unidade:

Não há possibilidade de vencer o regime senão juntando forças. Por isso mesmo, é preciso repetir pela enésima vez: o que a realidade política do país coloca a todas e a cada uma das forças de oposição como exigência tática, imediata, mas também permanente, é a questão da unidade política contra o regime e pela instauração das liberdades democráticas. O estágio em que estamos é este. Desde sempre – mas principalmente agora, nesse momento-, as diferenças entre os diversos componentes da frente democrática, e mesmo as dissensões internas a cada um deles, são claramente secundárias diante das necessidades concretas da luta política e geral e aberta contra o regime instalado desde 1964. Quem não entendeu isso – e não são poucos os que se encontram nessa categoria – não entendeu nada, ou não quer ‘fazer política’, a boa política. (Jornal Voz da Unidade, 29 de maio a 4 de junho, capa).

Na visão pecebista, a possibilidade de retrocesso político era latente, a faceta mais autoritária do regime poderia aparecer a qualquer momento, visto que, como salientava o partido, os governos militares utilizavam com constância as “salvaguardas autoritárias” para controlar a situação política do país. Esse perigo era demonstrado nos jornais do partido nas notícias de prisão de sindicalistas, intervenção de sindicatos, ameaça de cassação de parlamentares federais, atentados à liberdade de expressão, dentre outros exemplos empregados pelo partido para caracterizar o quadro de instabilidade política.

Era permeado por essa análise que o partido apoiava a negociação e a cautela nas ações, pois a ausência delas poderia engendrar o retrocesso político. Assim o Partido defendia a negociação entre os grupos sociais diferentes, com interesses e ideologias distintos, que deveriam negligenciar essas diferenças e focar no que tinham em comum, a insatisfação com o regime ditatorial e o desejo de modificá-lo, para isso, tinham que formar uma frente de ação. Porém, segundo o partido, o fim da Ditadura só era possível a partir da negociação entre essa frente de oposição e o governo militar, baluarte do regime.

#### 1.2) As discordâncias internas geradas pela continuidade da linha política do partido.

A permanência do posicionamento político adotado em 1967 engendrou o reaparecimento de uma discordância interna no PCB em fins da década de 70 que perdurou até meados da década seguinte, quando houve, em 1984, o desligamento oficial de Luís Carlos Prestes do partido, uma das lideranças mais expressivas e representativas, figura histórica do partido, que ocupara por 40 anos o cargo de secretário geral. Além dele, outros

membros simpatizantes com as ideias prestistas também saíram do PCB. Porém, diferentemente das divergências da década de 1960, a saída de Prestes e de seu grupo não significou a fundação de outro partido, nem uma mudança na tática política. Alguns dissidentes optaram pela atuação independente, sem vínculos partidários, enquanto outros preferiram aderir ao PDT<sup>12</sup>.

O mesmo Prestes, um dos principais responsáveis pela adoção da orientação política de 1967, já que interveio nas organizações partidárias oposicionistas às Teses e no Comitê Estadual paulista para combater a preponderância das críticas de Marighela neste (GORENDER, 1987, 91), era o principal questionador dessa linha política desde o final da década de 70.

Para divulgar suas ideias e promover o debate sobre a linha política do PCB, Luís Carlos Prestes lançou, em março de 1980, a Carta aos Comunistas. Nessa Carta, Prestes criticou, abertamente, a direção do partido que, segundo ele, teria uma atuação marcada pela “arbitrariedade” e pelo “mandonismo” (PRESTES, 1980), apresentou críticas às resoluções do VI Congresso e clamou por mudanças nas diretrizes políticas do partido.

A Carta aos Comunistas foi divulgada no jornal do partido, porém o espaço de crítica às ideias prestistas eram bem maiores, sem direito ao autor da carta respondê-las. As propostas divergentes de Prestes não conseguiam controlar os espaços oficiais de divulgação das ideias do PCB. O jornal do partido Voz da Unidade, criado em 1980, estava sob o controle da “corrente renovadora”, dirigido por um dos representantes dessa corrente, Armênio Guedes. Prestes e seu grupo perderam espaço no PCB, quando grande parte do Comitê Central do partido foi exilada no início e em meados da década de 70.

Para Prestes, a linha política, se não modificada, pelo menos tinha que ser debatida, posto que a conjuntura política mudara, não era a mesma da década de 60. A ascensão dos movimentos sindical e popular criava um novo cenário de confronto com o regime ditatorial. Assim, a orientação pecebista estava ultrapassada para direcionar as ações dos comunistas. E, segundo Prestes, o equívoco dessa orientação política estava gerando uma paralisia no partido.

---

<sup>12</sup> Alguns membros do grupo de Prestes vão se filiar ao PDT para disputarem as eleições de 1986.

(...) é necessário, agora, mais do que nunca, ter a coragem política de reconhecer que a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos. Estamos atrasados no que diz respeito à análise da realidade brasileira e não temos respostas para os novos e complexos problemas que nos são agora apresentados pela própria vida, o que vem sendo refletido na passividade, falta de iniciativa e, inclusive, ausência dos comunistas na vida política nacional de hoje (Carta aos Comunistas, 1980).

Apesar de na Carta expor que a aprovação das resoluções no contexto pós-golpe e o combate as “ideias esquerdistas” presentes no partido tinham sido medidas acertadas, Prestes não deixou de criticar o partido que, segundo ele, não apresentou uma estratégia clara de contraposição ao regime, o que gerou o afastamento de revolucionários do PCB. A questão do ex-secretário geral não era a tática adotada, a política de Frente, mas o fato da estratégia, a luta por uma sociedade socialista, não ter ficado tão evidente para os militantes pecebistas.

Prestes não combatia a Frente Democrática em si, mas o encaminhamento pecebista desta. Para ele era necessário associar o combate a Ditadura à luta pelo socialismo. Para isso, as forças de esquerda teriam um papel especial no interior da Frente, fazer um trabalho de base com as massas trabalhadoras, em vista a organização destas para lutarem pelos seus interesses econômicos e políticos. Assim, para o comunista, a forma com a Frente Democrática estava estruturada deveria ser modificada, a estruturação desta tinha de ser de “baixo para cima”, a partir dos movimentos populares (dos trabalhadores), e não fruto de entendimentos entre os partidos, sem vinculação com os movimentos dos trabalhadores, com o intuito de ampliar a quantidade de membros opositoristas no governo, para assim, abalar o regime. Dessa maneira, a atuação desse tipo de frente era restrita à esfera eleitoral e não ajudava na organização dos trabalhadores, nem transformava, realmente, a sociedade.

Segundo os dirigentes pecebistas, não chegara o momento desse tipo de atuação política, visto que faziam uma leitura distinta do contexto histórico, como analisado anteriormente, a correlação de forças não era favorável ao questionamento do capitalismo brasileiro, isso poderia engendrar um retrocesso político com a ampliação do autoritarismo, fortalecendo o regime ditatorial. Naquela conjuntura a “boa política”, na visão pecebista, era agir com cautela, evitando quaisquer “desvios esquerdistas”- que provocariam a volta da face mais dura da Ditadura - para garantir as liberdades democráticas, ampliá-las cada vez mais. Para os dirigentes do partido, as ideias de Prestes estavam influenciadas por grupos ultraesquerdistas, por isso, suas análises seriam equivocadas. Afirmaram:

(...) Posição combativa para Prestes deve ser o que os grupos ou forças de esquerda estão fazendo, por exemplo, no movimento sindical, quando insistem em transformar uma greve por aumento de salários em greve para resolver reivindicações que as massas ainda não adotaram, em tema de confronto. Posição combativa para Prestes, e com a qual procura nos induzir a todos, é a de que a atual 'reanimação do movimento operário e popular' já exige se colocar na ordem do dia a liquidação do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, forçando-se o caminho para o socialismo. Foi essa falsa avaliação de forças que nos levou à radicalização política em 1963-1964 e aos grupos e as forças políticas de ultra-esquerda a optarem pelo 'foquismo', a partir de 1968 (Jornal Voz da Unidade, 22 a 25 de maio de 1980, p. 14).

Contudo, é importante frisar que a política de frente apregoada por Prestes não era classista, posto que incluía também setores da burguesia. Para ele, diversas forças sociais e políticas deveriam integrá-la, logo, nesse ponto não havia discordância entre o ex-secretário geral e o partido. No entanto, Prestes salientava que as forças de esquerda não podiam ficar a reboque dos interesses da burguesia e deveriam buscar a transformação da sociedade em socialista, tal objetivo não podia ser abandonado em nenhum momento pelo partido na Frente Democrática. Então, o papel das forças de esquerda, já na luta contra a ditadura, era se inserir nos movimentos operários e populares para ajudar no amadurecimento político dos trabalhadores, que deveriam perceber a necessidade do socialismo.

Segundo Prestes, um dos objetivos da carta era alertar os comunistas e combater a docilização do partido que ao combater os "desvios de esquerda" caiu no extremo oposto, ficou a reboque da burguesia e, conseqüentemente, em defesa de uma democracia restrita. O PCB não podia esquecer que era um partido revolucionário, logo, comprometido com a revolução socialista. Dessa maneira, a organização e mobilização das classes trabalhadora, ajudando a "caminhá-las" ao socialismo, eram tarefas que não podiam ser abandonadas.

O autor da Carta também destacava que os pecebistas, como comunistas, deveriam defender a democracia socialista, mais abrangente, já que esta englobaria não só a esfera política, de participação nas eleições, mas também as esferas econômicas, políticas, culturais e sociais. Assim, Prestes afirmava:

(...) Nós, comunistas, não podemos abdicar de nossa condição de lutadores pelo socialismo, restringindo-nos à suposta "democracia" que nos querem impingir agora os governantes, nem às conquistas muito limitadas alcançadas pela atual "abertura", que na prática exclui as grandes massas populares. Não podemos concordar com uma situação que assegure liberdades apenas para as elites, em que a grande maioria da sociedade continua na miséria e sem a garantia dos mais elementares direitos humanos. Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a

posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores. Ao contrário, para os comunistas, a luta pelas liberdades políticas é inseparável da luta pelas reivindicações econômicas e sociais das massas trabalhadoras. E no Brasil atual, a classe operária está dando provas, cada vez mais evidentes, de que não está mais disposta a aceitar a "democracia" que sempre lhe foi imposta pelas elites e pelas classes dominantes.

(Carta aos Comunistas, 1980).

Dessa maneira, o autor da carta criticou também a política de negociação do PCB que, em nome desta, afirmava que era necessário agir com cautela, evitar “tensões políticas” (como exposto na Resolução Política de 1977), com isso, acabava freando a luta dos trabalhadores. Os pecebistas defendiam a cautela na ação, a unidade com diversos setores, inclusive com os que tinham apoiado a ditadura e acreditavam que a mudança de regime só seria possível através de uma negociação com o governo.

Foi seguindo essa mesma linha de raciocínio que Prestes criticou a solicitação da direção do PCB de legalização do partido, tendo em vista que, para ele, esse feito deveria ser resultado da luta e mobilização das classes trabalhadoras realizadas pelo partido e não uma concessão de um governo, posto que isto significaria um acordo dos comunistas com as classes dirigentes e com o próprio governo. Mais uma vez, Prestes salientava que as modificações no regime tinham que ser resultado da mobilização dos trabalhadores e não de um acordo, de uma negociação. Segundo o ex-secretário geral,

A ditadura jamais nos concederá a legalidade sem luta. O que ela tenta, nesse momento, é forçar o PCB a um acordo. Acordo este que significaria um compromisso com a ditadura, incompatível com o caráter revolucionário e internacionalista do PCB, compromisso que colocaria a reboque da burguesia e a serviço da ditadura, e inaceitável, portanto, à classe operária e a todos os verdadeiros comunistas. (“Nota distribuída à imprensa”, Folha de S. Paulo, 27/03/1980. In: PRESTES, 2012, 241).

O comunista também direcionavam críticas à direção do partido. Afirmou na Carta aos Comunistas que os dirigentes do partido não seguiam as determinações coletivas, as determinações do partido, mas seus próprios desejos, a indisciplina reinava no partido, segundo Prestes. Para combater isso, ele propôs a democratização do partido com a escolha dos membros que ocuparam os distintos cargos existentes no partido, inclusive, os de direção.

Assim, a manutenção da linha política do PCB desencadeou novas divergências no interior do partido, não sendo consenso nem na ala dirigente. Ainda no exílio, Prestes questionava essa orientação política, exigindo que a mesma fosse rediscutida (PRESTES, 2012). Porém isso não aconteceu e ela foi ratificada pelo partido. A questão do ex-secretário

geral não era mudar a tática de combate à ditadura, pois, assim como os pecebistas, defendia a Frente Democrática e em sua composição heterogênea, estruturada num critério que não era classista, havia acordo com a presença burguesa na Frente. A discordância residia na forma de atuação política da Frente. Para Prestes, já no confronto com o regime ditatorial, a Frente deveria focar no trabalho de base, de mobilização e organização das classes trabalhadoras para a construção da luta pelo socialismo. Enquanto na visão pecebista dominante, o papel da Frente Democrática era buscar a negociação para ampliar as liberdades democráticas, a luta pelo socialismo era *a posteriori* com o fim da ditadura e quando a correlação de forças fosse favorável a esse tipo de luta.

### 1.3) A defesa da democracia e os renovadores.

A manutenção da linha política pecebista também teve a contribuição da ideia de democracia existente no partido associada à expressão que a “corrente renovadora” adquiriu nesse período.

Essa corrente era composta por Armênio Guedes, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Ivan Ribeiro, Luiz Werneck Viana, dentre outros. A maior parte dos militantes dessa corrente ingressara no PCB nas décadas de 50 e 60. Vários deles eram influenciados pelas ideias gramscianas, porém do Gramsci adotado pelo Partido Comunista Italiano sob o corte eurocomunista. Assim, defendiam a democracia como valor universal (PANDOLFI, 1995; SAID, 2009), proposta por Enrico Berlinguer na Itália e divulgada, principalmente, por Carlos Nelson Coutinho no Brasil. Esse autor escreveu um artigo em 1979 com esse título que explicitava a defesa dessa concepção pela “corrente renovadora”. Nesse artigo, afirmou Carlos Nelson:

(...) não é um simples princípio tático; é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade.

(...) seria um erro supor que essa nova democracia, em todos os seus aspectos só possa surgir após a conquista do poder pelas classes trabalhadoras. Do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia (da democracia de massa) já se esboçam em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico no seio dos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia.

(...) Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (Aufhebung): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda.

(COUTINHO, 1979, 37).

Nessa passagem é possível notar que, para essa corrente, o socialismo (a democracia socialista) não seria conquistado por meio de uma revolução da classe trabalhadora, mas através da “superação” da democracia liberal, onde certos elementos da democracia socialista já seriam desenvolvidos. A democracia liberal seria o meio de se alcançar a sociedade socialista, pois na primeira se desenvolveriam instituições, que permitiriam a organização das massas trabalhadoras e a expressão dos seus interesses, estas iriam ganhando novas colorações a partir da ampliação da participação dos trabalhadores até estes, através de seus organismos de classe, conseguirem se apropriar da política. Assim, era necessário defender e implementar a democracia liberal, visto que o aprofundamento desta que possibilitaria a democracia socialista.

Além disso, havia outra concordância entre a corrente renovadora e a orientação política dominante na direção pecebista: a recusa do confronto como método de luta. Para os renovadores, a conquista do socialismo através da ampliação constante da organização e participação das massas trabalhadoras impedia precipitações (possíveis “golpismos”) que podiam levar a recuos desastrosos para as camadas populares (COUTINHO, 1979, 44).

No que concerne ao caso concreto brasileiro, a redemocratização do regime, Coutinho apoiava o direcionamento do partido. Para ele, primeiramente, era necessário promover alianças para implantar um regime de liberdades fundamentais (democracia liberal) que seriam consolidadas por uma Assembleia Constituinte. Depois, promover-se-iam novas alianças para aprofundar a democracia com o aumento da participação popular, buscando um consenso nessas alianças para se realizar medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista. Por fim, se construiria uma sociedade socialista.

Assim, existia uma simbiose entre as ideias da corrente renovadora e o partido de modo mais geral. Como pode ser verificado no trecho do jornal Voz da Unidade abaixo:

(...) É nos períodos que podem exercitar as liberdades políticas que mais avançam na conquista de suas reivindicações econômicas, sociais e políticas. Por isso mesmo, os comunistas definem a luta pelas liberdades democráticas como primordial e revolucionária, parte integrante e inseparável da luta nacional, democrática e socialista do proletariado, isto é, da luta contra o imperialismo, os monopólios, o latifúndio e o capitalismo. A luta pela democracia não é, portanto, um expediente tático ao qual os comunistas

recorrem como a um escudo contra a repressão e o arbítrio, mas uma necessidade histórica concreta: o socialismo a ser construído pelo povo brasileiro, como em toda a parte, exige a conquista e a ampliação das liberdades democráticas e será a expressão da mais ampla liberdade e democracia. (Voz da Unidade, 22 a 25 de maio, 1980, p.8).

Esse trecho é parte do documento assinado pelo Coletivo de Dirigentes do PCB<sup>13</sup> exposto no jornal em maio de 1980. As ideias presentes neste tem similitude com o que defendeu Carlos Nelson Coutinho, como por exemplo, o cerne da questão desse autor: a democracia deve ser tática e estratégia na luta dos trabalhadores para a consolidação do socialismo. Algo presente no artigo de Coutinho que também endossou a afirmação do partido era a proposição de que a partir da ampliação dos espaços políticos, os trabalhadores poderiam conquistar suas reivindicações sociais, políticas e econômicas.

Por isso, Anita Prestes afirmou que os renovadores ganharam espaço no partido, o que foi demonstrado no controle que tiveram do jornal *Voz da Unidade* no momento de confronto entre a corrente prestistas e o “pântano”, como forma de minimizar a força do ex-secretário geral no partido<sup>14</sup>.

Ao não falar de revolução para alcançar o socialismo, essa corrente se apresentava de acordo com um outro aspecto da linha política geral do PCB no período abordado nesse trabalho, a defesa da cautela como meio de findar a ditadura e de um certo etapismo, já que primeiro era preciso conquistar as liberdades democráticas. Assim, era necessário, segundo o PCB, eliminar qualquer tipo de radicalismo, de “atuação irresponsável”, como defendeu também Carlos Nelson Coutinho. Dessa maneira, o momento não era propício para falar de revolução. Tais atos, para o partido, poderiam desencadear num retrocesso, a perda das reformas estabelecidas nos governos Geisel e Figueiredo e a volta do regime ditatorial.

---

<sup>13</sup>Faziam parte do Coletivo Salomão Malina, Luís Tenório de Lima, Hércules Correia, Armênio Guedes, Lidonfo Silva, Gregório Bezerra, João Massena de Melo, José Montenegro de Lima, Orlando Bonfim e Jaime Miranda.

<sup>14</sup>A autora divide o Comitê Central do partido em três grupos. Num extremo estava Luís Carlos Prestes apoiado por um pequeno número de dirigentes; no outro, Armênio Guedes, representante da ala eurocomunista, isolado no interior do CC, mas com o controle da redação do jornal e da Assessoria; no meio se encontrava o pântano, a maioria do CC, “composta por elementos conservadores, acomodados, sem posições definidas e, por essa razão, aferrados a uma suposta defesa da ‘linha do VI Congresso’ do PCB.” (PRESTES, 2012, 213).

#### 1.4) O PCB, o movimento sindical e a greve do ABC em 1980.

No final da década de 70, os sindicatos reapareceram no cenário brasileiro, depois de alguns anos de ostracismo imposto pela repressão dos sucessivos governos militares. A greve que começou na Scania de São Bernardo do Campo e se espalhou por toda a categoria metalúrgica, em 1978, deu início ao movimento que findou o isolamento dos sindicatos e os reafirmou como atores políticos. A partir desse momento, os sindicatos voltam a influenciar os rumos do país, contribuindo para a reconfiguração do processo de redemocratização que vinha se desenhando.

Essa greve surpreendeu a todos, já que não fora convocada pela direção do sindicato (embora se possa dizer que a ação sindical no período anterior a preparara e a direção sindical a defendeu), foi um ato espontâneo, iniciado pelo setor da ferramentaria do diurno daquela fábrica, que decidiu não ligar as máquinas<sup>15</sup>. Várias greves surgiram depois destas. Em 1978, 118 greves foram deflagradas (NORONHA, 1991, 95), quantidade que aumentou significativamente no ano posterior, tendo recuado somente em 1980 com a acentuação da repressão.

As greves rapidamente se propagaram pelas cidades do ABC, onde tiveram muita importância por ser o polo industrial, com a presença de tecnologia de ponta, centro da acumulação capitalista. Porém, o movimento grevista não ficou restrito àquela região, tampouco aos metalúrgicos, elas se espalharam pelo país e incorporaram outras categorias, inclusive setores que ainda não tinham vivenciado essa experiência.

O movimento grevista, em geral, questionava as péssimas condições de trabalho e a defasagem salarial, resultados dos anos do chamado “milagre econômico”<sup>16</sup>, ainda mais depois que se tornou público a manipulação dos índices de inflação pelo governo, estratégia utilizada para aumentar a exploração do trabalhador e a mais valia para os burgueses por meio do achatamento salarial. Contudo, outras reivindicações foram agregadas em determinados movimentos, como aconteceu na greve do ABC paulista em 1980, cuja pauta abrangia, além do reajuste salarial, a exigência de estabilidade no emprego, a democratização dos locais de

---

<sup>15</sup> De acordo com o depoimento de um militante sindical foi isso que aconteceu no dia 12 de maio de 1978 na fábrica da Scania em São Bernardo. O relato é encontrado em diversos livros, como por exemplo, (ANTUNES, 1988,20); (MATTOS, 2009, 118) ; (SANTANA, 2001,184).

<sup>16</sup> Virgínia Fontes e Sonia Mendonça demonstraram como nos anos do chamado “milagre econômico brasileiro” a situação de vida dos trabalhadores pioraram com o aumento da rotatividade da mão de obra, da concentração de renda, por exemplo (FONTES e MENDONÇA, 2001).

trabalho com direito ao reconhecimento da representação sindical e do livre acesso dos dirigentes sindicais nos ambientes de trabalho. Além disso, nesse momento, não havia como fazer greve com uma dimensão meramente corporativa, pois a greve em si já era um ato político, posto que era um movimento de transgressão à lei antigreve e uma recusa à política salarial imposta pelo governo.

Dessa maneira, os sindicatos tentavam romper com os limites de sua atuação impostos pelos governos militares; estes esvaziaram os sentidos dos sindicatos a funções assistencialistas e recreativas, para que deixassem de ser um instrumento de luta da classe trabalhadora ou de parte dessa luta, que visa melhorar seus salários e suas condições de trabalho, assim como, perderam a função pedagógica, assumida por alguns, cujo objetivo é a politização da categoria representada por eles.

Nesse período, em muitos sindicatos, as direções foram ocupadas por novos dirigentes em substituição aos antigos interventores. Assim, os sindicatos vivenciavam uma renovação de seus quadros e propostas.

No interior dos sindicatos, alguns grupos se formaram de acordo com a concepção e atuação sindical defendida por cada um deles. Eram estes, as oposições sindicais, os autênticos e a unidade sindical. As “oposições sindicais”, desde fins dos anos 1960 em algumas categorias, desenvolveram uma crítica ferrenha à estrutura sindical, visto que os sindicatos estavam atrelados ao Estado, então, procuravam atuar em outros espaços, priorizando as organizações por local de trabalho. Os “autênticos” também eram defensores de mudanças na estrutura sindical, porém acreditavam na importância da atuação no interior dos sindicatos oficiais. Já a Unidade Sindical buscava fazer alianças para consolidar e aumentar seu espaço na estrutura sindical.

Uma outra distinção entre esses grupos era que a Unidade Sindical era reticente quanto à articulação direta de movimentos populares com o movimento sindical, já os outros grupos eram favoráveis a essa relação.

O PCB estava no interior da Unidade Sindical e tinha preponderância nesse grupo, tanto que este seguiu a linha política daquele partido. Como o nome do grupo já indica *Unidade Sindical*-, o PCB, defendeu a mesma ação nos sindicatos que a executada na esfera política geral, ou seja, a união. No caso da política geral, isso significou alianças, inclusive, com setores, que apoiaram e sustentaram o regime ditatorial, já, no plano sindical, as alianças foram feitas até com sindicalistas pelegos.

A preferência pelos pelegos em detrimento dos outros grupos – “autênticos” e “oposições sindicais” – era devida também à orientação geral do partido que sugeria ações cautelosas para evitar possíveis retrocessos. O PCB interpretava algumas ações desses grupos como imprudentes no sentido de que podiam gerar as limitações dos espaços democráticos já conquistados. Isso pode ser verificado nas análises pecebistas da greve do ABC, tratadas mais adiante.

Assim, a postura pecebista no campo sindical estava atrelada à orientação mais geral do partido. As interpretações acerca da greve do ABC em 1980 expostas no jornal “Voz da Unidade” nesse período denotam essa posição. Para os pecebistas,

(...) o caso do ABC também é educativo. Dada a séria crise política, econômica e social do país, é muito grande o potencial de perigo trazido em cada movimentação social que não incorpore a estratégia e a tática democrática e que não tome como referência necessária um prévio conhecimento do terreno e das forças sociais e políticas envolvidas. Mas para que isso ocorra é preciso que o conjunto das oposições, expresso politicamente no arco de forças que vai do PP, passa pelo PTB, pelo PT e encontra seu ponto de sustentação maior no PMDB e que atinge segmentos sociais e personalidades não representadas partidariamente, saiba formular alternativas concretas para o movimento. E de modo tal que a solução de cada conflito venha a significar o reforço da democracia.  
(Jornal da Voz da Unidade, 1 a 7 de maior, pp: 5-6).

Na visão pecebista toda movimentação social tinha que ter como objetivo a redemocratização do país, pois, caso essa orientação não pairasse sobre os movimentos, eles poderiam contribuir para o retrocesso político, ao invés de propiciarem o avanço, o fim da ditadura. Os pecebistas criticaram os dirigentes sindicais do ABC que se iludiram com a força do movimento grevista e as possibilidades que este poderia engendrar justamente por isolar o movimento sindical da política. Por isso, a greve, em vez de gerar ganhos no processo de democratização, teria gerado retrocesso, intervenção dos sindicatos, prisão das lideranças sindicais, proibição das assembleias dos operários. Então, para o PCB era fundamental impedir que os movimentos abrissem brechas para o plano de “autorreforma” do governo em que o autoritarismo seria mantido sob uma nova roupagem, os movimentos tinham que estar a serviço da ampliação das liberdades democráticas. A proposta dos comunistas para que existisse uma associação entre o movimento sindical e a luta pela democracia era as forças oposicionistas formularem políticas para os sindicatos, aproximando-se destes para trazê-los para a frente democrática.

Outro ponto fundamental de salientar da análise do PCB, presente na citação acima, era o fato do PMDB ser tratado como o partido de oposição mais importante, dando mais destaque a esse partido por estar inserido na ordem institucional-legal, materializando a unidade da frente democrática defendida, que ao próprio PCB.

No âmbito sindical, a palavra de ordem do PCB também era a negociação, os sindicalistas deveriam negociar com os deputados para que estes elaborassem leis “*realistas*” que os beneficiassem e eles negociariam as mesmas com o governo. Desse modo, na visão pecebista, os parlamentares da frente democrática fariam a mediação entre os sindicalistas e o governo, o que mostra mais uma vez a prioridade do PCB pela atuação parlamentar em detrimento dos movimentos sociais. O que se evidencia no trecho abaixo:

(...) é preciso estimular um amplo processo de negociação. Em primeiro lugar, entre as forças que compõem a frente democrática, particularmente entre o movimento sindical e os partidos de oposição, para que estes possam encaminhar ao Congresso propostas realistas que contenha o respaldo dos trabalhadores organizados. Em segundo lugar, entre as forças democráticas e o próprio governo que, tanto quanto o patronato, deve ser obrigado a negociar. Nenhum esforço deve ser poupado para explorar as contradições existentes no seio do regime, para debater o câncer repressivo que se alastra e procura fórmulas capazes de absorver focos de tensão que, na correlação de forças atual, só podem favorecer à mais negra reação. (Jornal Voz da Unidade, abril de 1980, p.3).

Também é digno de destaque que na concepção do PCB que aos sindicatos não caberia privilegias a autonomia de sua ação perante o Estado, propondo-se mesmo que estes vinculassem suas lutas aos deputados, com o intuito de no parlamento concretizarem seus interesses.

Mais uma vez a defesa da negociação era justificada por ser o meio de evitar as tensões sociais, os conflitos, que poderiam provocar o regresso da ditadura. Dessa maneira, para os pecebistas, a greve, momento de conflito em que as tensões sociais são desnudadas, não pode ser um instrumento do confronto pelo confronto, ela deve ser o último recurso, anunciada somente quando todas as possibilidades de negociação forem esgotadas. Por isso, chamaram a responsabilidade para os sindicalistas que numa greve não influenciam apenas a vida da categoria, a qual representam, mas de todas as camadas da sociedade, pois podem

inibir os avanços democráticos. Assim, a luta da categoria tem que estar associada ao quadro político geral<sup>17</sup>.

Dessa forma, a análise que o PCB fez da greve do ABC foi negativa, visto que, para o partido, não ajudou no avanço democrático. Pelo contrário, desencadeou ações repressivas do governo, retardando o processo de abertura. Isso aconteceu, segundo os pecebistas, por causa, do “apoliticismo” de alguns sindicalistas e das análises muito otimistas e equivocadas da correlação de forças da conjuntura do período. Para os comunistas, esse “apoliticismo” se manifestou através do afastamento de alguns sindicalistas dos políticos, da limitação do movimento sindical à luta corporativa e da desconfiança da política.

Além disso, para o PCB,

(...) O resultado da greve desfez as ilusões de alguns que pretendiam com ela o “assalto aos céus” desmascarando o aventureirismo golpista que quer ver em movimentos específicos e parciais o anúncio de uma revolução súbita e imediato. E, em contrapartida, mostrou a verdadeira face do regime, colocando em primeiro plano a necessidade de ampliar ainda mais o leque de forças que se bate hoje pela transformação democrática do país, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

(...) Os diversos episódios da greve só fortaleceram sua consciência de classe e amadureceram sua compreensão de que a guerra não se decide numa só batalha. Mais ainda: serviram para mostrar que o movimento operário só poderá avançar, conquistar e consolidar sua autonomia na luta diária pelo fortalecimento da democracia, quando se articula aos demais setores da sociedade civil empenhado nessa batalha. (Voz da Unidade, 15 a 21 de maio de 1980, capa).

Destarte, o lado positivo proporcionado pela greve, segundo o partido, foi a confirmação da altivez da orientação política do PCB, isto é, a percepção de que a vitória real do movimento só seria possível com a democracia que pode ser conquistada por meio da união de todos os setores da sociedade em vista deste objetivo e não apenas através de uma greve. Por isso, mais uma vez, para o PCB, a construção e o fortalecimento da frente democrática eram afirmados como o passo fundamental para derrotar o regime.

Mas, em 1980, a condenação à greve do ABC possuía também outro componente. Seus dirigentes eram lideranças diretamente ligadas ao Partido dos Trabalhadores, a começar pelo presidente do sindicato, Luís Inácio Lula da Silva.

---

<sup>17</sup> Sobre essas posições ver as entrevistas dos pecebistas Hércules Côrrea e Luís Tenório da Lima expressas na “Voz da Unidade” em 01/05 a 07/05 na página 8.

### 1.5) A formação do PT.

“(...) Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados. Que não adianta ganhar 10% se quem está no poder tem meios para baixar uma política salarial para tirar todas as conquistas da classe trabalhadora. (...) Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores: PT”. (Lula, 1979. In: Almeida, 2000).

Lula, nesse discurso, explicou a proposta de fundação de um novo partido, o Partido dos Trabalhadores, como consequência da experiência adquirida com as lutas sindicais. Nesta, se percebeu, segundo o sindicalista, os limites do movimento sindical, já que o reajuste salarial poderia ser concedido para uma determinada categoria, porém essa conquista poderia ser apagada pela política salarial do governo, que, pelo seu caráter, contemplaria toda sociedade, todas as categorias de trabalhadores seriam afetadas por essa política, assim como todos os patrões teriam que acatar essa determinação salarial. Dessa maneira, o movimento sindical cuidaria das questões específicas de uma categoria e não de todos os trabalhadores (da classe trabalhadora), logo, é um movimento particular, enquanto na política, as determinações são universalizadas para toda sociedade, logo, a luta política é mais abrangente que a luta sindical, pois a primeira interfere em toda a sociedade, em todos os grupos sociais existentes. Então, para se estabelecer melhores condições de vida para uma classe, o que significa mudanças na sociedade, só por meio da luta política.

Assim, no discurso do sindicalista, a criação do Partido dos Trabalhadores foi vista como resultado do amadurecimento das lutas dos trabalhadores, pois a partir das lutas sindicais, os trabalhadores perceberam como as greves (lutas, no caso, mais econômicas) eram movimentos limitados, e que seus interesses só seriam possibilitados e garantidos, quando se tornassem leis, que se generalizariam para toda sociedade.

Além disso, no trecho citado acima, Lula, de forma implícita, estabelece uma relação dialética entre as lutas mais econômicas e as políticas. As primeiras são fundamentais para os trabalhadores perceberem a importância e a necessidade das lutas políticas, pois através delas

podem atingir seus interesses não só como categoria profissional, mas enquanto classe social<sup>18</sup>.

No discurso de Lula havia uma vinculação entre a formação do PT e as lutas sindicais, ou seja, o sindicalista fez uma relação entre a formação do partido com os movimentos sindicais surgidos no final da década de 70. Essa perspectiva de análise da formação do PT foi generalizada e propagada, de tal forma que não é possível pensar na origem do PT sem associá-lo ao “novo sindicalismo”.

Também é comum encontrar essa perspectiva nos diversos estudos sobre o partido. No estudo da cientista social Rachel Meneguello, por exemplo, há essa relação entre a formação do PT e as lutas sindicais realizadas no ABC. Para essa autora, as lutas desbravadas nesses movimentos, com vitórias e derrotas, possibilitaram a percepção dos seus limites e fizeram com que alguns de seus membros concluíssem que era necessário um órgão (como os partidos políticos) que tivesse como objetivo a construção (e a implantação) de um projeto de sociedade. Desse modo, a criação do PT foi resultado da percepção dos próprios trabalhadores da necessidade de se organizarem politicamente, visto que as organizações político-partidárias tem um sentido mais amplo, nelas, os grupos sociais já superaram a visão econômico-corporativa e poderiam, se fosse de acordo com seus interesses, lutar pela transformação da sociedade, posto que os grupos sociais envolvidos na construção de um partido já perceberam o seu lugar social.

Essa associação entre o movimento sindical, principalmente das greves dos setores metalúrgicos, com o nascimento do PT também foi reforçada pelos próprios fundadores do partido, como se pode ver na Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores:

(...) o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça

---

<sup>18</sup> A análise de Lula sobre o movimento empreendido pelos sindicalistas, que saem de uma perspectiva econômico-corporativa (a realização de greves para obter aumento salarial) para a esfera da luta política, a construção de um partido político, lembra a exposição de Gramsci acerca dos três graus da consciência político-coletiva alcançada pelos grupos sociais. O primeiro deles seria o econômico-corporativo em que se tem uma unidade homogênea do grupo profissional; o outro grau de homogeneidade do grupo social seria marcado por uma consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas num campo meramente econômico, porém, a questão do Estado já seria abordada, visto que querem alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes e, por fim, os grupos sociais superariam o círculo corporativo e tornariam seus interesses, interesses de outros grupos subordinados e exerceriam a hegemonia sobre estes. (In: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978). Ainda nesse Caderno, Gramsci aponta a política como a esfera que possibilita a implementação do interesse de um determinado grupo social para toda sociedade.

produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. (Carta de Princípios, 1979. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, 1998, 49-50).

A Carta reforça a visão de que foi a percepção dos limites do movimento sindical adquirida nas greves pelos trabalhadores que impulsionou a criação do PT.

A experiência nos movimentos sindicais do final dos anos 70 e a contribuição dos sindicalistas, engajados na construção de um novo partido, foram alguns dos elementos explicativos da criação do PT. Porém, é importante salientar que o projeto de criação de um novo partido não se restringiu a esse ator social, membros de outros movimentos populares, grupos políticos, intelectuais, alguns ex-emedebistas e membros de algumas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica também estiveram presentes na formação do PT. Além disso, como destacou Gelsom de Almeida, antes das greves de 1979 e 1980 e das possíveis derrotas destas, alguns sindicalistas já discutiam a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1978, no Congresso dos Metalúrgicos do ABCD paulista. Logo, não é possível fazer uma associação direta e exclusiva entre a formação do PT e os movimentos grevistas (ALMEIDA, 2000, 155). Isso não significa negar que as greves exerceram influência no amadurecimento político dos trabalhadores que, possivelmente, ratificaram a necessidade da criação de um novo partido e fizeram com que mais trabalhadores comprassem esse projeto.

Além dos sindicalistas, nesse mesmo período, parte da esquerda organizada, principalmente grupos trotskistas, também já tinha como projeto a construção de um partido político. Em meados da década de 1970, com a derrota da tática de guerrilha, alguns grupos de esquerda, como a Liga Operária, iniciaram a discussão acerca da importância de ocuparem espaços legais e de organizarem um partido socialista. Em Julho de 1977, numa Conferência, essa Liga resolveu denominar-se Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e lançou, no início de 1978, o Movimento Convergência Socialista (MCS), cujo objetivo seria reunir simpatizantes das ideias socialistas para, posteriormente, fundar um partido socialista legal, amplo e de massas. Para recrutar adeptos, o MCS participou do jornal alternativo Versus.

Porém, alguns fatores dificultaram a criação desse partido, o isolamento do MCS no interior desse jornal, a repressão aos militantes do MCS em agosto de 1978, quando dezenove deles foram presos em São Paulo, inclusive, o líder argentino Nahuel Moreno, Rita Strassberg, Antonio Leal e José Maria de Almeida e a participação nas greves do mesmo ano. Segundo Marcos Faria (FARIA, 2005) o MCS, após a participação orgânica nas greves, percebeu a existência de um descompasso entre a sua proposta de fundação de um Partido

Socialista e a base (de trabalhadores). Assim, em finais de 1978, a proposta de criação de um partido dos trabalhadores tornou-se hegemônica no MCS em substituição ao partido socialista.

Também outro grupo apoiou a formação de um partido dos trabalhadores, a frente jornalística Em Tempo, um dos primeiros jornais da imprensa alternativa a promover essa defesa. Essa frente reuniu diversos grupos, inclusive de matizes trotskistas e estalinistas (como o MR-8 e ex-militantes da AP). O apoio ao PT gerou discórdia no interior dessa frente. O MR-8<sup>19</sup> e os ex-militantes da AP não concordaram com essa posição e se desligaram da frente no início de 1979. No início de 1980, o jornal Em Tempo foi controlado pela organização Democracia Socialista, corrente filiada às ideias de Trotsky, que posteriormente se tornou tendência do PT. A Democracia Socialista, ou apenas DS, foi formada em dezembro de 1979 por militantes de três organizações: a organização mineira denominada apenas de O., militantes da corrente gaúcha Nova Proposta e do POC-Combate (KAREPOVS, 2007; LEAL, 2003).

Desse modo, a formação do PT foi um amálgama de projetos de diversos atores sociais envolvidos nas lutas populares emergentes daquele período, que inclui os movimentos sindicais, mas não se restringiu a eles. Outros movimentos como as associações de moradores, os movimentos contra a carestia, o movimento estudantil, os movimentos rurais contribuíram também para a formação do PT e na formatação do novo partido. Essa diversidade de projetos se manifestou no partido por meio da constituição de diversas tendências como explicitado na Carta de Princípios:

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressalvando apenas as inscrições serão individuais. (Carta de Princípios, 1979).

Talvez essa diversidade petista possa ser explicada pela própria estruturação do partido, de “baixo para cima”. O objetivo de organizar, mobilizar as lutas dos oprimidos e manifestar os anseios destes na política para poder concretizar seus interesses fez com que diversos atores sociais pensassem na criação de um partido político. Esse vínculo com os

---

<sup>19</sup> O MR-8 passou atuar na Frente Democrática em torno do (P)MDB.

movimentos sociais foi muito valorizado no início do PT, que buscou mantê-lo. Por isso, seus estatutos valorizavam o núcleo de base, órgão do partido que fazia o canal entre os movimentos sociais e as demais instâncias partidárias.

Destarte, o desejo de criação do PT não foi apenas resultado das derrotas nas greves de 1979 e 1980, como afirmou Meneguello. Mas de uma percepção mais geral: os fundadores do novo partido achavam as ações do MDB limitadas no que concerne à crítica ao regime e à defesa dos trabalhadores, por isso, vão se engajar na construção de um outro partido político, que deveria defender os trabalhadores e seus interesses. Assim, a criação do PT está também relacionada a uma divergência da forma como o MDB (futuro PMDB) conduzia as lutas antiditatoriais. Os defensores do primeiro pretendiam construir um partido distinto com outro projeto político e de classe, o que foi exposto nos documentos iniciais do partido, analisados mais adiante.

#### 1.6) O caráter anticapitalista e classista do PT.

Os documentos iniciais do partido, como *A Carta de Princípios* de 1979 e o *Manifesto de Fundação do Partido* de 1980, foram fundamentais para se entender como o Partido dos Trabalhadores se definia, como analisava a sociedade e qual era o seu projeto. Destarte, alguns trechos desses documentos serão analisados:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. (Manifesto de fundação do partido, 1998, 65).

Nessa passagem, o PT se colocou como defensor de uma transformação social e política, visto que, segundo o trecho acima, o partido foi constituído com esse propósito. Para o PT, uma das transformações necessárias na sociedade, era a sua democratização que só seria possível por meio da organização e da luta dos trabalhadores. A partir da leitura desse pedaço do Manifesto, é possível afirmar que, para o PT, os trabalhadores seriam os protagonistas da transformação política e, conseqüentemente, os responsáveis pelo estabelecimento da democracia no país.

Na Carta de Princípios, o partido delimitou explicitamente a divergência petista em relação aos outros partidos na condução das lutas antiditatoriais, principalmente no que concerne à atuação do (P)MDB. Os petistas foram acusados pela “Frente Democrática”, defendida pelo PCB, de fazerem o jogo dos militares, posto que a criação do partido contribuiria na divisão da oposição ao regime. A maioria dos emedebistas, que participou da discussão de criação de novo partido, defendeu que ainda não era o momento, pois enfraqueceria a oposição frente ao regime. Além de assegurar que o MDB podia se transformar num novo partido com candidatos populares (ALMEIDA, 2000, 169).

Essas críticas foram respondidas pelos petistas nesse documento. Afirmaram que a formação do PT significava o aprofundamento das organizações dos trabalhadores, tendo em vista que, nesse novo partido, seria possível defender *os reais interesses das classes trabalhadoras*, ocultados no (P)MDB e na própria Frente Democrática. Os petistas afirmaram na *Carta*:

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. ***Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora***, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, ***único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva***. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas (grifos nosso). (Carta de Princípios, 1998, 52).

Nesse trecho, os defensores da criação do PT afirmaram o caráter classista do partido à medida que foi formado com o intuito de não “calar” os interesses dos trabalhadores que não deveriam ser submetidos aos interesses de outros grupos sociais. Dessa forma, o partido defendia a autonomia e independência da classe trabalhadora.

Também, no documento exposto acima, o partido reafirmou que a democracia defendida por ele era a efetiva e esta só poderia ser estabelecida a partir da organização política das classes trabalhadoras. Para o partido, a implantação dessa democracia efetiva significaria a transformação da sociedade brasileira. E os trabalhadores eram vistos como os únicos capazes de implementar esse tipo de democracia. Assim, segundo o PT, os trabalhadores seriam os protagonistas da construção da democracia efetiva no Brasil, logo, o

partido os elegia como os agentes da transformação social. Dessa maneira, se o PT se afirma como defensor da democracia efetiva, isso significa que, para os petistas, a democracia defendida pelos grupos presentes na “frente de oposição” não era a mesma que queriam, o que demonstra novamente que o PT se constitui por meio de um contraponto com o projeto de democratização construído em torno do (P)MDB. Para o PT, não bastava derrubar o regime ditatorial e restabelecer o regime democrático existente antes do golpe, a questão era construir um regime que possibilitasse uma democracia real (efetiva).

Além disso, nesse documento vemos que o PT percebia a existência de interesses divergentes e inconciliáveis na sociedade brasileira. De um lado, os interesses das classes trabalhadoras cujo objetivo seria a democracia efetiva. De outro lado, os interesses dos grupos privilegiados economicamente, contemplados no (P)MDB. Isso também fica explícito num outro trecho da Carta de Princípios:

Isso [o fato de o MDB ter sido utilizado pelas massas para manifestar sua insatisfação com o regime ditatorial], no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB - partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

**O MDB**, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, *por seu programa pró-capitalista*, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam (...) classes sociais cujos interesses são incompatíveis, e onde logicamenteprevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado (...)

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. (...)

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam de fato nos interesses das massas trabalhadoras. (grifos nossos). (Carta de Princípios, 1998, 52).

Os petistas ratificaram a maneira como concebiam a sociedade brasileira, constituída em classes sociais, com interesses essencialmente contraditórios, visto que os “patrões” defenderiam o capitalismo, sistema que os beneficia, em detrimento das classes trabalhadoras, por estar calcado na exploração dessas últimas, enquanto, as classes trabalhadoras lutariam por melhores condições de vida para acabar com sua exploração, logo, os interesses das classes trabalhadoras seriam opostos aos interesses das classes dominantes. Na Carta, os petistas apresentaram o MDB como um partido defensor dos interesses das classes sociais dominantes (“dos patrões”) e o PT como o partido das classes trabalhadoras.

Dessa maneira, os petistas acusavam o (P)MDB de ser um partido limitado para as classes trabalhadoras, posto que era um partido eleitoral, restrito à atuação parlamentar, defensor da burguesia (dos patrões) e comprometido com o sistema capitalista. Por isso, o partido seria defensor de uma democracia formal, que se restringia ao âmbito parlamentar e inibiria a participação real das classes trabalhadoras. Segundo os petistas, a crítica do MDB ao regime era formalista, porque o partido estava comprometido com a defesa das classes dominantes e, conseqüentemente, do capitalismo. Assim, mesmo defensores das classes dominantes, o MDB tinha uma composição social heterogênea, que agregava também o operário industrial, com o objetivo de promover uma conciliação de classes em prol dos “interesses dos patrões”, atrelando as lutas dos trabalhadores aos interesses das classes dominantes e fortalecendo o capitalismo.

O PT se diferenciava deste último, ao apresentar o partido como o partido da classe trabalhadora, logo defensor dos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores e contrário ao atrelamento desses interesses aos interesses de outros grupos sociais da classe dominante, assim, era favorável à independência política da classe trabalhadora. Para o partido, um dos interesses da classe trabalhadora era a democratização real da sociedade brasileira, e não meramente a constituição de uma democracia formal. O PT defendeu uma democracia (efetiva) contraditória com o sistema capitalista, que explora a classe trabalhadora e impede a sua participação social e política. Novamente, os petistas reafirmaram a impossibilidade de atuarem no interior do MDB, porque tinham ponto de vista social e posicionamento de classe oposto, logo, discordavam do posicionamento pecebista. Desse modo, na visão daquele partido, não era possível reformar o MDB, o que deveria ser feito era criar um partido da classe trabalhadora, um partido classista e o PT cumpriria esse papel. Podemos ratificar isso num outro trecho da Carta de Princípios:

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manifestações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer. O partido dos trabalhadores é um partido sem patrões! (Carta de princípios, 1998, 53).

Nesses textos apresentados acima, o PT estabeleceu a diferença entre o projeto da classe trabalhadora, a busca da democracia plena, e o projeto das classes dominantes representadas no MDB, a democracia formal. Para o PT, o regime democrático, a “democracia plena”, não se limitava ao ato de votar. O PT não queria apenas a redemocratização da

sociedade brasileira, ou seja, não desejava a volta do regime político existente antes do golpe de 1964. O PT defendia a democracia plena que, segundo o partido, não era possível no sistema capitalista, ele a associava ao socialismo.

Embora a concepção de socialismo petista seja de difícil definição, pois os documentos do partido que trataram desse assunto não são muito claros, não se pode negar o fato do partido ter defendido o socialismo, mesmo que atualmente, como afirma Mauro Iasi, alguns petistas neguem que, nas origens do partido, essa defesa estivesse presente (IASI, 2006, 380-381). Na visão dos propositores da Carta de Princípios petista existia uma relação de oposição entre democracia plena e capitalismo e de equidade entre socialismo e democracia plena:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo (Carta de Princípios, 1998, 54).

O PT defendia o socialismo (ou a “democracia plena”) em oposição ao capitalismo. Para esse partido, o capitalismo era um regime político e econômico que só beneficia uma minoria de privilegiados a partir da exploração dos trabalhadores, assim, não contemplava os interesses e as necessidades das classes trabalhadoras. Na *Carta de Princípios* é afirmado como objetivo do partido acabar com a relação de “exploração do homem pelo homem” (Carta de Princípios, 1998, 54), vigente na sociedade capitalista, o que mostra o afinamento do partido com as ideias socialistas.

Mais difícil ainda é estabelecer a forma de alcançar o socialismo para o partido. O PT não era um partido revolucionário, apesar de muitas correntes presentes no seu interior serem. Todavia o caminho ao socialismo não era apresentado pela via eleitoral, portanto que deixava claro que as eleições não eram prioridade para o partido. Desde o início esse ponto foi evidenciado, já na tese de “Santo André-Lins”:

(...) que este partido seja (...) Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores.

Apesar da Carta de Princípios, quando apresentada no 1º de maio de 1979, ter gerado divergências entre os defensores do novo partido, diversos elementos apresentados nela como

constituidores do PT estão também presentes nos outros documentos iniciais do partido, como na Tese citada acima.

Na época, o comitê informal, formado no Encontro dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, no município de Lins em janeiro de 1979, composto por membros ou simpatizantes de agrupamentos trotskistas como Jacó Bittar (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia), Paulo Skromov (operário do setor de couros de São Paulo), Hernos Amorina (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), Wagner Benevides (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte) e Robson Camargo (Diretor do Sindicato de Artistas de São Paulo), elaborou a Carta e distribuiu milhares de cópias em algumas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia, com o objetivo de debatê-la nas bases sindicais e acelerar o registro do partido na Justiça Eleitoral ainda para maio. Tal atitude foi considerada precipitada e criticada por diversos simpatizantes<sup>20</sup> do PT, posto que não fora debatida com as bases, com as lideranças sindicais e não havia unanimidade ainda quanto à formação do partido, logo, o documento não deveria ser exposto.

Apesar do debate acerca da Carta de Princípios, ela foi validada como documento, posteriormente, pelo próprio partido, como pode ser verificado nas “Sugestões para Normas Transitórias de Funcionamento”, quando define que o militante petista deve está de acordo com os pontos principais da Carta de Princípios e da Declaração Política:

O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos de organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1º/5/1979 e da Declaração Política de 13/10/79.

(Sugestões para Normas Transitórias de Funcionamento, 1979. In: GADOTTI e PEREIRA, 1989, 47).

Além disso, como nos mostra Eurelino Coelho (COELHO, 2005, 61-69) as tendências do PT (do grupo dirigente – grupo de Lula – às “tendências de esquerdas”), nesse momento, apesar das diferenças, estavam aglutinadas em torno de certos elementos definidores do partido, como por exemplo, a concepção de socialismo, que acabaria com a exploração e seria construído pelos próprios trabalhadores, a defesa da independência de classe e,

---

<sup>20</sup> Foram críticos dessa atitude, por exemplo, Hugo Perez, Presidente do Sindicato dos Urbanitários, Agrimeron Cavalcanti, Presidente do Sindicato dos Médicos, Ronaldo Cabral, Presidente do Sindicatos dos Petroleiros do Rio de Janeiro, Lélia Abramo, Presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo e João Paulo Pires de Vasconcelos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade. Sobre essa discussão em torno da Carta de Princípios ver Gelsom de Almeida (ALMEIDA, 2000, 160-163).

acrescentaríamos, a defesa de uma outra forma de democracia delimitada pelos trabalhadores, a definição do PT como sendo o partido dos explorados e a divisão da sociedade em classes em que os interesses dos explorados (trabalhadores) eram inconciliáveis, porque eram antagônicos, com os interesses dos exploradores (capital nacional e internacional), questões explicitadas também na Declaração Política e no Manifesto de Fundação do Partido:

A ideia do Partido dos Trabalhadores (...) Surgiu, portanto, como uma necessidade de:  
criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e todos os setores explorados pelo capitalismo;  
(...)  
O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja, portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas, antes, criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de pôr fim à exploração e à opressão. (Declaração Política, 1979. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1978-1998, 1998, 55-56).

Tais princípios são ratificados no Manifesto de Fundação do Partido, discutido no Colégio Sion, em São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980, data oficial de fundação do PT:

(...) O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.  
(...)  
(...) Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo. (Manifesto de Fundação do Partido, 1980. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1978- 1998, 1998, 65, 67).

Esses direcionamentos políticos do PT foram apresentados em todos os documentos iniciais do partido, desde a Carta de Princípios até o Manifesto de Fundação do Partido. Porém, a diferença era que, na Carta, categorias como a de “socialismo” e de “democracia efetiva” apareceram, enquanto nos outros documentos elas foram ocultadas, visto que não havia um consenso acerca do uso da palavra “socialismo”. Na elaboração da Declaração Política de outubro de 1979, as divergências apareceram quanto ao uso dessa palavra. Lula defendeu que isso poderia gerar desentendimentos no seio da classe trabalhadora, pois muitos trabalhadores não sabiam o que era socialismo e podiam associá-lo a “antidemocracia”

(GADOTTI e PEREIRA, 1989, 42), o que parecia uma crítica ao paradigma de socialismo implantado na URSS. A crítica ao socialismo soviético estava presente no partido que o caracterizava como burocrático<sup>21</sup>.

A defesa da independência política dos trabalhadores era consenso, mas a forma como esta se manifestava era diferente nas tendências do partido (COELHO, 2005, 63-66). Enquanto, por exemplo, as “tendências de esquerda”, como a Convergência Socialista, utilizavam o termo “um partido sem patrões”, presente na Carta de Princípios, tal expressão foi abandonada pelo grupo de Lula no 1º Encontro Nacional (COELHO, 2005, 64-65).

Porém, a independência política dos trabalhadores era defendida por todas as tendências do PT. Para o partido como todo, além do PMDB, o PTB também dificultaria a independência política dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma democracia plena. Segundo os petistas, o ressurgimento do PTB teria o papel de esvaziar o movimento dos trabalhadores, pois era um partido que se afirmava como “formulador de políticas” para essas classes, logo, falava por elas e em nome delas, assim, não visava a sua organização, o que auxiliaria o processo de uma redemocratização e inibiria a construção de uma democracia efetiva, já que excluiria a organização e os anseios dos movimentos populares. Já o PT se afirmava como expressão da classe trabalhadora. O partido estabelecia uma relação dialética com a classe trabalhadora, visto que não era um partido que pretendia defender a classe, mas o partido era a voz da classe, o partido seria a manifestação da classe trabalhadora. O PT apostava que organização e mobilização da classe trabalhadora seriam o meio para se conquistar a democracia no Brasil. O PT se afirmava como canal de expressão das mobilizações populares e organizador dessas mobilizações. Porém, mesmo tendo uma relação com os movimentos sociais, o PT enfatizava que estes deveriam ser independentes, não deveriam estar atrelados ao partido. Dessa maneira, o PT criticava novamente o regime político do período anterior a 1964, ancorado no populismo que se caracterizava pelo esvaziamento da organização dos trabalhadores e atrelamento destes ao PTB, e defendia um novo tipo de regime, a democracia efetiva. A crítica feita pelo PT a esses partidos ajudava na composição da identidade do partido constantemente ressaltada pelos petistas, o fato de

---

<sup>21</sup> Ver o discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do partido em 1981 apud IASI, Mauro. [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br). Esse autor demonstrou, inclusive respaldado nesse discurso de Lula, que o socialismo defendido pelo PT era crítico tanto ao soviético por acreditar que este era burocrático e antidemocrático quanto à social democracia, pois o partido não era favorável à adoção de medidas paliativas no sistema capitalista. Sobre isso ver as obras desse autor citadas na bibliografia.

afirmar o partido enquanto novidade política, tendo em vista que era um partido dos trabalhadores e não meramente em defesa dos trabalhadores.

Além disso, a defesa da independência política com corte classista distinguia também a posição petista da pecebista, já que o PCB defendia, como visto anteriormente, uma frente policlassista. Assim, o “novo” partido da classe trabalhadora, PT, se diferenciava do “antigo”, PCB a partir da crítica ao socialismo soviético e à unidade com setores burgueses<sup>22</sup>.

Dessa forma, a democratização defendida pelo PT não seria decorrente de uma visão liberal em que, geralmente, associa democracia ao direito de voto. A democracia defendida pelo PT estava vinculada a dois pontos fundamentais. Primeiro, uma transformação estrutural da sociedade, comandada pelos trabalhadores, que findaria a “exploração do homem pelo homem”, característica do sistema capitalista. Segundo, a liberdade de organização das classes trabalhadoras, visto que seria por meio da organização e das lutas destas que possibilitaria o surgimento da “democracia plena/socialismo” e o fim do capitalismo.

Mesmo o PT não se definindo como um partido marxista, havia uma confluência de pontos entre o PT e o marxismo. Um destes é a defesa do protagonismo dos trabalhadores, que a organização e atuação política das classes trabalhadoras seriam o motor da transformação social. Outro ponto é o fato de perceberem a sociedade dividida em classes sociais que possuem interesses antagônicos, por isso, inconciliáveis, o que implica a defesa da independência de classe, ideia tão cara ao trotskismo, presente no PT, que nos seus primeiros anos foi crítico ferrenho da composição de frente popular. Por fim, a defesa do socialismo em contraposição ao sistema capitalista também é um ponto de afinidade. Por isso, não podemos esquecer a atuação e a influência dos grupos de esquerda na formação do Partido dos Trabalhadores, especialmente em seus primeiros passos.

Destarte, o PT defendia outra forma de combater o regime ditatorial por meio da organização e mobilização da classe trabalhadora que construiria assim outro regime, a “democracia efetiva”.

---

<sup>22</sup> Iasi nos mostra que essa diferenciação petista ficou mais explicitada e teorizada no V Encontro Nacional do PT (1987) em que o partido rejeitou a alternativa nacional-democrática apregoada pelo PCB devido a participação da aliança com setores da burguesia. Ver: IASI, Mauro. In: [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)

## CAPÍTULO 2

### **A atuação política do PT e do PCB no processo eleitoral e nos movimentos sociais.**

Dando continuidade ao projeto de abertura dos militares, em 1982, depois de quase 20 anos sem eleições diretas para cargos executivos, tem-se eleições para os cargos de governador, prefeito<sup>23</sup>, além de vereador, deputado estadual, deputado federal e senador. Estas eleições, porém, faziam parte do projeto de abertura política dos militares, visto que ao passo que se ampliava as possibilidades políticas também se estabeleciam regras de controle através de vários decretos e pacotes como o de novembro de 1981. Desse modo, nas eleições de 1982 eram inadmissíveis coligações, o acesso limitado aos meios de comunicação, concretizado pela Lei Falcão, era mantido e se dificultava o ato de votar a partir da mudança da cédula eleitoral, os eleitores teriam que escrever o nome do candidato escolhido, ao invés de assinalarem sua escolha e, além disso, o voto do eleitor seria totalmente anulado se não votasse nos candidatos de um mesmo partido.

Além de ser a primeira eleição direta para cargos executivos depois de anos, a novidade desta também residia na inserção de novos partidos políticos após a Reforma Eleitoral de 1979 que acabou com o bipartidarismo implantado pelo AI-2. Esses dois fatores fazem a autora Margaret Keck afirmar que as eleições de 1982 foram “fundacionais”<sup>24</sup> e importantes já que possibilitaram, mesmo que precariamente, um novo equilíbrio das forças políticas, já que novas agremiações surgiam no cenário político (KECK, 1991, 145-146) como o PT, por exemplo.

Segundo essa mesma autora, a importância das eleições “fundacionais” deriva também do que descobrimos sobre os atores políticos nelas envolvidos (KECK, 1991, 145). Nesse sentido, essas eleições foram fundamentais, pois permitiu que víssemos o papel ocupado pelas eleições na concretização do projeto societário pecebista e petista e como estes combinavam a atuação nos movimentos sociais com a disputa eleitoral. As eleições de 1982 vão nos mostrar que PT e PCB tinham percepções e propostas políticas bastante diferenciadas. Apesar de ambos os partidos se contraporem à ordem, tiveram propostas divergentes em relação às eleições. Mas isto não aconteceu somente em relação ao processo eleitoral. Posturas opostas

---

<sup>23</sup> As capitais consideradas zonas de segurança nacional não puderam escolher seus prefeitos em 1982.

<sup>24</sup> As aspas são utilizadas pela própria autora (KECK, 1991, 145-146).

também ocorreram em relação à fundação de uma Central Sindical e do movimento das Diretas Já.

Neste capítulo, portanto, pretendemos discutir como os dois partidos se manifestaram em relação a esses três pontos- as eleições de 1982, a fundação da Central Única dos Trabalhadores e o movimento das Diretas Já - para melhor compreendermos as táticas de combate ao regime ditatorial adotadas pelos partidos e suas estratégias de construção de um novo regime, buscando perceber como a classe trabalhadora, a qual os partidos se colocavam como representantes, se inseria nessas táticas e estratégias.

## 2.1 – O PT e as eleições de 1982.

Ao se inserir no quadro das instituições políticas a partir da sua legalização enquanto partido político, o PT, assim como os outros partidos, estabelecia-se no seio do jogo eleitoral de disputa de cargos executivos e/ou legislativos das instâncias federais<sup>25</sup>, estaduais e municipais do país. Contudo, o partido buscava se consolidar no cenário político de outra forma. No Segundo Encontro Nacional, realizado nos dias 27 e 28 de março de 1982, aprovou-se a Plataforma e Carta eleitorais do partido. Nestas, o partido apresentava suas propostas, sua avaliação da situação econômica-política do Brasil e buscava se diferenciar dos outros partidos:

A campanha eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso Partido e escolhemos os nossos próprios candidatos; porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas.

A campanha eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores, a partir das principais reivindicações do movimento popular.

A campanha eleitoral do PT é uma campanha de luta, quer dizer, uma campanha que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.

(Plataforma Eleitoral Nacional Trabalho, Terra e Liberdade, 1982. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, 1998, 119).

O Partido dos Trabalhadores procurava demarcar diferenças em relação aos partidos políticos existentes naquela conjuntura e no passado, tentava se consolidar enquanto novidade política, algo presente em outros documentos do partido. Essa característica era reafirmada

---

<sup>25</sup> A eleição para Presidente ainda era indireta por meio do Colégio Eleitoral. Contudo, havia eleições para Senador e Deputado Federal.

nesse documento através da distinção das práticas, do caráter e do objetivo eleitoral do PT em relação aos outros partidos. Como exposto no trecho acima, o partido não cometia práticas de compra de votos, de demagogia e não tinha cabo eleitoral – a campanha era realizada pela militância do partido, que compartilhava de seus princípios e, por isso, buscava propagandear-lo, e não por pessoas pagas; o partido era caracterizado como dos trabalhadores, por ter sido construído pelos mesmos e não por pessoas que se colocavam como seus representantes, esse caráter era frequentemente afirmado nos documentos do partido. Assim, o partido procurava destacar que seus candidatos seriam determinados pelos próprios trabalhadores; por fim, o PT também visava distinguir seu intuito em participar das eleições, visto que, para este, estas seriam mais um meio de mobilizar, de organizar os trabalhadores e apresentar os anseios destes, logo, o objetivo do partido não era obter cargos no Executivo e Legislativo. Na Carta Eleitoral, o PT explicitou esse último ponto:

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento de sua estrutura orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos, hoje, pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais, que procuram transformar esses movimentos currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos estaduais cerceados pelo governo federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço. (Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, 1982. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, 1998, 131).

Dessa maneira, o PT frisava que seu objetivo não era vencer as eleições, mas expandir o partido e seu programa para as diversas áreas do território brasileiro, além de ampliar a quantidade de adeptos. Salientava que o partido deveria ser expressão dos movimentos sociais. Invertia, assim, a lógica eleitoral, a campanha seria um dos meios das demandas desses movimentos se expressarem no PT, ao contrário do que ocorria tradicionalmente em que os partidos levavam suas propostas para os movimentos sociais, objetivando angariar votos. Com isso, mais uma vez, o PT buscava demarcar que era diferente dos outros partidos, enquanto estes tinham uma lógica eleitoreira, que busca votos e cargos, ele visava organizar e mobilizar a classe trabalhadora. Dessa maneira, o partido desejava demonstrar que a relação deste com os movimentos sindical e popular era intrínseca e orgânica, haja vista que os mesmos se manifestavam no partido. Assim, a relação não era externa em que o partido impõe suas pautas a esses movimentos.

Para o PT, a participação nas eleições não se desassociava dos movimentos sociais, o processo eleitoral seria extensão destes, pois seria mais um momento que os trabalhadores teriam para apresentar e lutar por suas pautas reivindicatórias. E o partido seria o canal entre os movimentos sociais e as eleições, pois cumpriria o papel de divulgar na campanha os interesses da classe trabalhadora. Para o partido, essa vinculação era necessária, posto que um dos critérios para ser candidato do PT era a participação nos movimentos dos trabalhadores, nas lutas populares e democráticas, assim exposto na Carta Eleitoral<sup>26</sup>.

Como um dos objetivos do partido era se propagandear, adotou a tática de lançar o maior número de candidatos possíveis nos diversos níveis do pleito de 1982 e de não fazer coligação. Margaret Keck chamou atenção para o fato que tal postura petista tornou-se inevitável à medida que o Pacote de Novembro foi decretado (KECK, 1991, 149) e impedia a coligação entre os partidos, restando apenas a fusão com outros partidos como fez o PP, que fundiu-se ao PMDB, o que foi recriminado pelo PT (Carta Eleitoral, 1982). Essa tática petista, reafirmada na Carta Eleitoral, já havia sido definida antes do Pacote, no Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 e ela visava marcar a independência política do partido.

Por mais que o partido salientasse que a negação de coligações fosse uma opção tática e não uma questão de princípio, naquele momento, não fazer coligações era também uma posição ideológica do partido que afirmava sua independência política através do combate da conciliação de classes e de um posicionamento classista. Dessa maneira, o PT se colocava como o partido que fazia o combate ao regime ditatorial sob o ponto de vista da classe trabalhadora, defendendo os interesses desta que era oposto da forma de combate e dos interesses das frações burguesas dissidentes. Segundo o PT, os interesses desses últimos estavam materializados ou no regime ditatorial, no partido que defendia este, o PDS, ou numa oposição liberal, que tinha como seu maior representante o PMDB. Nesse sentido, para o PT, a sociedade brasileira era dividida basicamente em duas classes sociais, burguesia e trabalhadores, que se expressavam politicamente em três forças, a ditatorial, a oposicionista liberal e a oposicionista socialista com objetivos diferenciados e que seriam manifestados nas eleições de 1982:

---

<sup>26</sup> Ver Carta Eleitoral, 1982. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1999. São Paulo, Perseu Abramo, 1998. Página: 133.

(...) fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos.

Para o governo e sua base social, as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas, sob o título inadequado de abertura. Através dela, o que pretende restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e a recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, (...) Para o regime, trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através do jogo parlamentar e de concessões, que inclui eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 1964. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. (...) o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio (...)

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisões através de um governo dito de união nacional.

Para os trabalhadores, as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. (...) Desta vez, contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. (...) porque a existência do PT dá garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha sobre as transformações que interessam aos trabalhadores. (Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, 1982. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1999. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, 129-130).

O PT demonstrava que as forças autoritárias e a oposição liberal tinham algo em comum, ambas forças desejavam manter o sistema capitalista, sendo que a oposição liberal, como não tinha controle do Estado, não participava das decisões políticas. Para reverter essa situação, visava ganhar as eleições. Assim, o PT se enquadrava na terceira força, a qual defendia os interesses dos trabalhadores e, por isso, almejava uma transformação sistêmica que, realmente, contemplasse estes. Dessa maneira, o partido afirmava-se como oposição ao regime ditatorial e definia o tipo de oposição que realizaria. Esta oposição seria ao sistema capitalista e à forma política, qualquer que fosse ela, que servisse a manutenção deste, tanto faz que fosse a autoritária ou a democrático-liberal. Assim, o partido se diferenciava das outras forças oposicionistas existentes.

Para o PT, a oposição liberal era restrita, pois era eleitoreira, já que procurava obter cargos na estrutura estatal capitalista, e defensora da conciliação, visto que tinha como objetivo promover um governo de união nacional, apagando os interesses antagônicos das classes existentes numa sociedade capitalista como era a brasileira. Nota-se mais uma vez que o PT, não compartilhava da linha conciliatória, de defesa da colaboração de classe, mas sim

da linha classista de defesa dos interesses de uma classe, no caso a trabalhadora. Desta forma, criticando a oposição liberal, o partido também se diferenciava do outro partido que disputava com ele o apoio das classes trabalhadoras, o PCB.

Além disso, os petistas objetivavam demonstrar que a oposição liberal e o partido do regime tinham pontos em comum a defesa dos interesses da mesma classe social, a burguesia, e, portanto, da estrutura econômica-política que a contempla, a capitalista. Para os petistas, estes tinham a mesma essência, por isso, alguns de seus membros trocaram um partido pelo outro. O discurso de campanha de Lula proferido no estádio do Pacaembu em São Paulo demonstrava isso:

(...) A gente tentou mostrar de que há uma igualdade entre os partidos burgueses, seja da situação ou da oposição. A gente tentou mostrar de que PDS e PMDB são farinha do mesmo saco e que não vão mudar a situação da classe trabalhadora brasileira. E esse fato é muito mais verdadeiro quando a gente viaja para o interior de São Paulo e a gente percebe que tem um candidato fazendeiro do PDS e de um outro lado um candidato fazendeiro do PMDB, quando a gente percebe que entre esses dois partidos, ontem um era da ARENA, hoje é do PMDB, ontem um era do PMDB e hoje é da ARENA, trocando o partido com se tivessem trocando de cueca, sem nenhum respeito ao povo que o elegeu. (...)

(LULA, 1982. In: Keck, 1991, 173)

Nesse sentido, o PT buscava salientar que a oposição desempenhada por ele era a real, a verdadeira, posto que estava de acordo com os anseios dos trabalhadores. Isso estava expresso na sua Carta Eleitoral:

(O PT visa) Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores;

(...)

(...) o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores.

(Carta Eleitoral, 1982. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1999. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, 130-131).

Nas eleições de 1982, uma das prioridades do PT foi traçar distinções com a força partidária de oposição liberal que tinha mais notoriedade naquele momento, o PMDB. O PT buscou ressignificar a campanha do voto útil apregoada por aquele partido. O PMDB utilizava a mesma tática adotada nas eleições dos anos 1970, quando vigorava o bipartidarismo, afirmava-se como a única força política que tinha a possibilidade de fazer oposição ao regime

ditatorial, logo, votar em qualquer outro partido significaria fortalecer o regime, já que o único partido que tinha como disputar com o PDS era o PMDB. Desse modo, os peemedebistas procuravam reviver o cenário político da década de 70. O PT visava combater esse discurso e se inserir no campo da oposição, para isso, precisava demarcar suas diferenças para não ser apenas mais um partido de oposição, afirmava que o voto útil era aquele dirigido aos candidatos que defendiam os trabalhadores, grupo interessado em transformar a estrutura social, portanto, o que faria a real oposição.

Essa postura petista de tentar se consolidar no campo da oposição a partir das diferenças em relação ao PMDB, principalmente, foi muito criticado por esse último partido, que alegava que tal postura não ajudava em nada no combate ao regime, já que minava a força política com reais chances de realizar a mudança política. Para os peemedebistas, as críticas tinham de ser direcionadas ao partido que sustentava a ditadura.

Porém, como os petistas não acreditavam nessa avaliação, faziam duas frentes de confronto, uma direcionada ao partido que representava a ditadura, o PDS, e a outra se dirigia a principal força de oposição, o PMDB, como bem evidenciado na afirmação de Lula de maio de 1982, de que o principal adversário do PT era o PMDB, embora o principal inimigo fosse o PDS (KECK, 1991, 151).

Assim, para o PT, as eleições não era uma disputa institucional, porém, mais um momento de propagandear o partido, ampliar seu número de adeptos, tornando-o um instrumento forte capaz de lutar pela concretização dos interesses da classe a qual é expressão através de sua mobilização. O partido visava ser um partido-movimento, que mobiliza para a luta, e não um partido institucional que visa à conquista de cargos nas instituições estatais.

## 2.2- O PCB e as eleições de 1982.

Mesmo após a Reforma Partidária de 1979, que acabou com o bipartidarismo imposto pelo Ato Institucional-2 e permitiu a criação de novos partidos, o PCB, por força da lei, permanecia ilegal e seus membros continuavam atuando no interior do PMDB, mantendo a decisão do encontro do partido de 1966. Assim, o PCB mantinha a mesma linha política e manifestou isso nas eleições de 1982, o partido permanecia na defesa da Frente Democrática que reuniria todas as forças contrárias à Ditadura no PMDB, ou por meio da fusão ao partido, ou através de apoio a essa legenda.

Para o partido, a unidade dos mais variados setores da sociedade era a melhor tática para vencer as forças ditatoriais. Afirmava que não era o momento de defender pautas específicas de alguma classe ou grupo social. O momento exigia dos grupos sociais e/ou das forças políticas a percepção do que os uniam, ultrapassando quaisquer diferenças existentes entre eles, ou seja, era necessário centrar na defesa da democracia, elemento que os unifica, deveria estar acima destas. Logo, somente uma frente policlassista poderia permitir essa unidade e dar expressividade política efetiva para findar o regime instaurado em 1964.

Os pecebistas afirmavam que o PMDB era o único partido que poderia conduzir a transição democrática, o único que poderia derrotar o regime ditatorial e replantar o regime democrático<sup>27</sup>. Para o PCB, o PMDB tinha justamente esse potencial por ser essa frente capaz de comportar diversas forças antiditatoriais, independente de sua filiação de classe e ideológica, agregando no seu interior alguns burgueses e trabalhadores; liberais e comunistas. O PCB explicou sua concepção de Frente Democrática no Jornal Voz da Unidade:

O comprometimento com o PMDB,(...) Decorre de uma estratégia cuja seriedade é atestada por todos os democratas sinceros: impedidos de organização política legal por força do arbítrio, não escondemos nossa identidade - a diversidade de nossas metas históricas não obsta a luta conjunta por objetivos particulares, como é o caso da comum reivindicação democrática. É o que temos feito, é o que faremos.

(...)

a nossa concepção de frente democrática é tão generosa que, para bater o atual regime, não vacilamos sequer em esquecer alguns dos nossos 'antagonismos' para juntar esforços com o Sr. Gerardo Melo Mourão - com ele e com todos os que, agora e amanhã, se dispuserem a cerrar filas em torno das generalizadas aspirações à democracia.

(Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, 13 de agosto de 1982. In: Jornal Voz da Unidade, 19 a 26 de agosto de 1982, 3)

(...) as forças de oposição democrática, expressando diferenciadas concepções político-ideológicas e interesses distintos, mas objetivamente vinculados na larga frente democrática que reúne a classe operária, as massas trabalhadoras urbanas e rurais, as camadas médias e os intelectuais, segmentos da pequena burguesia e franjas burguesas - e frente dos que desejam mudanças substanciais no país e dos prejudicados pelo regime. Nas eleições que se aproximam essas forças tem por objetivo conquistar espaços institucionais que refletem o seu peso real na sociedade brasileira.

(Jornal Voz da Unidade, 19 a 26 de agosto de 1982, 3).

Como evidenciado no trecho acima, para os pecebistas não importava a posição adotada no passado, mesmo sendo num passado recente, o que importava era o apoio ao

---

<sup>27</sup> Sobre isso ver a página 5 do Jornal Voz da Unidade de 06 a 13 de Julho de 1982.

regime democrático e à Frente que possibilitaria este. Na passagem acima, o partido explicitou essa visão a partir do exemplo do ex-integralista Gerardo Melo Mourão. Não importava para o PCB que, anteriormente, ele tivesse sido integralista e inimigo político dos comunistas, o que importava era o apoio naquele contexto a democratização do país. Dessa mesma forma, os apoios de parte do PDS e do PP eram tratados pelos pecebistas, não importava a eles que muitos membros daqueles partidos tivessem sustentado o golpe de 1964 e o regime ditatorial combatido por eles.

Pelo contrário, a adesão destes era bem quista pelo PCB. O ato de incorporação do PP<sup>28</sup> ao PMDB foi muito elogiado pelos comunistas, sendo visto como uma postura responsável, ativa e lúcida do PP, posto que isso significaria o fortalecimento do PMDB, único partido viável no combate ao autoritarismo vigente, já que era o único capaz de vencer o PDS. Apostar no PMDB, segundo o PCB, era não assentir a tática do governo de fragmentação da oposição e facilitar o processo de transição democrática através da ampliação da presença de democratas nas instituições políticas.

Com o intuito de corroborar a defesa do fortalecimento do PMDB por meio da unidade das forças oposicionistas nessa frente, os comunistas divulgaram no seu jornal que a fusão do PP ao PMDB permitiu a este ultrapassar o PDS no Rio Grande do Sul em termos de quantidade de filiados (Voz da Unidade, 10 a 17 de junho de 1982, p. 8) e uma estrutura partidária mais robusta, tendo em vista que o PP tinha uma significativa representatividade no cenário político brasileiro. Em 1981, estava organizado em 19 dos 22 estados brasileiros, era a terceira força política no Congresso Nacional, contando com 70 deputados federais e 6 senadores e o terceiro maior partido do país<sup>29</sup>.

Um outro ponto, mencionado no trecho supracitado, que manifesta também a tática do PCB, exposto também no capítulo anterior, era o enfoque dado pelo partido a atuação nas instituições políticas estatais, o que dava as eleições uma grande importância, visto que era a vitória nestas que possibilitaria o avanço do processo democrático com a ampliação de membros da Frente Democrática naquelas instituições. Assim, segundo o PCB, a derrota do

---

<sup>28</sup> O PP, Partido Popular, foi criado por parte da ARENA e por alguns moderados do MDB após a Reforma Eleitoral de 1979. Possuía uma posição cautelosa e, por isso, era bem visto por membros eminentes do governo militar que o via como uma possível peça, caso necessitassem, na transição do governo militar para um civil. Assim, esse partido foi caracterizado como uma “oposição confiável”. Porém, com o Pacote de Novembro, que proibia coligação e impunha o voto vinculado, esse partido resolveu se integrar ao PMDB, como decidido na convenção extraordinária do partido em 21 de dezembro de 1981 e confirmado pelo TSE em março de 1982. Sobre isso ver o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, verbete Partido Popular. in: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

<sup>29</sup> Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, verbete Partido Popular. in: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

regime ditatorial estava vinculada à vitória eleitoral do PMDB. Dessa maneira, para aquele, as eleições de 1982 poderiam ajudar a promover a mudança de regime político desde que, por ingenuidade política, as oposições não fortalecessem o projeto de autorreforma do governo e adotassem a tática correta de unidade com o intuito de derrotar o partido da ditadura (PDS). A defesa dessa concepção ficou mais explícita no texto produzido pelo Coletivo Nacional de Dirigentes:

No plano político-eleitoral, o projeto de auto-reforma do regime tem como eixo a manipulação casuística da vontade popular em proveito do PDS, especialmente através da divisão e da pulverização da expressão eleitoral das forças da oposição democrática. O limitado e arbitrário pluripartidarismo em vigor vem sendo habilmente instrumentalizado pelo regime para restringir o alcance do protesto popular, mediante a dispersão dos sufrágios entre vários partidos oposicionistas.

(...)

Para vencer nas eleições o projeto de auto-reforma do regime, os comunistas estão convencidos de que é preciso derrotar expressivamente o PDS. Por isso mesmo, é indispensável concentrar o voto democrático naquela força partidária que, nacionalmente, pode se constituir em alternativa imediata ao PDS. O contexto das eleições de novembro não exige apenas o voto democrático, exige o voto democrático útil. (...) Para os comunistas, em novembro de 1982, (...) é necessário votar em candidatos que tenham chances de vencer e transformar a vitória eleitoral em instrumentos de ação administrativa e governativa.

Entendem os comunistas que este voto democrático útil- (...) - é o voto no PMDB. Sobretudo depois da lúcida incorporação do PP ao PMDB, este partido situou-se como força oposicionista com maiores possibilidade de bater o PDS em grande escala.

(...) Considerando a legitimidade e a importância destes outros integrantes da frente democrática, os comunistas têm apelado sistematicamente para que estes partidos se unam numa atuação conjunta com o PMDB.

(Voz da Unidade, 10 a 17 de Junho de 1982, 3).

Assim, os comunistas davam um peso muito grande as eleições, já que elas seriam o meio de promover mudanças na sociedade. Estas seriam concretizadas nos estados e municípios em que o PMDB vencesse e nas propostas de leis enviadas pelo partido nas Câmaras.

Nos estados e municípios vencidos pelo PMDB, os pecebistas propunham um governo de coalizão democrática, isto é, um governo que incluísse todos os opositores ao regime, pois, dessa maneira, seria possível implantar as modificações almejadas pelo povo<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Na conjuntura abordada nessa dissertação, era possível verificar a utilização de termos mais evasivos pelo PCB, como, 'povo', 'população', 'massas' em detrimento de termos classista. Tal postura condiz com a proposta pecebista de Frente policlassista e com a sua concepção de não ser o momento de defesas de projetos classistas. Assim, o partido se distanciava da sua identidade construída historicamente associada ao

A tática desenvolvida pelo PCB nas eleições de 1982 visava reviver o ambiente eleitoral dos anos de 1974 e 1978 em que só tinha um partido de oposição. Defendia que, apesar da existência de outros partidos de oposição, somente um era capaz de vencer o PDS, o PMDB. Nesse ponto, até por questões estratégicas, não fazia um discurso de negação do caráter democrático dos outros partidos, no entanto, procurava demonstrar que a estrutura partidária destes era ineficiente para combater um inimigo tão forte. Assim, afirmava que todos os votos não direcionados ao PDS eram democráticos, porém, nem todos estes eram eficazes no combate à Ditadura, já que, provavelmente, os candidatos do PT, do PTB e do PDT perderiam para os pedesistas. Dessa maneira, os votos nesses partidos seriam perdidos, já que não derrotariam o PDS. Nesse sentido, o PCB encampava a campanha do voto democrático útil, cuja defesa era de que apenas o voto no PMDB seria diligente para findar o regime autoritário, pois só esse partido tinha chances reais de derrotar o PDS, por isso, somente o voto naquele era útil por proporcionar o avanço democrático.

Nesse sentido, os pecebistas tentavam reduzir o cenário eleitoral em duas forças políticas, de um lado, a força que sustentava a ditadura, do outro, a que poderia viabilizar a mudança política. Dessa forma, o discurso do PCB mantinha o bipartidarismo mesmo após seu fim, o que ficou nítido no Manifesto eleitoral dos comunistas brasileiros, produzido pelo Coletivo Nacional de dirigentes e publicado na edição de final de outubro do Voz da Unidade:

(...)

Diante de todos está a alternativa entre o arbítrio e a democracia; entre a carestia, o desemprego, a fome e a possibilidade de conquistar uma vida melhor. Não se pode esquecer que o governo federal e o seu partido – o PDS – são os principais causadores da pesada e dolorosa condição que aflige os brasileiros. Votemos antes de mais nada, contra eles, os verdadeiros inimigos do povo!

Não nos deixaremos dividir! Votemos no PMDB, assegurando a unidade de todos os democratas contra o regime!

A 15 de novembro, novamente, sem revanchismo e radicalismos, combatendo o divisionismo e a desesperança, derrotemos aqueles que nos sufocaram com a ditadura, com o arrocho salarial, e que hoje nos ameaçam com mais carestia, mais recessão e mais desemprego.”

(Voz da Unidade, 28 a 04 de novembro de 1982, 3).

---

comunismo e à defesa da classe operária. Contudo, era possível notar a utilização de termos classistas nas análises históricas do partido, nas análises do golpe e do regime ditatorial, por exemplo.

No trecho acima ficava nítido que os comunistas “reconstruíam” um cenário político bipartidário. Apresentava de um lado o PDS como o partido da ditadura, responsável pelas mazelas que afligiam a população, como, desemprego, carestia e arrocho salarial. E do outro, o PMDB que podia derrotar o PDS e promover mudanças econômicas e políticas na sociedade brasileira.

O PCB buscava manter a fórmula que deu certo na década de 1970 e que deu significado real ao (P)MDB como partido de oposição, conseguindo incorporar grupos de esquerda - que antes o via como meramente o partido de “oposição consentida” - na sua campanha. Naquele momento, conseguiu tornar a eleição plebiscitária e lograr os votos dos insatisfeitos com os governos militares. Tentavam fazer o mesmo nas eleições de 1982, porém, com a variedade de partido de oposição, buscavam demonstrar que só o PMDB poderia derrotar o regime.

Antes da reforma partidária, o (P)MDB era a única possibilidade de atuação eleitoral da oposição. Após a Reforma de 1979, o PCB, além de precisar ratificar que a melhor tática para derrubar a Ditadura era a unidade em torno do PMDB, tinha que justificar a escolha por este. O PCB teceu vários argumentos com essas finalidades. Dois deles já foram abordados anteriormente, como vimos o caráter de frente do partido, assim como a estrutura partidária forte serviram para justificar essa escolha. Além destes, o PCB também utilizava a questão histórica, mostrando que o PMDB já havia se consolidado no campo da oposição, devido ao fato de ter sido o único partido de oposição durante anos e, por isso, já era identificado pelas massas como o partido opositor da Ditadura Militar.

Ademais, os comunistas afirmavam que o PMDB era a opção acertada, porque este praticava uma oposição responsável, equilibrada e sem radicalismo. Com isso, evitava possíveis retrocessos no encaminhamento do processo democrático, risco eminente por se tratar de um governo que, a qualquer momento, cometia ‘casuísmos’, isto é, instaurava medidas autoritárias que inibiam a mudança política, como foi o caso do Pacote de Novembro. Logo, o PCB mantinha a mesma linha de ação, evitar o confronto e avançar no processo democrático através de negociação e de atos cautelosos.

Tais argumentações em defesa do PMDB foram sintetizadas pelos comunistas gaúchos:

“Os comunistas gaúchos consideram que, na atual conjuntura política, o PMDB é o único partido de oposição com condições eleitorais de derrotar a ditadura. Isso porque tem a mais numerosa e combativa bancada parlamentar, tem uma estrutura partidária organizada na maioria dos

municípios, aglutina o mais amplo leque de forças, é o partido que compreendeu melhor as manobras da ditadura com o pacote eleitoral e se manteve em defesa da unidade das oposições, conta com um programa que no fundamental atende aos interesses dos trabalhadores e demais forças democráticas, é o maior herdeiro da experiência do antigo MDB na luta contra a repressão ditatorial, conta com uma liderança que nas condições mais difíceis soube conduzir com equilíbrio e firmeza a luta contra o arbítrio e pelas liberdades democráticas.”

Para os comunistas, a oposição mais acertada era realizada pelo PMDB que percebia as artimanhas utilizadas pelos governos militares para fragmentar a oposição e fragilizá-la com o intuito de implementar seu projeto de sociedade. Por ter essa percepção, o PMDB apostava na unidade de ação da mesma, ao passo que, muitos opositores do regime acabavam “caindo no jogo dos militares” e adotavam práticas que os isolavam enquanto oposição.

Como vimos no capítulo anterior, essa foi a leitura do partido na época da Reforma Partidária. Segundo o partido, ela foi uma estratégia do governo para enfraquecer a oposição através da sua divisão e reestabelecer o partido, sustentáculo do autoritarismo vigente, que fora abalado pelas perdas eleitorais dos anos de 1974 e 1978, decorrentes da união das forças antiditatoriais. Salientava o partido que o governo, permanentemente, criava artifícios inibidores da união da oposição, como fez nas vésperas das eleições de 1982, instituindo o Pacote de Novembro que proibia coligações e vinculava o voto.

Nas eleições de 1982, os pecebistas acusaram novamente o resto da oposição de fazer o jogo dos militares, porque os demais partidos criticavam o PMDB e, na visão do PCB, isso ajudava a fragilizar o único partido que poderia se opor ao regime. Segundo o mesmo, era um equívoco polarizar entre as oposições, atitude que só fortalecia o PDS, algo exposto pelo partido em junho daquele ano:

(...) é notória a instrumentalização que o regime promove e promoverá das divisões existentes na oposição. Aqui os ataques que alguns componentes do leque democrático estão fazendo contra o PMDB são ilustrativos: a incompreensão e a falta de lucidez com que se portam certos dirigentes oposicionistas permitem que os homens do PDS se movimentem sem grandes empecilhos. Ao prosseguirem nessa conduta, dirigentes de partidos democráticos acabarão por agravar a tal ponto as fraturas na oposição que darão passo livre a candidatos da ditadura.

(Voz da Unidade, 22 a 28 de junho de 1982, 3).

Porém, o próprio PCB centrava suas críticas nos partidos oposicionistas quando se tratavam de estados, onde estes tinham força e alguma possibilidade de vencerem a disputa. Fez isso com o PDT no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e com o PT em São Paulo,

berço desse partido, onde este concentrava suas principais lideranças e tinha uma significativa força política.

Na visão pecebista, o PMDB tinha de ser poupado por ser o “baluarte da frente democrática”<sup>31</sup>, o único com chances reais de derrotar o PDS e, por isso, somente ele poderia proporcionar mudanças econômicas e políticas. O PCB afirmava que o PMDB era o instrumento capaz de tirar o país da crise e acabar com a ditadura. Para isso, era necessário, nas eleições de 1982, segundo o PCB, eleger o PMDB de ponta a ponta.

Assim, para o PCB, a única possibilidade de mudança política e econômica no país era através da união em torno do PMDB, qualquer tentativa de construir um outro caminho para chegar a esse fim era visto como incompreensão da realidade, ingenuidade, irresponsabilidade ou falta de lucidez política, que implicaria em equívocos, como o fortalecimento do PDS e o retardamento do processo democrático. Dessa maneira, os comunistas acreditavam que o PMDB era o caminho para a democracia. Afirmava o PCB:

Todas as iniciativas democráticas devem respaldar-se em blocos unitários e efetivos dos vários componentes da frente anti-ditatorial. Empreendimentos ousados que não contem com esse suporte poderão se converter em sérios equívocos.

(...)

nos dois planos – no sindical e no político -, qualquer proposta que divida, qualquer empreendimento que subtraia, tem um só resultado objetivo: o de somar para este regime, contra o qual todos os democratas e patriotas, de todas as classes sociais, lutam hoje mais do que ontem.

(Voz da Unidade, 22 a 28 de junho de 1982, 3).

Na visão pecebista, o melhor caminho para evitar retrocessos políticos e mudar o regime na sua totalidade era através da ocupação e atuação nas instâncias estatais *strito sensu*<sup>32</sup>, porque esses espaços eram menos propícios a tensões e conflitos por estarem totalmente inseridos na ordem social vigente, ou seja, as mudanças viriam pela via legal e, gradualmente, os espaços democráticos seriam ampliados.

---

<sup>31</sup> Ver a página 3 do Jornal da Voz da Unidade de 12 a 19 de agosto de 1982, onde os comunistas afirmaram que o PMDB era o principal baluarte da frente oposicionista.

<sup>32</sup> Adotamos, como já vimos, o conceito de Estado Ampliado de Gramsci que inclui as Sociedades Política e Civil. Na Sociedade Política, encontra-se os aparelhos estatais convencionais, como, o parlamento, o executivo, os órgãos estatais coercitivos, por exemplo, já a Sociedade Civil seria composta pelos aparelhos privados de hegemonia. Sabemos que Gramsci faz a distinção dessas duas instâncias com fins didáticos, pois, na realidade, estão imbricadas dialeticamente e não podem ser tratadas de forma dicotômica. O mesmo faremos nessa dissertação.

Por isso, a Frente Democrática, defendida pelos comunistas, centrava a luta no PMDB, partido que, fundamentalmente, direcionava sua atuação à Sociedade Política. Por conta disso, as eleições tinham um lugar basal na tática apregoada pelo PCB. Assim, esse partido viu as eleições de 1982 como um momento propício para aprofundar o processo democrático desde que o PMDB vencesse e adquirisse uma quantidade significativa de cargos para conseguir se impor ao PDS. Para isso, era fundamental as forças oposicionistas fortalecerem aquele partido, ao invés de apostarem na construção dos seus partidos.

### 2.3- As avaliações do PT e PCB acerca das eleições de 1982.

O resultado das eleições de 1982 repetiu o quadro dos pleitos dos anos anteriores em que já se notava a ascensão da oposição em detrimento do partido do governo. O partido da oposição mais beneficiado com a disputa foi o PMDB, este obteve mais cargos, enquanto o PT teve um resultado inferior ao esperado pelo partido, venceu em nenhum estado, ganhou duas prefeituras e alguns cargos legislativos.

No Congresso, houve uma nova reconfiguração, onde a oposição conquistou uma singela maioria totalizando 244 deputados, destes 200 eram do PMDB, 23 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT. Contudo, individualmente, o PDS permanecia com a maioria das cadeiras, obteve 235. Já no Senado, esse último conseguia se impor diante da oposição, pois obteve o dobro de senadores, conseguiu fazer 46 senadores. Dos partidos de oposição, o único que teve um número significativo de cadeiras no Senado foi o PMDB com 21, o PDT e o PTB somente elegeram 1 senador, enquanto o PT não conseguiu eleger nenhum.

O PMDB conseguiu se aproximar em termos de quantidade de cargos legislativos ao PDS em muitos estados, em alguns destes ultrapassou o partido do governo, como foram os casos do Paraná, Goiás e São Paulo<sup>33</sup>. Além disso, passou a existir um equilíbrio no comando dos estados do país, dos vinte e três estados existentes, nove seriam governados pelo PMDB, enquanto o PDS governaria treze.

No entanto, dos outros partidos de oposição, somente o PDT elegeu Leonel Brizola no Rio de Janeiro. O PT e o PTB não conseguiram emplacar a candidatura de nenhum de seus candidatos a governadores.

---

<sup>33</sup> Estamos nos referindo ao cargo de deputado federal. No Paraná, 20 deputados federais eram do PMDB, enquanto 14 do PDS; Em São Paulo, 30 eram do PMDB e apenas 16 do PDS e em Goiás, 11 eram peemedebistas, enquanto 5 do PDS.

O PT não conseguiu atingir o que havia sido imposto inicialmente pela legislação eleitoral autoritária<sup>34</sup>, isto é, 5% dos votos a nível nacional e 3% em nove estados. Só alcançou um percentual acima desse último em São Paulo (9,9%) e no Acre (5,4%) (KECK, 1991, 175). O PT, portanto, não obteve uma expressão nacional. Seus votos concentraram-se na região sudeste e, mais especificamente, em São Paulo, responsável por mais de 70% dos votos do partido. Portanto que elegeu deputados federais e estaduais somente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo<sup>35</sup>. Todavia, numa leitura quantitativa, nem nesse último estado seus resultados foram tão positivos, visto o resultado da disputa para governador em que o partido logrou o quarto lugar.

Dessa maneira, o partido da oposição que mais se destacou nas eleições de 1982 foi o PMDB. O PCB correlacionou esse sucesso e o insucesso petista à retidão de sua tática. Segundo este, a vitória do PMDB nas urnas demonstrava que as massas estavam de acordo com o defendido pelo PCB, direcionaram seus votos ao PMDB, porque acreditavam na capacidade deste de derrotar o governo ditatorial e modificar os direcionamentos políticos e econômicos do país, ou seja, acreditavam que aquele partido fosse capaz de viabilizar a transição à democracia. Já na capa do primeiro jornal Voz da Unidade após as eleições, cuja chamada era “Nas Urnas o regime foi batido!”, o PCB manifestava essa posição:

Nem mesmo um pleito viciado (os casuísmos, a violência, a corrupção, as fraudes) impediu a manifestação da vontade popular: as oposições têm mais de 10 milhões de votos que o PDS, nas urnas, o VOTO DEMOCRÁTICO ÚTIL, defendido pelos comunistas provou-se nacionalmente como a opção correta para derrotar o regime. Mas a luta continua: pela unidade das oposições, pelos governos de ampla coalizão democrática, pela Assembléia Nacional Constituinte - enfim, pelas liberdades democráticas mais amplas e pela liberdade do Partido Comunista Brasileiro.  
(Voz da Unidade, 25 de novembro a 2 de dezembro de 1982, Capa. Grifos nossos).

A vitória peemedebista também serviu para o PCB reafirmar a defesa de um processo conciliatório com vista à derrocada do regime ditatorial, já que, para o partido, a oposição passou a ter peso nas instituições executivas e legislativas. Com isso, o governo militar seria obrigado a negociar, o que concretizaria o desenvolvimento da mudança política, na visão pecebista. O PCB endossava que, após as eleições, houve o fim do monopólio de poder do

---

<sup>34</sup> Essa determinação eleitoral foi transferida para as eleições de 1986 (KECK, 1991, 174).

<sup>35</sup> Foram 6 deputados federais em São Paulo, 1 em Minas Gerais e 1 no Rio de Janeiro. Já deputados estaduais foram 9 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais (GADOTTI e PEREIRA, 1989, 248).

PDS, o que permitia a realização de soluções negociadas. Com isso, aquele ratificava sua proposta de que a negociação e a conciliação com os militares eram meios de se alcançar a democracia.

Um exemplo dessa posição do partido era a sua afirmação de que após a vitória do PMDB era possível lutar pela legalização do PCB, porque a oposição “responsável” (a Frente Democrática encarnada no PMDB) conseguiu alcançar um equilíbrio diante as forças governistas nas instituições estatais, o que possibilitava impor certas demandas ao governo, responsáveis por intensificar a transição à democracia, como a permissão de um partido comunista. Como mesmo expressaram os comunistas em seu jornal, não seria possível um regime democrático sem a autorização da atuação legal destes<sup>36</sup>.

Esse modo de lutar pela legalização do partido conduzida por sua direção foi uma das críticas que Prestes teceu à mesma. Para o ex-secretário geral, a legalização do partido não podia ser resultado de um acordo com o governo, ou seja, uma concessão dos militares, mas deveria ser fruto de movimentos de massas nas ruas, uma conquista da classe trabalhadora que imporia a forma de ser do seu partido. Essa crítica Prestes expôs na “Carta aos Comunistas”, como pode ser verificado no trecho abaixo:

É necessário deixar claro que a legalização do PCB terá que ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País. Os trâmites legais junto ao Tribunal Superior Eleitoral estarão fadados ao fracasso, se a legalidade do PCB não se transformar numa exigência das massas, que, nas ruas, imponham sua vontade, como o fizeram em 45. A ditadura jamais nos concederá a legalidade sem luta; o que ela tenta, neste momento, é, aproveitando-se da crise interna do PCB, forçá-lo a um acordo. Acordo este que significaria um compromisso com a ditadura, incompatível com o caráter revolucionário e internacionalista do PCB, compromisso que colocaria o Partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura e inaceitável, portanto, à classe operária e a todos os verdadeiros revolucionários.  
(PRESTES, Carta aos Comunistas, 1980).

Contudo, não foi a orientação seguida pelo partido, este priorizou o espaço institucional, portanto que, logo após a nova configuração parlamentar, o Coletivo de Dirigentes estabeleceu uma comitiva com o objetivo de levar ao Congresso Nacional a campanha pela legalização do PCB. Várias edições do “Voz da Unidade” mostravam o apoio de parlamentares a causa comunista.

---

<sup>36</sup> Jornal Voz da Unidade, 16 a 23 de dezembro de 1982.

Aparentemente, essa campanha poderia ser considerada uma contradição com a linha política de unidade apreendida desde o início pelo PCB e com crítica deste direcionada às oposições, que se constituíram institucionalmente enquanto partido político, dissociando-se do PMDB, fragmentando a oposição e fazendo o jogo dos militares. Porém, na visão pecebista, o quadro nacional político havia se modificado com as eleições de 1982, o que permitiria um avanço na luta democrática, através da campanha pela legalização do Partido Comunista, sem colocar em risco o processo de democratização da sociedade brasileira, ou seja, para este, após aquele pleito, a transição de regime passava para uma nova etapa ao deixar de ser meramente uma autorreforma deste realizada pelos militares. Assim, afirmavam os pecebistas:

O Brasil pós 15 de novembro, particularmente, pós 15 de março apresenta características novas.

O projeto de auto-reforma – liberalizar o regime, fazendo conviver com certa margem de franquias democráticas ao mesmo tempo sem renunciar à sua essência anti-democrática e anti-nacional – sofreu grave derrota. As oposições democráticas venceram em 10 estados no coração político e econômico do país, na grande maioria dos municípios importantes e tiveram a maior parte das cadeiras na Câmara dos deputados. O Congresso Nacional deixou de ser um mero instrumento da auto-reforma. É preciso recordar que toda a liberalização autoritária foi conduzida, desde o pacote de abril, por dentro do Congresso, até há pouco com dócil maioria governista.

(...)

Nesse (novo) quadro embora derrotada a auto-reforma ainda permanece como o projeto do bloco dominante que para levá-la adiante agora vê-se compelido a negociar e ceder.

(...)

A transição democrática ainda não está colocada para o regime como alternativa a falência da auto-reforma. Poderá passar a ordem do dia quando às oposições democráticas, respaldadas nas massas, conquistarem a iniciativa política.

(Voz da Unidade, 30 de abril a 04 de maio de 1983, p.6).

Assim para o PCB, a conjuntura política mudou, com o resultado do pleito de 82, a partir do momento que as forças oposicionistas alcançaram um equilíbrio com as forças governistas nas instituições políticas, o que obrigava o governo a negociar com a oposição, não podendo mais concretizar o seu projeto de autorreforma<sup>37</sup>, cujo objetivo era perpetuar o

---

<sup>37</sup> Todas as medidas liberalizantes do regime empreendidas a partir do governo Geisel, como o fim do AI-5 da censura, a lei de anistia, dentre outras, foram denominadas pelos pecebistas como autorreforma. Segundo o PCB, estas eram “artimanhas” dos militares para manterem e/ou ampliarem sua base de apoio e, assim, permanecerem no poder.

autoritarismo no país e, permitia a mesma tomar a iniciativa política para realizar a transição de regime.

Já, para o PT, o resultado nas eleições de 1982 foi frustrante, porém, também serviu para reafirmar a tática desenvolvida pelo partido. Segundo Keck, após aquelas, houve um movimento de retorno às origens do partido (KECK, 1991, 179), ou seja, de reaproximação com os movimentos sociais, principalmente, operário. O empenho petista pela fundação da CUT poderia ser visto como um exemplo dessa assertiva.

Todavia, é possível relativizar esse retorno às bases como consequência da derrota eleitoral. É normal, mesmo um partido que não seja eleitoreiro, no período das eleições, priorizar a campanha e retornar mais intensamente aos outros movimentos ao passar esse período. O que deve ser avaliado é a forma de intervenção deste nesse processo. Como já exposto, o PT não fazia uma separação entre o processo eleitoral e a atuação nos movimentos sociais, incluindo os sindicais. Era proposta do partido aproveitar a campanha para propagandear na sociedade as pautas dos movimentos sociais e aproveitar este espaço para organizar os trabalhadores, portanto que na plataforma eleitoral petista daquele ano, colocava-se como tarefa a construção, a partir da base, de entidades responsáveis por dar organicidade a classe trabalhadora e suas lutas (como a CUT) ao passo que defendia a autonomia dos sindicatos, proposta presente nos movimentos sindicais, afirmam os petistas nesse documento:

Queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso temos consciência de que é preciso avançar na construção, pela base, de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a Ditadura Militar. Na luta por uma sociedade em que o poder seja exercido pelos trabalhadores, defendemos, desde já, a completa liberdade política e sindical para o povo; desatrelando a estrutura sindical do aparelho do Estado, que deve deixar de meter o nariz na vida sindical e se limitar a reconhecer as entidades representativas, como a UNE e a CUT (grifos nossos).

(Carta Eleitoral, 1982. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1999. São Paulo, Perseu Abramo, 1998,120).

Assim, a tática petista de mudança de regime permaneceu a mesma após a eleição. Esta se baseava na organização e mobilização dos movimentos sociais com o intuito de derrotar o autoritarismo vigente. Para isso, os petistas acreditavam ser necessária a criação de entidades (pela base) a partir desses movimentos com a incumbência de fortalecerem e viabilizarem a luta contra o regime ditatorial. Dessa maneira, o PT se engajou desde o início na criação de uma central que unificasse a classe trabalhadora, mas cedeu ao apelo comunista

de que era importante adiar a fundação desta para depois das eleições. Com o fim destas, os petistas se voltaram, mais uma vez, à construção da CUT, ajudaram a fundar esta mesmo sem o apoio dos sindicalistas vinculados ao PCB. Logo, essa iniciativa não deve ser associada aos resultados negativos nas eleições de 1982, esta era parte da tática petista.

No entanto, os petistas não esperavam esse desempenho ínfimo. Este, realmente, gerou um desânimo na sua militância, algo exposto no documento do 3º Encontro Nacional do partido<sup>38</sup>. Esta acreditava no voto dos trabalhadores, talvez, empolgada pelas greves e movimentos sociais dos anos 80. Essa não conversão de votos dos trabalhadores ao partido trouxe algumas consequências no interior do PT segundo Cyro Garcia. Os petistas adeptos a ampliação do discurso do partido para outros setores e irrestrito aos trabalhadores, ou seja, favoráveis a um discurso que não fosse classista, aproveitaram a derrota eleitoral para fortalecer seu posicionamento no partido. Uma outra mudança atribuída pelo autor e militante do partido a época foi o fato do partido passar a defender a política de alianças (GARCIA, 2000). No entanto, essa última pode ser questionada ao se contrapor o que foi exposto pelo partido acerca de alianças antes das eleições. *Na Carta Eleitoral*, os petistas explicitaram que a não realização de aliança era conjuntural e não uma questão de princípios. Logo, as alianças seria algo analisado pelo partido de acordo com a análise de conjuntura, os partidos interessados e o programa sugerido (Carta Eleitoral, 1982, 131).

Cyro Garcia enfatiza que os resultados do PT nas eleições não foram ruins se considerados a votação expressiva de Lula e o fato de ser a primeira eleição que o partido participou.

Destarte, as eleições de 1982 serviram para ambos partidos reafirmarem suas táticas políticas. Para o PCB, o sucesso eleitoral do PMDB era mais uma prova da aprovação das massas da sua linha política de defesa da Frente Democrática como caminho da solução das crises econômica e política. Do mesmo modo, para o PT, a pressão dos movimentos sociais era o que possibilitaria mudanças naquelas esferas, daí ser fundamental a organização da classe trabalhadora em entidades que efetivassem essa pressão.

---

<sup>38</sup> “Depois de ter enfrentado uma série de dificuldades diante dos resultados das eleições de 1982, entre as quais o desânimo dos militantes, que esperavam mais de nosso desempenho nas urnas, o PT começa agora a transformar-se num importante polo de referência política da população brasileira, especialmente dos trabalhadores” (grifos nossos)

## 2.4- As posições do PT e PCB em relação à CUT.

As discussões e a tentativa de se criar uma central responsável por unificar a luta dos trabalhadores ressurgiu no final da década de 1970 com a ascensão do movimento sindical e as greves naquele período. Estas fizeram com que os trabalhadores percebessem a necessidade de se unificarem para fortalecerem suas lutas, visto a força política dos patrões representada no Estado ditatorial, que reprimia as greves através da intervenção nos sindicatos e das prisões dos líderes sindicais.

Assim como a ideia de construção de um novo partido surgiu no movimento sindical em 1978 também data desse período a discussão acerca da necessidade de uma nova central sindical, algo debatido no X Congresso Nacional dos Metalúrgicos em Poços de Caldas e no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo (TEXEIRA, 2009). As diferentes correntes sindicais com suas distintas concepções concordavam com essa assertiva. O PCB que, como vimos no capítulo anterior, fazia parte da *Unidade Sindical*, já defendia essa posição no seu jornal no início dos anos 80. Porém, acabou por priorizar outros espaços à fundação da Central Única dos Trabalhadores, o que será debatido nesse ponto. Já os *autênticos*, corrente da qual vários fundadores do PT faziam parte, e as oposições sindicais acabaram dando continuidade a proposta de criar uma entidade responsável por unificar as lutas dos trabalhadores manifestada nos seus fóruns de discussões no final da década de 1970. A oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo já manifestava essa intenção no seu I Congresso, onde determinou um encontro nacional de todas as oposições sindicais em que um dos pontos abordados também foi essa questão. Este ocorreu em 1980 (TEXEIRA, 2009).

No mesmo ano, em fevereiro de 1980, os *autênticos* também promoveram esse debate no “Encontro de Monlevade”, acrescentado da defesa da importância de articulação entre movimento sindical e movimento popular. Este encontro contou com a participação dos sindicalistas combativos somados as lideranças dos movimentos populares e das pastorais sindicais (TEXEIRA, 2009). Além desse, outros encontros também ocorreram para discutir a necessidade de uma Central, o “Encontro de São Bernardo”, que contou com a presença basicamente de sindicalistas locais, e outro em Vitória /ES. Todos esses resultaram na formação da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical). Essa iniciativa serviu para aproximar os “*autênticos*” das “oposições sindicais” e os afastar da “unidade sindical” (TEXEIRA,2009), tendo em vista que a tentativa dos “*autênticos*” em

trazer esta fracassou, até porque ela defendia a separação entre o movimentos sindical e popular, enquanto aqueles apostavam na integração destes.

Até a fundação da CUT, vários empecilhos tiveram que ser superados, como a unificação das correntes sindicais, algo conseguido, parcialmente, com a formação da ANAMPOS e com as greves de 1980 que aproximaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e a Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo. Essas iniciativas possibilitaram um outro tipo de encontro, o ENTOES, que tinha um caráter diferenciado do ENOS, este um encontro nacional restrito às oposições sindicais, enquanto aquele, mais abrangente, agregava todos contrários à estrutura sindical (TEXEIRA, 2009). Porém, o encontro não foi profícuo no processo de amadurecimento de constituição de uma entidade unificadora das lutas dos trabalhadores.

Em fevereiro do ano seguinte, mais uma vez um episódio envolvendo os metalúrgicos de São Bernardo serviu para integrar os sindicalistas e aprofundar o debate em prol da unidade do movimento sindical, o ato público em São Bernardo contra a cassação da direção do Sindicato dos Metalúrgicos e o enquadramento da mesma na Lei de Segurança Nacional, onde convocaram uma reunião para o outro mês com o objetivo de discutir a realização de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Nessa reunião 183 entidades, de 13 estados, marcaram a CONCLAT para os dias 21 a 23 de agosto daquele ano (TEXEIRA, 2009).

Essa Conferência, precedida por encontros estaduais - os Enclats - envolveu 1091 entidades sindicais, de 22 estados e do Distrito Federal, ocorreu em Praia Grande (SP). Nesta, as “oposições sindicais” e os “autênticos” realizaram uma aproximação mais orgânica, visto que centraram nos posicionamentos comuns para combater as posições da “unidade sindical” que, na maioria das vezes, eram opostas as suas. Assim, aqueles dois grupos compuseram o “bloco combativo”. Rodrigo Texeira afirma que a necessidade de lutar contra os posicionamentos da “unidade sindical” no movimento sindical foi um fator fundamental para unificação dos combativos, auxiliando na superação das dificuldades encontradas até então. (TEXEIRA, 2009, 19).

A Conclat foi polarizada por esses dois agrupamentos. De um lado, o “bloco combativo”, de outro, a “unidade sindical”. A formação do primeiro foi possível devido ao fato das concepções das “oposições sindicais” e dos “autênticos” serem próximas ou possíveis de dialogarem. Ambos eram contrários ao pacto social e a qualquer política que visasse à conciliação com os patrões e defendiam o confronto com os patrões e com o governo, fazendo

uso de greves, inclusive, se estas fossem longas (GIANNOTTI, 2007, 238). Acreditavam que para um confronto efetivo com os patrões e/ou governo era necessário o fortalecimento da organização dos trabalhadores. Para isso, era preciso combater os pelegos e através do incentivo das organizações de base e da destituição das direções pelegas. Assim, essas correntes cada vez mais se afinavam no que concerne à visão política e aos objetivos sindicais<sup>39</sup>.

Já o outro bloco defendia a conciliação de classe, pois enfrentar os patrões e o governo poderia prejudicar a abertura política. Assim, a política em geral prevalecia sobre as lutas do cotidiano. Dessa maneira, na visão deste, as greves deveriam ser evitadas e eram encaradas, às vezes, como aventuras e irresponsabilidade política (GIANNOTTI, 2007, 237). No capítulo anterior, vimos que essa foi a postura da “unidade sindical” nas greves de 1980, por exemplo.

Não obstante as divergências presentes na Conclat, no trato das questões sindicais, da conjuntura política nacional e até da formação de uma comissão responsável por marcar um novo encontro, onde seria fundada uma nova central dos trabalhadores, chegou-se a um acordo, formar uma chapa única para compor essa comissão, que fora denominada de Pró-CUT.

A Pró-CUT foi composta por 56 membros, dos quais 1/3 eram sindicalistas identificados com o “bloco combativo” (TEXEIRA, 2009, 20), e tinha dois presidentes, um deste bloco, Jair Meneghelli, e outro próximo da “unidade sindical”, Joaquim dos Santos Andrade, conhecido como Joaquinção, ex-interventor dos metalúrgicos de São Paulo (GIANNOTTI, 2007, 243). Destarte, apesar dessa comissão ser fruto de um acordo, ela acentuava as diferenças existentes no movimento sindical.

Além da responsabilidade de concretizar a realização do congresso, previsto para agosto do outro ano, a comissão deveria por em prática o plano de lutas aprovado naquela Conclat. Este consistia em lutar pela estabilidade no emprego, pela redução da jornada de trabalho, pelo direito de greve, por um novo código de trabalho, dentre outras pautas.

---

<sup>39</sup> Giannotti destaca algumas diferenças de postura e de visão presente nesse bloco, principalmente, entre aqueles que se tornaram dirigentes sindicais e as Oposições. Estas acreditavam que as organizações de base deveriam ser autônomas e nem poderiam ser substituídas pelos sindicatos na organização da categoria e no direcionamento da luta. Além dessa diferença, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, por exemplo, apregoava que a luta sindical deveria ter como objetivo final a construção de uma sociedade socialista. Já os metalúrgicos de São Bernardo da ala dos autênticos destacavam que a luta sindical tinha um caráter reivindicativo e negociador (GIANNOTTI, 2007, 238).

No ano seguinte, os conflitos no interior da comissão nacional pró-CUT não cessaram. Os combativos acusavam a “unidade sindical”, maioria na comissão, de falta de empenho na efetivação do plano de luta, inclusive, no que se referia à realização do congresso de fundação da central dos trabalhadores.

Realmente, os pecebistas achavam que esse Congresso deveria ser adiado, posto o ano de 1982 ser marcado por eleições e destas requererem dos partidos um envolvimento nas campanhas. Tal fato dificultaria a organização do congresso ou, então, a elaboração do mesmo impediria um maior empenho na disputa eleitoral. Assim, para eles, ao invés de dividir esforços, defendiam centrar numa única atividade, porque ambas eram fundamentais e exigiam muita dedicação.

A defesa do adiamento do Congresso condizia com a visão do PCB das eleições. Através destas, considerava possível a ampliação da abertura política, a melhoria da vida dos trabalhadores, em razão de acreditar que a mudança na política econômica em prol da classe trabalhadora estava associada à vitória do PMDB, além de atribuir a elas o caminho de findar a ditadura militar. Logo, focar nas eleições em detrimento da fundação da CUT fazia parte da tática pecebista de combate ao regime vigente.

Dessa maneira, naquele ano, a Comissão pró-CUT foi permeada por mais uma polêmica, a realização ou não da II Conclat em 1982. Essa polêmica durou até, praticamente, a data inicialmente prevista da sua execução.

Num primeiro momento, mesmo com a crítica dos pecebistas, o grupo, que desejava a manutenção da data do Congresso, saiu vitorioso. Contudo, era uma vitória parcial, já que, em vários estados, as discussões apontavam para a realização deste, porém, sem a fundação da CUT.

Numa das primeiras reuniões da Comissão do ano de 1982, no mês de junho, ainda não se tinha fechado a questão. Os pecebistas fizeram o relato desse encontro no seu jornal<sup>40</sup> e afirmaram que a maioria dos membros presentes haviam se manifestado favoráveis ao adiamento da Conclat e da fundação da CUT, porém a decisão fora postergada para a próxima reunião agendada para o início do outro mês, no mesmo local, na sede da Contag. Ela ocorreria após os Enclats, que debateriam a mesma temática, se a Conclat deveria ser em agosto daquele ano ou em fevereiro ou em março de 1983.

---

<sup>40</sup> Voz da Unidade, 17 a 24 de junho de 1982, página:10.

Todavia, a reunião de julho aprovou a realização da II Conclat para os dias 27 a 29 de agosto de 1982, como estabelecido na Conclat do ano anterior em Praia Grande. Mais uma vez, o PCB abordou o encontro da Comissão no seu jornal. O partido insistia em declarar que era um equívoco manter a data do Congresso e demonstrava que aquela decisão, na verdade, era em decorrência da ausência e do não pronunciamento de algumas enclats em relação ao tema de que um desejo real dos sindicalistas<sup>41</sup>.

A Comissão faria outras reuniões, em São Paulo e Brasília, para fechar assuntos pendentes acerca da organização do evento e do critério de tirada de delegados. A próxima estava marcada para o dia 17.

Mesmo com a decisão de manutenção da realização do Congresso. Os comunistas continuavam criticando tal posicionamento, afirmando que este era um equívoco. Apresentaram diversos argumentos para o não cumprimento da determinação da I Conclat. Afirmavam que a insistência nessa determinação poderia provocar um racha no movimento sindical, tendo em vista que vários sindicatos defendiam o adiamento ou afirmavam que não iriam participar da II Conclat. Os pecebistas exemplificavam esses posicionamentos com o enclat do Rio de Janeiro e com os sindicatos rurais mais as federações de trabalhadores paulistas, respectivamente.

Para os comunistas, esses posicionamentos associados à falta de tempo para organizar os diversos sindicatos e os enclats esvaziariam a Conclat. Eles acusavam o grupo, defensor da permanência da data, de contraditório, visto que diziam defender uma “CUT pelas bases”, mas, na prática, estaria construindo um Conclat e, conseqüentemente, uma CUT de vanguarda ao querer um congresso às pressas. Podemos ver essa acusação no comentário do comunista Ivan Pinheiro acerca da Conclat ser realizada em agosto, exposto no jornal:

Ivan Pinheiro, dos Bancários, defendeu a idéia de realizar a II Conclat no próximo ano, apoiando a posição antes apresentada pelo presidente do Sindicato dos Engenheiros, Jorge Bittar. Ivan Pinheiro criticou os sindicalistas ‘que até agora tem o discurso de que querem a CUT criada pelas bases, mas querem fazer a CUT sem as bases.’  
(Jornal Voz da Unidade, 01/07/1982 a 06/07/1982, 8).

---

<sup>41</sup> No Jornal, destacava-se que dos 53 membros da Comissão pró-cut somente 37 compareceram à reunião e que a metade dos estados da Federação não compareceu ou se posicionou quanto à questão tratada. Além disso, alguns estados se posicionaram favoráveis à manutenção da data estabelecida em Praia Grande, embora desfavoráveis à fundação da CUT, como os seguintes estados, Espírito Santo, Paraíba, Pará (Voz da Unidade, 08/07/1982 a 15/07/1982, 11).

A proposta dos comunistas para solucionar esse problema era a realização da Conferência no outro ano, no dia 1º de maio, enquanto os enclats aconteceriam em 1982. Alegavam que era importante passar esta para o outro ano também por causa das eleições, visto que, nestas, as distinções político-partidárias entre os sindicalistas estariam mais latentes e poderiam ser incorporadas no movimento sindical, o que traria prejuízos no processo de unificação deste.

Os pecebistas publicavam no “Voz da Unidade” posições de representantes de sindicatos ou de federações em prol do adiamento. Acreditamos que, com isso, o PCB queria demonstrar que essa defesa não era restrita ao “partidão”, mas compartilhada por um número grande de pessoas com significativa representatividade no meio sindical. Além do mais, apresentavam argumentos com os quais concordavam. A crítica, por exemplo, do presidente da Federação dos Químicos de São Paulo, Alcir Nogueira, era a mesma do PCB:

“preparar uma Conclat assim, sem um tempo hábil para organizarmos um grande Congresso, não vai servir para nada. Nós somos contra a sua realização porque, além da questão eleitoral, já é tarde demais para se solucionar problemas concretos como o de finanças e de infraestrutura.”

(Voz da Unidade, 15/07/1983 a 21/07/1983, 11).

Expuseram ainda a opinião do presidente da Federação dos Trabalhadores da Alimentação de São Paulo, Vitório Mantovani acerca do cumprimento da Conclat:

“Nossa preocupação é derrotar o PDS e por isso acho totalmente inconveniente realizar uma Conclat neste ano eleitoral. Sem dúvida o objetivo do movimento sindical será desvirtuado e prejudicado.” (grifos nossos).

A opinião supracitada expressa a tática pecebista, priorizar as eleições por acreditar que a derrota do PDS e a vitória do PMDB seria a forma de ampliar o processo de abertura política sem colocar em risco o que já fora conquistado. Então, mais do que investir na formação da CUT, para o PCB, era o momento de investir nas eleições, pois, segundo os pecebistas, elas que poderiam possibilitar a mudança de regime e melhorias na vida dos trabalhadores.

Um argumento também utilizado pelos comunistas, inclusive nas explosões de algumas greves, era de que o momento era de (re) organizar o movimento sindical, em refluxo, por conta do desemprego, da crise econômica que assolava o país e os atingia

diretamente. Para o PCB, essa conjuntura de crise era um outro fator que devia exigir cautela das lideranças sindicais.

Apesar de, inicialmente, a Comissão pró-CUT ter mantido a determinação da Conclat de 1981, nos encontros posteriores, houve o recuo dessa posição e ela definiu o adiamento da Conclat para o ano seguinte. Foi praticamente unânime essa decisão, somente 3 membros da comissão mantiveram a deliberação de antes. Parece que o curto tempo para se realizar um congresso de magnânima importância e as divergências acerca da fundação da CUT pesaram na discussão.

Passadas as eleições e, com a chegada do ano de 1983, a questão sobre a fundação da CUT ficaram em voga novamente. Ainda mais, depois das greves nas refinarias da Petrobrás de Campinas e Camaçari. Nesse período, a Comissão pró-CUT convocou uma Plenária Sindical Nacional que decidiu marcar uma greve geral para o dia 21 de julho daquele ano. Porém, nem todas as correntes estavam de acordo com essa greve, como era o caso da “Unidade Sindical”. Assim, essa parte da Comissão não tocou a realização da greve geral, assinalando, novamente, as divergências, no interior do movimento sindical, que pareciam inconciliáveis e que provocariam, a qualquer momento, o racha neste.

Foi o que aconteceu, a parte da comissão que se dedicou a greve geral manteve a data do Conclat (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), prevista para agosto, e fundou a CUT (Central Única dos Trabalhadores)<sup>42</sup>. A outra parte respaldou-se na mudança de data do Congresso estabelecida pela Comissão, este fora adiado para novembro. Em novembro, esse grupo fez um outro Congresso<sup>43</sup> e criou a CONCLAT (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras).

Dessa maneira, as diferentes concepções sindical e política não permitiram a unidade integral do movimento sindical. Vimos que foi possível a aproximação dos “autênticos” com as “oposições sindicais”, porque compartilhavam de posições. Ambos defendiam o diálogo entre movimento popular e sindical, não viam problemas na participação das associações e oposições sindicais em congressos e apostavam no confronto com o governo e patrões, por isso, a realização de greve, inclusive, geral não era uma questão para essas correntes. Já a unificação com a “unidade sindical” não era viável, devido ao fato dessa corrente defender outros posicionamentos. Esta investia na participação de entidades oficiais no círculo sindical,

---

<sup>42</sup> Esse congresso contou com a participação de um pouco mais de 5000 delegados de 912 entidades diferentes, representando um número considerável de trabalhadores, 12.192.849 (TEXEIRA, 2009, 22).

<sup>43</sup> Esse congresso contou com a participação de cerca de 4000 delegados de pouco mais de 1000 entidades (Suplemento sindical do Voz da Unidade, 28/02 a 05/03 de 1986, 3).

separava o movimento sindical do popular e defendia uma linha conciliatória e de negociação, porque acreditava que esta era mais cabível no momento político do país.

O primeiro grupo, denominado de “combativo”, fundou a CUT. Já, na fundação, ficaram nítidas algumas das visões deste, pois participaram do Congresso, além das entidades sindicais oficiais, as oposições e associações sindicais.

As concepções desse grupo também foram expostas nos vários documentos elaborados no Congresso, como o Plano de Lutas e os Estatutos da entidade. No artigo 4 do estatuto, citado abaixo, por exemplo, ficava claro que a nova central seria contra a conciliação de classe e optaria pela independência da classe trabalhadora, dizia esse artigo:

Artigo 4: Unidade de Classe

A CUT defende a unidade da classe trabalhadora e objetiva representá-la a nível nacional, com respeito absoluto pelas convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. A CUT tem como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não na cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica, política e organizativa.

(Estatutos da CUT. In: Jornal da CUT, Ano I, nº:0, setembro de 1983).

As diferenças entre o PT e PCB também estavam presentes no meio sindical. As concepções, muitas vezes, díspares desses partidos não permitiram uma unidade sólida no campo sindical. Algumas vezes, em episódios isolados, até atuaram juntos nesse campo, porém não era uma atuação orgânica, visto o engajamento político de ambos em espaços distintos. Os petistas investiram na CUT, pois, nessa central, encontraram muitos princípios defendidos pelo partido, como a defesa da independência de classe e o combate à conciliação, o mesmo não ocorria com os pecebistas. Por isso, os últimos optaram por outros espaços. Primeiro, os comunistas priorizaram as instituições políticas mais gerais em detrimento do campo sindical. Depois, no que concerne a esse campo especificamente, preferiram investir na CONCLAT a fundar a CUT, por, também, temerem uma hegemonia dos combativos (Suplemento sindical do Voz da Unidade, 28/02 a 05/03 de 1986, 3). Mais tarde, ratificaram essa posição e fundaram a CGT<sup>44</sup> (Central Geral dos Trabalhadores) em 1986. Assim, os princípios norteadores dos partidos não permitiam uma unificação deles no campo sindical.

---

<sup>44</sup> Deixando de entrar e combater o PT dentro da CUT, o PCB, além de não ajudar na construção da referida unidade sindical tão apregoada pelo partido, optou por permanecer do lado dos setores mais conservadores. A justificativa era que, nos setores vinculados à Conclat (depois CGT), o PCB tinha melhores condições “para o avanço de sua política, seja no nível do entendimento político geral, seja no que diz respeito às propostas de organização” (SANTANA, 2001, 272).

2.5. Os posicionamentos do PT e PCB no movimento das “Diretas Já” e nos desdobramentos da campanha.

O ano de 1984 foi marcado pela discussão acerca do retorno da eleição direta à presidência da República. Essa discussão se iniciou no parlamento, no ano anterior, a partir da apresentação da Proposta de Emenda Constitucional do deputado Dante de Oliveira do PMDB, porém, só ganhou o país quando foi às ruas através dos diversos comícios realizados nas cidades brasileiras. O número de participantes nestes só aumentava, e o ápice foi atingido, às vésperas da votação da emenda no Congresso, nos comícios do Rio de Janeiro e de São Paulo, que contaram com a participação de mais de um milhão de pessoas.

O movimento das Diretas-já foi inovador em vários aspectos. Um deles, como salientado pela historiografia, foi o contingente de pessoas atuantes no movimento, considerado, nesse sentido, o maior do período republicano<sup>45</sup>. Um outro foi seu caráter suprapartidário, posto que envolveu, praticamente, todos os partidos políticos existentes no período e várias entidades de peso da sociedade civil, como a CONCLAT, CUT, UNE, OAB, dentre outras.

Dessa maneira, foi um movimento múltiplo, onde conviviam diversas concepções políticas, reunidas em torno de um objetivo, a conquista da eleição direta para presidente, interessando-nos, mais especificamente, a atuação do PT e PCB no contexto da votação e da derrota da emenda Dante de Oliveira.

Para ajudar na organização desse movimento, os partidos formaram um Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas que, por agregar vários partidos, era heterogêneo, convivendo perspectivas diferentes no seu interior. Estas podiam ser sintetizadas, basicamente, em duas perspectivas (DELGADO, 2007, 416): uma mais favorável à negociação e a outra que apostava mais no movimento em si<sup>46</sup>, na pressão deste sob o regime.

A primeira perspectiva acreditava que a estratégia de grandes mobilizações deveria ser somada a de negociação com o governo Figueiredo, compartilhava dessa perspectiva os políticos do PMDB e os pecebistas. Já na outra, defendida pelo PT e seus militantes, era de que não deveria buscar o diálogo com o governo Figueiredo.

Essa perspectiva petista foi evidenciada nas Teses Políticas do partido desse período, resultantes dos debates ocorridos no 3º Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 6 a 8 de

---

<sup>45</sup> Ver (COUTO, 2003; DELGADO, 2007)

<sup>46</sup> Para Lucilia Delgado, havia duas lógicas existentes no interior do Comitê, a da negociação e a da ruptura (DELGADO, 2007, 416).

abril de 1984 em São Bernardo. Nestas, mais uma vez, o partido ratificava, na conjuntura das diretas, sua postura contrária à conciliação política, afirmando que:

(...) a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conchamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. (Teses Políticas, 1984. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, 1998, 149).

Nesse sentido, ao analisar o trecho acima, notamos que o partido já antecipava que não apoiaria nenhuma alternativa à eleição direta. Assim, a posição adotada, posteriormente pelo partido de não apoiar à candidatura Tancredo no Colégio Eleitoral estava coerente com sua Tese Política.

Já o PCB, no movimento das Diretas manteve a perspectiva da negociação sem confrontos<sup>47</sup>. Na visão pecebista, as mobilizações de rua deveriam integrar o processo de negociação com o governo realizado nas instituições políticas, elas não podiam ultrapassar esse limite, porque se não poderiam emperrar a negociação. Algumas vezes, no discurso pecebista, parece que o ritmo das mobilizações deveria ser ditado pelo processo de negociação, algo mais visível no desdobramento da campanha das Diretas. Percebendo a possibilidade da derrota, antes mesmo da votação da Emenda Dante de Oliveira, o PCB defendia que se deveria construir uma alternativa. Após a derrota, quando o PMDB se decidiu pelo nome de Tancredo, o PCB ficou de apoio e defendeu que as mobilizações tinham de ser de apoio ao candidato da oposição, Tancredo Neves, e não mais em prol das eleições diretas.

Dentro dessa linha da negociação defendida pelos pecebistas, pensar em alternativas à eleição direta não seria um problema, como exposto no jornal Voz da Unidade:

O governo federal para ladear a emenda Dante de Oliveira deve propor o seu “emendão”, ele mesmo fruto da pressão das massas pelas diretas. A prioridade há que ser posta na aprovação da Dante de Oliveira, no entanto, a frente democrática deve está preparada para todas as alternativas possíveis. Não pode se eximir de utilizar e instrumentalizar, na direção da mudança, todas e quaisquer cessões a que o regime for obrigado a fazer. Fazer política é trabalhar com os fatos, direcionando as tendências nele atuantes para os

---

<sup>47</sup> Segundo Anita Prestes “no VII Congresso do PCB, realizado em janeiro de 1984, em São Paulo, seria aprovado documento em que se afirmava que a oposição deveria negociar com ‘setores do governo, do regime e do PDS’, a fim de que o Brasil pudesse superar a crise política, econômica e social que enfrentava. A direção do PCB declarava aceitar negociar o apoio a eleição presidencial indireta se não houvesse condições de aprovar as eleições diretas e, inclusive, conceder um possível apoio ao nome de Tancredo Neves para sufrágio no Colégio Eleitoral. (PRESTES, 2014, p. 130). É neste congresso que Luiz Carlos Prestes sai do PCB.

objetivos que os transcende. Fora disto o que se tem é retórica, demagogia ou doutrinário. (grifos nossos) (Voz da Unidade, 05 a 11 de abril de 1984, p.3).

No movimento das Diretas, os partidos buscaram focar<sup>48</sup> no objetivo que os unia, a implementação das eleições diretas para presidente, deixando as diferenças adormecidas. As distinções nas perspectivas tornar-se-iam mais nítidas após a derrota da emenda<sup>49</sup>, elas pesaram mais e fizeram com que os partidos adotassem caminhos distintos de novo.

Todavia, é importante frisar que nem todas as forças políticas encamparam a campanha das Diretas desde o seu início, ainda no ano de 1983. Inicialmente, como demonstrou Maciel, a campanha foi patrocinada pelo PT, pela CUT e pelas forças de esquerda e só, no início de 1984, obteve a participação orgânica dos governadores de estado opositoristas e demais partidos de oposição. Porém, mesmo assim, não contou com o apoio efetivo de todos, como foi o caso de Tancredo Neves, que “considerava a campanha improcedente não só por expressar um processo de radicalização política e ruptura com a institucionalidade autoritária no tocante à sucessão presidencial como também por ‘atropelar’ o processo de conciliação com o governo que ele próprio vinha dirigindo” (Maciel, 2014 pp: 289-290).

Após a derrota da emenda, as diferenças entre as forças políticas ficaram mais nítidas, O PCB, por exemplo, logo após essa derrota já defendia que era o momento de virar a página, ou seja, aceitar a derrota do movimento, e buscar alternativas. Clamava pela (re) organização da Frente Democrática o mais rápido possível, pois a oposição não podia perder o momento de fragilidade do governo e de seu partido, em turbulência devido à falta de consenso em torno de um nome para suceder Figueiredo. Assim, para o PCB, era fundamental que o PMDB, núcleo da Frente Democrática para os comunistas, escolhesse logo um nome da oposição capaz de derrotar o governo no Colégio Eleitoral. Essa preocupação do partido pode ser vista no trecho abaixo, retirado do Jornal Voz da Unidade:

---

<sup>48</sup> Dentro do PMDB, inclusive, o que ficara acordado com o presidente do partido, Ulisses Guimarães, era a atuação unívoca do partido, todos os seus membros defenderiam a emenda Dante de Oliveira sem publicizar alternativas possíveis caso ela fosse derrotada. Portanto que, Tancredo Neves sofreu críticas de correligionários e foi questionado pelo presidente de seu partido acerca do seu discurso, em Ouro Preto, tendencioso à negociação com o regime (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004).

<sup>49</sup> A emenda Dante de Oliveira foi à votação no dia 25 de abril de 1984 e por insuficiência de apenas 12 votos não foi encaminhada ao senado.

É preciso que o PMDB se una imediatamente em torno de um candidato à sucessão de Figueiredo. Na medida em que o segmento politicamente mais reacionário ‘tomou conta’ do Partido Democrático Social, conferindo ao deputado Paulo Maluf as maiores possibilidades de alcançar a indicação pelo partido à disputa presidencial, torna-se supérfluo e perigoso continuar especulando com uma possível alternativa ‘democrática’ originária da coluna vertebral da agremiação governista. Tudo indica que as ‘regras do jogo’ serão mantidas, na medida em que a cúpula do regime não demonstra ter forças para resgatar o processo sucessório da esfera partidária e também levando-se em conta que as oposições não aparentam ter força até o momento para impor as diretas-já. Neste caso apenas o Partido do Movimento Democrático Brasileiro tem a capacidade de vertebrar um pólo de atração alternativo ao continuísmo. Não se deve postergar as discussões ou perder tempo com propostas como a apresentada pelo Senador Itamar Franco (PMDB-MG), de fazer uma prévia entre os filiados do partido sobre a participação ou não nas eleições indiretas, caso não venham as diretas já. O momento exige arrojo e não o ‘ensimesmamento’ do maior partido da oposição. É preciso, portanto, que o Diretório Nacional para o início de agosto deflagre a mobilização em torno da candidatura única dos democratas.

Enquanto o PCB exigia do PMDB a escolha de um nome para iniciar o engajamento político em prol da vitória deste no Colégio Eleitoral, o PT manteve a postura estabelecida na sua Tese Política, não apoiou nenhum candidato que disputasse à presidência por via indireta no Colégio Eleitoral. Dessa maneira, o PT acreditava que o movimento pró-diretas deveria continuar mesmo com a derrota da emenda Dante de Oliveira. Já o PCB mudava o foco para o Colégio Eleitoral, afirmando que, depois da derrota, a batalha contra o governo tinha de ser nesse local, visto que a oposição ainda não tinha força de implantar as eleições diretas para presidente em 1985. Por isso, apoiou à candidatura de Tancredo Neves, enquanto o PT propôs a abstenção, ou seja, nem Maluf, mas também, nem Tancredo. Assim, a derrota da emenda Dante de Oliveira encerrava a atuação unitária do PT e do PCB.

Como salientou Maciel, o movimento pelas Diretas foi um momento de interrupção do processo de conciliação política entre as forças oposicionistas e o governo acerca da transição política que vinha sendo contruído após as eleições de 1982 (MACIEL, 2014). Esta conciliação teve a participação das “principais lideranças da oposição, particularmente pelos governadores de estado recém-eleitos, como Tancredo Neves (MG), Franco Montoro (SP) e mesmo de Leonel Brizola (RJ), que chegou a propor a porrogação do mandato de Figueiredo por mais dois anos, seguida de eleições diretas para presidente. A tese da ‘união nacional’ em torno de uma candidatura de concenso (...) passou a vicejar nos diversos ambientes do campo de interlocução liberal, incluindo setores governistas quanto oposicionistas.”(MACIEL, 2014, 288). Após a derrota do movimento pelas diretas essa costura conciliatória foi retornada a

partir da figura de Tancredo Neves, algo que contou com a participação do PCB e com a reprovação petista.

Dessa forma, O ano de 1984 foi decisivo para o embate entre a conciliação nacional proposta pelo PCB<sup>50</sup> e diversos setores da oposição como possibilidade de construção de uma transição democrática segura<sup>51</sup> e o posicionamento do PT e da CUT contrário ao que lhe parecia uma “conciliação pelo alto” entre parte da oposição e setores da ditadura em vista de uma “transição política transada”.

---

<sup>50</sup> O Partidão mantinha sua proposta de “negociação política, afirmando que os caminhos da transição poderiam trilhar três vias: repressão política por parte do regime, conciliação nacional como pacto da burguesia e solução política negociada.” (Cf. Pinheiro, 2014, p. 51).

<sup>51</sup> O medo da repressão pelo regime não era infundado se lembramos que “em dezembro de 1982, a Polícia federal cumprindo ‘ordens superiores’, invadiu a sede do jornal Voz da Unidade em São Paulo, desbaratando uma reunião do PCB” e prendendo cerca de cem pessoas que realizavam uma assembléia do seu VII Congresso. (Cf. Prestes, 2014, p. 126)

## CAPÍTULO 3

### **As contraposições do PT e do PCB no período da Nova República.**

Como já vimos no capítulo anterior, o Colégio Eleitoral acabou por eleger, de forma indireta, Tancredo Neves, que tinha como vice-presidente em sua chapa o ex-arenista José Sarney. Vimos também que o Partido dos Trabalhadores se colocou contra a eleição indireta e se absteve na votação no Colégio Eleitoral. O PT negou-se, portanto, a referendar o nome do PMDB<sup>52</sup> que teve o apoio de parte do PDS, a partir do grupo da Frente Liberal, e de outros partidos de oposição, inclusive do PCB, que na época ainda era um partido ilegal. O apoio de parte do PDS possibilitou a criação da coligação denominada, então, de Aliança Democrática. Este termo, junto com o termo Nova República<sup>53</sup>, será bastante usado na época no debate sobre o primeiro governo civil após 1964.

Com a decisão do colégio eleitoral, em Março de 1985, assumiria o comando do poder executivo nacional o mineiro Tancredo Neves. Este, porém, não assumiu, pois estava doente e veio a falecer no dia 21 de abril de 1985. Em seu lugar, tomou posse, de forma interina em março e definitivamente em abril, o vice José Sarney. Assim, o nosso primeiro governo civil tinha à frente um ex-militante dos partidos ARENA e PDS, partidos que estavam ligados aos governos militares e à ditadura. Portanto, a negociação que levava Tancredo a vencer no colégio eleitoral e que, devido ao apoio popular construído, poderia facilitar uma forma de transição democrática mais conciliatória, teve, com a morte de Tancredo, problemas: como sustentar politicamente um governo de um político ligado à ditadura em uma sociedade que no ano anterior levava milhões de pessoas às ruas em defesa de eleições diretas? Como se daria a transição a partir de então? Avançaria ou recuaria.

Estas são questões cujas respostas mais uma vez afastam o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista Brasileiro nos discursos e nas diferentes práticas. Veremos, mais uma

---

<sup>52</sup> O PT manteve-se na crítica às eleições indiretas, inclusive da candidatura de Tancredo Neves que, como já dissemos, havia costurado uma aliança com parte do PDS e havia reprimido em Minas Gerais o movimento pelas Diretas Já.

<sup>53</sup> O termo Nova República, muitas vezes, remete-nos ao período do governo da Aliança Democrática. O termo foi defendido pelo PMDB que lançou, no dia 8 de janeiro (segundo o semanário Voz da Unidade, do Partido Comunista Brasileiro), um documento intitulado “Nova República”, onde defende, entre outros, os seguintes pontos: eleições diretas em 1985 para as capitais e áreas de segurança, alteração da legislação eleitoral, revogação da LSN, congelamento dos preços de uma cesta básica de alimentos e do transporte coletivo por 180 dias, reforma tributária, redução das prestações do BNH, aplicação imediata do Estatuto da Terra, convocação da Constituinte para 1986. (Voz da Unidade, 12 a 18/01/1985, 5).

vez, as contraposições de PT e PCB nessa conjuntura. O Partido dos Trabalhadores continuava apostando na necessidade de fortalecer uma transição democrática mais popular, por isso, mantém-se na lógica do enfrentamento direto<sup>54</sup>, na do embate com o governo que agora tinha como líder Sarney, ligado ao PFL e ao PMDB. O PT também, como vimos, engajou-se na constituição da CUT e tentou se fortalecer, eleitoralmente, nas eleições municipais de 1985 e nas eleições estaduais de 1986, estas ainda seriam para eleger os membros do Congresso Nacional que desempenhariam também a função de constituintes, visto que a proposta de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva não foi vitoriosa.

Por outro lado, o PCB ainda se manifestava precavido e dizia-se preocupado constantemente com a possibilidade de um retrocesso. Esse partido tenta fortalecer, apesar de críticas pontuais, o governo de José Sarney e a Aliança Democrática. O partido, em processo de legalização, começou a se organizar em diversas cidades e, nas eleições municipais, teve candidaturas próprias em alguns municípios. Em outros, porém, constituiu alianças com candidatos do PMDB e de outros partidos, como foi o caso do Rio de Janeiro, onde o comunista João Saldanha foi candidato a vice na chapa da coligação PSB-PCB. No entanto, em outras cidades, restringiu-se ao apoio de candidatos ligados à Aliança Democrática, mesmo sendo excluído por diversos candidatos que evitavam perder os votos dos mais conservadores.

Neste capítulo, portanto, discutiremos as posições do PT e do PCB no período inicial da chamada Nova República e as suas relações com o governo da Aliança Democrática. Além disso, analisaremos as contraposições ocorridas, principalmente, em três situações: o debate que se deu, em 1985, em relação às eleições municipais, o Plano Cruzado e as eleições de 1986.

Além disso, nesse período, se consolidou as diferenças entre os dois partidos no campo sindical. O PT manteve as posições estabelecidas em 1983, o PT investiu no fortalecimento da CUT<sup>55</sup> (Central única dos Trabalhadores). Sobre o PCB, em relação ao movimento dos trabalhadores, este se manteve na defesa da unidade sindical. Mas, a posição pecebista se mostrará complexa: apesar da defesa da unicidade, provocou um racha no Conclat de 1983, convocando um em novembro. Nesse congresso, fundou a Conclat

---

<sup>54</sup> “Podemos dizer que, enquanto o PT trabalhava na lógica de enfrentamento direto com o regime a partir do centro sindical, os comunistas optam pela lógica do combate indireto, institucionalizado e tendo como centro a frente democrática e sua inserção no sistema político-institucional.” (Santana, p. 245)

<sup>55</sup> “A década de oitenta assistirá ao intenso fortalecimento da CUT. O projeto da central foi se consolidando e passa a hegemonizar o movimento sindical brasileiro”. (Santana, 2001, p. 247).

(Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora). Posteriormente, em março de 1986, optou por participar da fundação de uma outra central sindical, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que, a partir de 1988, foi chamada de Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>56</sup>.

### 3.1 PCB e PT: o apoio e a crítica à Nova República.

Ainda em janeiro de 1985, antes mesmo da posse do novo governo eleito de forma indireta, o PT lança um documento produzido em seu Encontro Nacional Extraordinário realizado nos dias 12 e 13. Este documento tem como tese-guia o texto aprovado no Encontro Regional de São Paulo, que se realizou nos dias 15 e 16 do ano anterior, e norteou o partido em 1985. Nele havia, entre outras coisas, avaliações da campanha das diretas, do malufismo e da Aliança democrática.

Para compreender a oposição do PT à Aliança Democrática, é importante analisar o documento produzido no Encontro Nacional Extraordinário do partido. Nele, encontra-se a crítica do partido à campanha das diretas após seu desfecho. Para o partido, o movimento pelas diretas “representou o retorno das classes populares ao palco da luta institucional” e “devolveu à população a autoconfiança em sua capacidade de organização e de luta”, porém, “setores liberais e conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas acabaram impondo à campanha controles e limites, que conduziram à conciliação” (Resoluções de Encontros e Congresso, 1998, p 179).

No documento, o partido explicitou que sua participação “na campanha [das diretas] foi marcada pela independência, por uma política de mobilização” e que “tinha como objetivo a ruptura com o regime, a conquista de eleições diretas e mudanças econômico-sociais” (Resoluções de Encontros e Congresso, 1998, p 179). No documento, o PT afirmava ser a única força capaz de criar:

um pólo alternativo que atraísse todas as demais forças políticas dispostas a levar a campanha das Diretas até as últimas conseqüências. (...) A concretização deste pólo, no entanto, acabou sendo inviabilizada, entre outros motivos, pela recusa de setores progressistas do PMDB, do PCB, do PCdoB e do MR-8 de se aliarem a nós. Ao se submeterem à hegemonia liberal-burguesa, estes setores não se opuseram efetivamente à desmobilização da campanha das Diretas, incorporaram-se à Aliança

---

<sup>56</sup> Outro problema que se pode levantar do posicionamento dos comunistas diz respeito à autonomia sindical em relação à partidização. Se por um lado o PCB criticava o PT o acusando de partidizar o movimento sindical e, portanto, defenderem a autonomia, por outro lado acabava não respeitando este mesmo ponto de vista.

Democrática, deram seus votos para regulamentar o Colégio Eleitoral e, hoje, ainda que isolados pelos setores mais conservadores, servem para legitimar a transição conservadora. (idem pp. 179-180).

Por ter essa leitura da campanha das Diretas, o PT avaliou, de forma negativa, o próximo governo nascido, justamente, da derrota do movimento e resultante de uma eleição indireta no Colégio Eleitoral. Chegou mesmo a dizer que “a Aliança Democrática utilizou a mobilização popular para impor ao regime a aceitação de seu candidato” (ibidem, p. 180). Em seguida afirma que a “sucessão, com Tancredo, sob controle e comprometida com os ideais de 1964, era uma alternativa prevista no projeto de *abertura* lenta, gradual e segura, esboçado no início do governo Geisel, o principal sustentáculo militar da Aliança Democrática” (ibidem, p.180).

O PT afirmava também que a Aliança Democrática representava uma negociação com o regime anterior, permitindo a manutenção da “tutela militar<sup>57</sup> sobre o país”, posto que “o poder militar continua[va] submetendo o poder civil e não o contrário (...). Por isso, para o partido, é preciso lutar para conquistar a democracia” (ibidem p. 181).

Dessa maneira, o PT avaliava que a Aliança Democrática encarnava a proposta de abertura apregoada pelo presidente Geisel, uma liberalização do regime, sem democratização de fato. A proposta defendida pela Aliança Democrática, segundo o PT, enquadrava-se no planejamento de retorno dos militares aos quartéis que previa a exclusão das classes populares das decisões políticas e, principalmente, da sucessão presidencial. Assim, na visão petista, o “regime se empenhava para assegurar sua continuidade ainda que sob novas formas e através de um pacto das elites”.

Logo, para o PT, a Aliança Democrática não representava um avanço muito grande, mas era parte do planejamento de (re)democratização construído pelos militares, caracterizada como um tipo de transição “lenta, gradual e segura” ou mesmo de “transição transada”.

Apesar de toda essa crítica levantada pelo partido, este dizia também em seu documento que “a formação da Aliança Democrática representou uma derrota para o atual núcleo de poder. E que, a despeito da tutela militar, Tancredo e o bloco de classes que ele articula vão governar através de novos métodos e sob novas formas” (p.181).No entanto, o partido buscava frisar que a mudança na forma de governar não implicava em mudanças reais,

---

<sup>57</sup> Essa questão da “tutela militar” foi abordada por diversos autores que analisaram o processo de mudança de regime político no Brasil. Dentre estes, podemos citar, René Dreifuss em *O Jogo da Direita*, Décio Saes em *República do Capital* e Florestan Fernandes em *Que Tipo de República?*. Ver as referências completa dessas obras na bibliografia.

visto que os interesses contemplados eram os das mesmas classes, as ligadas ao capital. Assim o PT explicitava que

A Aliança Democrática reunificou, num bloco único, latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares. E na tentativa de ocultar este caráter de classe, seus objetivos continuistas e sua legitimidade, a Aliança Democrática explorou o sentimento popular de repúdio a Maluf, apoiou-se na palavra de ordem de mudanças. Daí [se] entender por que a população, desejando as eleições diretas, mas não vendo como conquistá-las de imediato, tenha sido envolvida pelo falso dilema Tancredo ou Maluf.(...)

Vitoriosa graças ao grande bloco de forças que aglutinou, a Aliança Democrática buscou arrastar para o Colégio Eleitoral o único partido que se mantém independente: o PT. Não se tratou, para ela, de precisar de votos do PT, dada a sua evidente maioria entre os delegados, mas de conquistar nosso apoio político, social e ideológico para o projeto de transição das classes dominantes e para o pacto social que pretende legitimá-lo e consolidá-lo. (...) os [setores] hegemônicos da Aliança já tem definidos alguns compromissos e objetivos fundamentais. São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma da Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e com o capital financeiro do País e do exterior(...); em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel a 1964. (Resoluções, PP 183-184)

A citação nos permite ver que, para o PT, a “Nova República”, construída pela Aliança Democrática, encarnava a continuidade do projeto de “transição conservadora” projetado, inicialmente, pelos militares. Além disso, era vista pelo partido como a possibilidade de unificação de diversos setores das classes dominantes que buscavam redefinir sua dominação de classe sob novas formas, para isso, procuravam atrair as classes dos trabalhadores numa tentativa de tornar o projeto de redemocratização “sem rupturas” hegemônico. O partido, no entanto, evidenciava que não ajudaria na concretização desse projeto e optaria por sua independência política. Afirmava ainda ser o único defensor dessa posição<sup>58</sup>.

Esse posicionamento do PT também ficou explícito na parte do documento sobre o “Plano de Ação Política e Plataforma de Lutas”, onde o partido reafirmou a necessidade de preservar sua independência política diante da Aliança Democrática que tentava consolidar a

---

<sup>58</sup> O PT se mantinha coerente com suas posições anteriores em relação ao (P)MDB. Lembremos que já no primeiro capítulo vimos que, para os petistas, o (P)MDB era um partido eleitoral, restrito à atuação parlamentar, defensor dos padrões e comprometido com o sistema capitalista. Por isso, o partido seria defensor de uma democracia formal, que se restringia ao âmbito parlamentar e inibiria a participação real das classes trabalhadoras, logo, não representaria os interesses destas.

sua hegemonia. Assim, desconfiado do futuro e recém-eleito governo, o PT criticou a proposta de pacto social apresentada por Tancredo, dizendo que esta era a reedição da “política de apertar os cintos”:

em nome da consolidação de seu governo e de sua política, a Aliança Democrática quer dos trabalhadores um cheque em branco, um crédito de confiança, muito embora descarte de imediato a possibilidade de alguma concessão que, na essência, será mero paliativo, não podendo constituir elemento de barganha para os trabalhadores. (Resoluções de Encontro e Congressos, p. 182)

Com bases nas diversas críticas apresentadas pelo partido, o PT determinou aos seus parlamentares um boicote às eleições indiretas passando a exigir que seus deputados não votassem no Colégio Eleitoral, inclusive, na dupla formada por Tancredo Neves e José Sarney. Três deputados petistas (Airton Soares, Beth Mendes e José Eudes) não acataram a deliberação e foram desligados do partido. Tal posição foi comentada no artigo “Autoritarismo” pelo PCB em seu jornal:

O Partido dos Trabalhadores parece caminhar para o absoluto isolamento e para a redução de sua expressão às dimensões do ultrasquerdismo que vem orientando a linha política da organização. (Voz da Unidade, n. 234<sup>59</sup>, p. 6, 19/01/1985. Grifos no original. )

Por sua vez, no início de 1985, o PCB, em um texto cheio de metáforas ligadas à referências geográficas e de transições (pontes, via, caminho, campo cercado, passagem, território) dizia que o ano de 1984, o das Diretas, foi

uma passagem obrigatória do campo cercado do autoritarismo para o território aberto da democracia. A chegada de 1985 recebeu-se com otimismo e um suspiro de alívio.

(...)

1985, assim, se abre sob o signo da esperança: com a vitória de 15 de janeiro, e a posse, a 15 de março dos candidatos da Aliança Democrática, a via para a transição democrática se desobstruiu. Os compromissos de Tancredo Neves, sempre reafirmados com a Constituinte e a reversão da política econômica anti-popular dão suporte ao otimismo do brasileiro. (Voz da Unidade, 5 a 11 de janeiro de 1985, 5. Grifos no original.)

---

<sup>59</sup> Este mesmo número do jornal traz diversas matérias em apoio a Tancredo e ao seu discurso de posse: “Alegria sim, euforia não” (p. 3), “Após vinte anos, o fim da ditadura” (p.4) “Em defesa das mudanças” e “Tancredo Afirmando a democracia” (p. 5), etc.

Dessa maneira, o PCB tratava a Aliança Democrática de forma bem diferente. A Aliança Democrática era vista como o caminho que possibilitaria a superação do regime autoritário vigente, pois seu representante, Tancredo Neves, incorporaria, no seu governo, os desejos populares, como, a aprovação de uma Constituinte e mudanças na política econômica.

Outra diferença no trato dos comunistas era que estes não viam problema na forma (indireta) como Tancredo seria eleito, pois, segundo eles, mesmo assim, o povo conferiu-lhe autoridade, visto que respaldava seu bloco político de apoio (Voz da Unidade, idem). Afirmavam ainda que eles eram parte das forças políticas que compunham a frente democrática, sendo “uma componente histórica e ineliminável desta frente (...) por haverem dado uma contribuição real para a alternância no poder se viabilizar com o mais baixo custo social”(Voz da Unidade, idem). Assim, o PCB alguns dias antes da votação no Colégio Eleitoral, colocou-se como parte “ineliminável” do processo que elegeu Tancredo.

O PCB procurava respaldar a Aliança Democrática tanto perante a classe trabalhadora, em especial a operária, da qual se dizia expressão (Voz da Unidade, idem), quanto diante da juventude, como mostra o suplemento do partido direcionado a esse público:

Tancredo sim, com prazer. A palavra de ordem está lançada (...). O jovem pode esperar muita coisa de Tancredo Neves porque ele fará um governo de transformação e de mudança. O governo de TN terá para a juventude a representatividade que o povo queria na praça. (Suplemento da Juventude, Voz da Unidade, 5 a 11 de Janeiro de 1985)

A defesa da legitimidade de Tancredo Neves e José Sarney se repetiu por muitas vezes no decorrer do ano, mas não sem uma análise da complexidade da Aliança. Ainda em Janeiro podemos ler:

(...) De fato, Tancredo Neves e José Sarney se tornarão mandatários com um suporte político que poucos dirigentes republicanos conheceram. Entretanto, este bloco não é e nem será monolítico: obedece e obedecerá a uma dinâmica subordinada à satisfação de algumas demandas prioritárias. Sua consolidação e ampliação necessárias serão resultado das respostas que o novo governo der às urgências da crise. Às forças populares, interessa a manutenção deste bloco. A política de frente democrática<sup>60</sup> será imprescindível à transição. (Voz da Unidade, 12 a 18 de maio de 1985, 3).

---

<sup>60</sup> Lembramos que no primeiro capítulo foi dito que o PCB, ainda no processo mais autoritário da ditadura empresarial-militar acreditou que a tática certa a seguir não era a do enfrentamento armado e sim o da frente de oposições. No capítulo dissemos que, com a derrota da tática de guerrilha, o partido reafirmou a tática da frente democrática. No decorrer do biênio 1985-86 não foi diferente, sendo a Aliança Democrática a materialização dessa política frentista adotada pelo PCB.

Em fevereiro, no artigo de duas páginas intitulado “Os comunistas e a transição democrática”, além do apoio ao novo governo eleito, a avaliação da complexidade da Aliança Democrática reapareceu:

Divergências objetivas (...) existem no seio da Aliança Democrática e dos segmentos sociais que a apóiam, determinando uma luta pela hegemonia na transição, na Aliança e no governo- luta entre os democratas mais sintonizados com os anseios populares e setores que desejam mudanças limitadas e restritas. As pressões organizadas das massas e dos democratas mais combativos poderão neutralizar as tendências daqueles setores para se alinharem ou comporem com as forças reacionárias. (Voz da Unidade n. 238, p. 4. Grifos no original)<sup>61</sup>

Ao evidenciar o caráter difuso da Aliança Democrática e do governo fruto desta, o PCB valorizava o papel desempenhado nesta, assim como, justificava sua atuação política nesse espaço, afirmando que poderia levar o governo a adotar políticas mais progressistas.

Para o partido, o ano de 1985 virava uma página da história brasileira, posto que, com o novo governo, tendências democratizantes poderiam ganhar uma nova dinâmica, cuja expectativa maior era a aprovação de uma Constituinte, prometida várias vezes pelos candidatos da Aliança Democrática. Assim, os comunistas, embora mostrassem que haveria dificuldades, oriundas do regime anterior<sup>62</sup> e da própria multiplicidade de forças políticas presentes no governo (como exposto no trecho supracitado), focavam no avanço que seria propiciado pela vitória de Tancredo/Sarney<sup>63</sup>, o que justificaria, segundo o partido, o otimismo da opinião pública.

---

<sup>61</sup> E ainda no mesmo artigo o partido faz seu voto de fé nesta aliança: “A transição democrática requer como elemento decisivo a defesa e o fortalecimento da frente democrática, largamente apoiada nas massas e suas organizações. Uma ampla e sólida frente democrática é o principal elemento político -na ótica dos comunistas- capaz de levar o país à democracia, garantir sua estabilidade e progresso.” (Voz da Unidade, n. 238, p. 5 de 23 de fevereiro a primeiro de março de 1985)

<sup>62</sup> “Serão dificuldades imensas. De um lado, está a herança desastrosa que recolherá o novo governo - um legado de privilégios, erros, entreguismo, corrupção e leviandades que não será superado em meia dúzia de meses. De outro, os segmentos beneficiários do arbítrio, representante de interesses poderosíssimos, que tudo jogarão para sabotar, confundir e desestabilizar.” ( Voz da Unidade, n. 232, p.5) Preocupado com esta possível desestabilização é que o partido criticará as greves e o PT, como veremos.

<sup>63</sup> A doença de Tancredo Neves foi amplamente trabalhada no número 246 (de 20 a 26 de abril de 1985) do jornal Voz da Unidade. O jornal recordava em um artigo, após dizer que o drama de Tancredo terá um “doloroso desfecho”, a frase “Não vamos nos dispersar” do político mineiro. Já o número 247 (de 27 de abril a 3 de maio) usa 4 páginas para falar da morte de Tancredo, tratado como sendo aquele que simbolizou e, em boa parte viabilizou, o projeto de transição democrática. Resolvemos não tratar aqui deste momento porque as posições do PCB (e também do PT) sobre Sarney não foram diferentes em relação a Tancredo. O PCB, como veremos, apoiou o maranhense – “Sarney contará com seu apoio [dos comunistas] para realizar o Compromisso com a Nação” - da mesma forma como apoiava Tancredo e diz em um de seus artigos que o “povo queria Tancredo Neves, mas aceita José Sarney”. E diz ainda mais: “Sarney, o compromisso com a mudança”.

As posições otimistas do PCB e críticas do PT balizaram o embate entre os dois partidos no decorrer dos anos de 1985 e 1986. Baseado na avaliação positiva da Aliança Democrática, o PCB chamou o apoio ao novo governo, que com a morte de Tancredo, passou para as mãos do maranhense José Sarney. Algumas vezes o apoio é crítico, mas, de modo geral, o partido mantinha-se alinhado ao governo. Até mesmo na reflexão sobre o movimento dos trabalhadores, a posição política do partido influenciou, pois, para o PCB, as greves precisam ser construídas de forma responsável para não por em risco a transição democrática em curso<sup>64</sup>. Muitas vezes

Já o PT continuou com sua posição crítica à Aliança Democrática, tendo um posicionamento mais independente. Procurou organizar e apoiar os trabalhadores em suas greves como forma de possibilitar a transição para a democracia, na visão petista. O partido deixava claro que a crítica ao governo devia ser feita também na linha sindical.

Dessa maneira, o Partido Comunista Brasileiro, desde o início do Governo Sarney, ofereceu apoio a algumas medidas governamentais, inclusive à proposta de pacto social que sofreu duras críticas do PT. O embrião da política de pacto social defendida no governo Sarney já se encontrava nas declarações de Tancredo Neves do final de 1984. Nestas, o político mineiro propunha o entendimento nacional e pedia uma “trégua” para os trabalhadores. E o PT colocou-se contra a essa política conciliatória apresentada tanto por Tancredo quanto por Sarney.

Já o PCB, desde o início, mostrou-se simpático a essa política conciliatória, apresentava apenas pequenos adendos, como ocorreu acerca desse pedido de “trégua” de Tancredo. Os comunistas não se colocaram contra totalmente, só acrescentaram que para existir trégua teria de haver alguma concessão imediata aos trabalhadores, pois, caso contrário, conquistar-se-ia a insatisfação generalizada (Voz da Unidade, 15 a 21 de dezembro de 1984,13). Esse posicionamento pecebista pode ser visto também no artigo “O que está por traz da (nova) greve da Ford?”, onde o articulista José Carlos Bahia, de forma bastante contundente, acusou a direção da CUT e do PT de cristalizarem “uma política ultra-esquerdista com relação à sucessão presidencial”, afirmando ainda que os

---

<sup>64</sup> O PCB mantinha o mesmo posicionamento em relação às greves desde final da década de 70, afirmava que era necessário fazer greves com responsabilidade e até evitá-las. Inicialmente, justificava essa posição por temer um retrocesso político, a volta da faceta mais cruel do regime ditatorial. Já no governo da Aliança Democrática, o argumento não era tão diferente. Para o partido, o governo Sarney era um período de transição política, aquele que proporcionaria um novo regime político, assim, era necessário proteger o governo, pois era uma das formas de proteger a mudança política. Como as greves poderiam desestabilizar o governo, poderiam, consequentemente, dificultar o surgimento do novo regime, segundo a visão pecebista. Por isso, a posição sobre elas foi mantida.

trabalhadores de São Bernardo aderiram (ou foram submetidos) à orientação sectária e ultra-esquerdista que domina o PT, [e] passaram a defender uma linha que era a negação da prática anterior do sindicato de São Bernardo- todo acordo seria traição, nada de entendimento com o patronato, etc.

Destarte, os dois partidos mostraram-se, claramente, em posições opostas. Os embates, iniciados, como já vimos, desde a formação do Partido dos Trabalhadores, persistiam. A disputa pela hegemonia da classe trabalhadora durante esse período permaneceu no campo sindical e deu-se também no campo político em relação à Aliança Democrática, onde a proposta do governo de pacto social foi apoiada (com pequenas restrições) pelo PCB e criticada pelo PT. Até porque essa proposta adequava-se à linha política de frente adotada pelo PCB desde 1967 e chocava-se com a linha política petista de combate à conciliação.

### 3.2 A Aliança Democrática e as eleições.

Tanto o PT quanto o PCB confirmaram, no decorrer do ano de 1985, as suas posições expostas já no mês de janeiro, elas não diferiram muito das posições assumidas nos anos anteriores. Se por um lado o PT permaneceu na defesa de sua independência política e na crítica à Nova República da Aliança Democrática, por outro lado, o PCB, em diversos municípios, defendeu as candidaturas de aliados do governo, isto quando não fez parte da própria aliança. Além da temática da Aliança Democrática, outros três elementos estavam presentes, constantemente, nas reflexões dos dois partidos: a disparada inflacionária<sup>65</sup>, as respostas dos trabalhadores a esta ( a greve era uma destas) e o pacto social. No que concerne à disputa eleitoral, tomaremos como referência a posição tomada pelos partidos nas eleições municipais de São Paulo, onde o PCB apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso do PMDB e o PT lançou candidatura própria.

Já em março de 1985, no jornal Voz da Unidade, publicado na semana de 2 a 8 de março, o Partido Comunista Brasileiro explicitou o seu encaminhamento das eleições e de

---

<sup>65</sup> O PCB relata que Tancredo Neves dissera que “a inflação é a manifestação mais clara da desordem da economia nacional”. O partido classifica a inflação como sendo “inflação corretiva”, pois “seu objetivo maior é promover uma redistribuição de renda beneficiando em primeiro lugar os credores externos, em segundo os intermediários financeiros e os exportadores, em terceiro os aplicadores financeiros de modo geral” (Voz da Unidade, n. 234, p 9).

outros temas importantes. Em São Paulo, por exemplo, a resolução do PCB local, além de defender as eleições diretas já em 1985 para os prefeitos das capitais, defendeu a importância de se fortalecer a unidade das forças políticas do bloco que possibilitou a vitória da Aliança Democrática, inclusive, acreditava que a mesma postura deveria ser mantida nas eleições majoritárias do ano seguinte, 1986. Além da manutenção das forças políticas que compôs a Aliança Democrática, após a vitória desta, o partido apregoava que ao bloco também deveriam ser agregados PTB, PDT e PT para que o enfrentamento das forças reacionárias, recém-desalojadas do comando político do país, fosse mais fácil. Nesse sentido, o partido defendia a união dos democratas em torno do governo Tancredo, afirmava que era “tarefa dos democratas a defesa da estabilidade e da transição”, e que caberia ao governo “definir um conjunto de medidas negociadas entre o governo, os trabalhadores e os empresários”. Assim, os pecebistas sustentaram o pacto social, proposto pelo governo, que consistia no diálogo entre governo, trabalhadores e empresários para implementar medidas que avançassem no processo de redemocratização, até porque este não se chocava com a proposta de negociação defendida pelo PCB desde o VI Congresso do partido.

A resolução do PCB paulista ia de encontro com as formulações do documento petista que tratamos neste capítulo. O PT defendia, além de sua independência em relação à Aliança Democrática, a possibilidade de candidaturas próprias, contrário ao voto útil, novamente defendido pelo PCB. Além disso, as posições do PT em relação ao pacto social eram de crítica e descrença nas possibilidades do governo oferecer algo substancial aos trabalhadores. O que condizia com as preposições do partido de se contrapor à conciliação de classe.

Na verdade, a posição dos comunistas sobre o pacto social requer um pouco mais de aprofundamento. No mesmo jornal citado acima se encontra a publicação de um documento intitulado “A orientação sindical dos comunistas para a transição democrática”, onde a questão do pacto social é abordada:

Um pacto social é um acordo entre partes, livremente negociado, para solucionar um ou mais problemas do país, que atenda às questões comuns. Considerando a realidade atual do Brasil (o legado do regime, a gravidade da crise econômica e social...) os comunistas entendem que a celebração de um pacto social entre governo, representantes do patronato e dos trabalhadores é insuficiente.

Defendemos a celebração de um pacto político-social, mais amplo que assegure as mudanças e a estabilidade do governo e do processo de democratização. (Voz da Unidade, n.239, pp. 8-9. Grifos no original)

A defesa do pacto<sup>66</sup> será uma constante no jornal comunista, como, por exemplo, na edição 270 lançada na semana de 5 a 11 de outubro de 1985. Nesta edição, afirma-se que foi Tancredo Neves, antes mesmo de ser eleito, quem cunhou o termo “pacto social”, e que os comunistas chamaram de “pacto político-social” e que o governo de José Sarney, seis meses depois, chamou de “entendimento nacional”. No entanto, para os comunistas não se tratava de questão semântica e sim política em prol da estabilização necessária para a transição, como pode ser verificado a seguir:

afinal, parece mais que razoável as forças políticas e sociais do país chegarem a um consenso, garantindo assim a base necessária para as medidas democráticas e progressistas do executivo federal.

Ainda no mesmo documento, um outro trecho manteve como ponto a defesa do governo a partir de um chamado às forças democráticas e setores que iriam além da Aliança Democrática. No trecho, citado a seguir, o documento do partido tenta passar a ideia de que o apoio ao governo, para que este implementasse suas propostas, poderia ser favorável à luta pelas demandas populares :

É preciso que o conjunto das forças democráticas, e não só a Aliança Democrática forneça no plano institucional, um decidido apoio ao governo para a implementação de suas propostas. E estas contemplarão tanto mais as demandas populares quanto mais o povo se mobilizar, unir e organizar para defendê-las. Voz da Unidade, 5 a 11 de outubro de 1985, p.10).

Já na página seguinte, o PCB fez a defesa direta do pacto social. Para o partido, o pacto era peça importante para a estabilidade do governo e da transição democrática. O Partido Comunista, cada vez mais, vai se tornando um partido da manutenção da ordem como forma de defender as mudanças favoráveis à democratização. Assim, o partido “comprou” e aderiu o pacto social proposto pelo governo, passando a ser uma das peças fundamentais de sua própria política:

---

<sup>66</sup> Ao falar de “pacto político-social”, o PCB não nega a importância da questão econômica para sua realização. O pacto é pensado como uma necessidade política para se manter a estabilidade do governo a fim de que aconteça de fato a transição democrática. Porém, para que se efetive, é necessário que haja concessões econômicas para os trabalhadores. O PCB- tanto quanto o PT- defende a trimestralidade: “para os trabalhadores, a idéia de um pacto tem muitas vezes sido vinculada a ‘trégua’ social. Ora, qual é o assalariado que quer ouvir falar em trégua quando a inflação insiste permanecer rondando os 10% ao mês? Ou quando segmentos ligados ao governo voltam a esgrimir com o argumento de que os reajustes salariais trimestrais seriam inflacionários?” Afirma o partido que “os trabalhadores estão dispostos a negociar, já tendo inclusive apresentado suas propostas. Logo, (...) as dificuldades centrais para o entendimento encontram-se em círculo do patronato e em setores políticos mais conservadores.” (Voz da Unidade, 5 a 11 de outubro de 1985, 3).

insistimos que este pacto para mudar continua na ordem do dia e que, sem o seu debate por todas as forças políticas e sociais, a transição democrática pode defrontar-se com situações que ponham em risco a sua estabilidade.” (Voz da Unidade, n.270, p. 11. Grifos no original).

Não só em relação ao pacto social o PCB demonstrou apoiar a Aliança Democrática. Fez o mesmo durante o processo eleitoral do ano de 1985<sup>67</sup>. O Partido Comunista explicitava que sua posição era de apoio à transição democrática e, para isso, na visão do partido, era necessário apoiar a Aliança Democrática. A culminância deste processo de apoio ao governo da Nova República, como veremos mais adiante, aconteceu na implementação do Plano Cruzado em 1986, ano em que as eleições para os cargos legislativos federais foram também eleições dos membros da futura Constituinte. Concentremo-nos, por enquanto, no ano de 1985, onde tivemos as eleições municipais para os cargos de prefeitos e vereadores, inclusive, com eleições diretas depois de duas décadas de jejum para 25 capitais dos estados e para os 176 municípios considerados de segurança nacional<sup>68</sup>. Mesmo sendo eleições municipais, o debate político levou à discussão sobre o caráter da Aliança Democrática e o apoio ou crítica ao governo.

No município de São Paulo houve um debate mais intenso, pois a candidatura de Jânio Quadros com o apoio de Maluf atraiu o apoio de setores mais conservadores. Além desta, tivemos a candidatura de Fernando Henrique Cardoso pelo PMDB, que representava a candidatura da Aliança Democrática, e obteve o engajamento do PCB<sup>69</sup>. Por outro lado, de

---

<sup>67</sup> O partido em um documento produzido em setembro (ver n. 270 do jornal Voz da Unidade) chegou a dizer que “É preciso que o conjunto das forças democráticas, e não só a Aliança Democrática forneça no plano institucional, um decidido apoio ao governo para a implementação de suas propostas. E estas contemplarão tanto mais as demandas populares quanto mais o povo se mobilizar, unir e organizar para defendê-las.”

<sup>68</sup> Dados apresentados por (Maciel, 2014, p.360).

<sup>69</sup> No n. 261 que circulou entre os dias 2 e 9 de agosto de 1985, o jornal Voz da Unidade, tratou mais uma vez das eleições que se realizariam neste ano. Segundo o jornal, seria um “grande embate eleitoral” onde se “ressalta a importância da disputa que se trava na capital paulista”. Depois de falar da articulação entre o malufismo e Jânio Quadros, temos que os comunistas “conclamam à unidade em torno do senador Fernando Henrique Cardoso do PMDB, que contará com o apoio do PCB e demais partidos que compreendem a importância de consolidar a Aliança Democrática em São Paulo, de reforçar a base paulista e nacional das forças que apóiam a Nova República e suas medidas mudancistas. Aliado ao PMDB e outros partidos, o PCB será em São Paulo, assim como em todo o país, um dos baluartes da defesa da transição da democracia e da vitória de Fernando Henrique Cardoso”. (Voz da Unidade, n. 261, p. 2). A mesma defesa, com alguns acréscimos, encontra-se algumas páginas depois desta mesma edição do Jornal onde podemos destacar uma referência à biografia do candidato do PMDB: “Líder do governo José Sarney no congresso nacional, escolhido por Tancredo Neves, o senador Fernando Henrique Cardoso representa, como candidato, os compromissos objetivos em nome dos quais está sendo realizada transição” (idem p.15). Este segundo texto, assinada pela Comissão Diretora Regional Provisória de S. Paulo do PCB, foi produzido em 31 de julho de 1985 e chama a atenção para a primeira Convenção Municipal de São Paulo do PCB legal que se realizaria no dia 10 do mesmo mês.

forma independente, o PT se colocou na disputa, logo, não concordou com a proposta de voto útil defendida pelo PCB, entre outros. Assim, PT e PCB mantiveram as políticas deliberadas por seus partidos no início do ano.

A defesa da unidade em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, o candidato da Aliança Democrática em São Paulo, era feita pelo PCB como uma necessidade para combater o malufismo. A presença de Maluf apoiando a candidatura de Jânio Quadros pelo PTB representou, para os comunistas, a possibilidade de um retrocesso político. Para o PCB, ainda no primeiro jornal de Janeiro e se referindo ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo contra Maluf, “a derrota do malufismo, constituiu em si mesma, a derrota do continuísmo”. (Voz da Unidade, n. 232, p. 8) Assim, era necessário derrotar outra vez o malufismo e, para isto, o partido reforçaria a candidatura do PMDB, já que era o partido que os comunistas acreditavam ser capaz de inibir o avanço das forças conservadoras.

O PT, em seu documento do Encontro Nacional Extraordinário do início do ano de 1985, também refletiu sobre o malufismo como uma ameaça reacionária da extrema direita:

A divisão no interior das Forças Armadas e as dissidências do PDS-provocadas por contradições entre as classes dominantes- abriram campo para que Paulo Maluf tomasse de assalto o PDS(...). Ao impor-se como candidato do regime, Maluf precipita a formação da Frente Liberal e sua posterior incorporação pela Aliança Democrática.

Maluf reúne em torno de si setores minoritários da burguesia, segmentos das Forças Armadas (...)

Ao manter sua candidatura, contra todas as tentativas de substituição, Maluf, na verdade, revela a pretensão de organizar, com o que resta do PDS, um partido populista de direita, pronto a acolher os setores mais reacionários da sociedade. Daí porque a derrota de Maluf no Colégio não elimina as ameaças da extrema direita, que ele encarna. (Resoluções de Encontros e Congressos, p.181)

Portanto, para os dois partidos, a figura de Maluf (do malufismo) é a presença da extrema direita reacionária. Mesmo assim, a resposta que cada partido ofereceu foi diferente. Como vimos, o PT teve candidatura própria em São Paulo com o candidato Eduardo Matarazzo Suplicy e o PCB apoiou Fernando Henrique.

A opção petista pela independência explicou um pouco da sua atitude em São Paulo. Atitude esta que era chamada pelos comunistas de “divisionista” e “sectária”. No entanto, o partido afirmava que não era contra a unidade, mas salientava que era importante não permitir a confusão entre adesão e unidade. No Plano de Ação Política e Plataforma de Lutas (parte da resolução de 1985) um dos pontos essenciais segundo o partido estava na unidade. Diz o documento que o PT se colocava em unidade “com todos os setores sociais, forças

democráticas, partidos e segmentos de partidos políticos que se dispuserem a lutar contra a transição conservadora e o pacto social.” (Resoluções, p. 185, grifos nossos). Mas logo em seguida completa dizendo que “Esta política de alianças não se confunde com a política de adesão, fusão, subordinação aos interesses da burguesia” (idem). Portanto, para o PT, não cabia a unidade apenas para o enfrentamento contra o malufismo, pois a unidade de ação e de luta é contra o pacto social e a transição conservadora, que o partido identificava na Aliança Democrática. Logo, na visão petista apoiar o PMDB significaria respaldar estes.

O PCB produziu, nos dias 28 e 29 de setembro, um documento importante sobre a conjuntura política nacional, no qual abordou seu posicionamento. O documento foi produzido em um encontro cuja pauta trazia, como pontos, as eleições de novembro, o processo constituinte, a questão sindical e o problema da dívida externa, além de outros temas ligados à vida partidária. Este documento, publicado entre as páginas 9 e 12 no número 270 do jornal *Voz da Unidade*, possuía um ponto designado “Os Comunistas, as Eleições e a Constituinte” em que o partido acreditava que “tendências democratizantes” se afirmavam, apesar da manutenção do sistema jurídico-político do ordenamento anterior.

Na concepção do partido, as eleições afetavam o processo de transição, pois rearranjos e deslocamentos políticos partidários derivavam dela e dependendo destes poderiam engendrar o avanço ou o retrocesso da transição. Daí as eleições serem de suma importância.

Dessa forma, o PCB, nas eleições de 1985 e 1986, manteve sua preocupação em fortalecer e sustentar a frente democrática para a transição democrática ser encaminhada, sem riscos de retrocessos. Para o partido, estes eram iminentes devido ao caráter da transição política brasileira, como exposto no documento:

a natureza da transição democrática: a medida em que as forças que sustentavam o regime ditatorial recuaram de forma organizada, elas dispõem de reserva de energia que só continuaram imobilizadas e poderão ser vencidas se as forças democráticas permanecerem articuladas (...) e porque a crise econômico-social que foi um poderoso catalizador da mobilização da sociedade contra a ditadura está longe de se encontrar equacionada.

Se, como vimos, o PT foi coerente em defender a sua independência em relação a um governo era caracterizado por ele de formulador e executor de uma transição conservadora. O PCB também se mostrava coerente com a sua proposta de fortalecer a transição democrática via o fortalecimento da Aliança Democrática e do governo de José Sarney, posto que o partido

acreditava que esse governo propiciaria a mudança de regime, o sucesso da transição, ainda mais se as forças progressistas da Aliança Democrática apostassem nessa aliança e conduzissem o processo, obstruindo as forças conservadoras existentes dentro desta e fora também. Assim, o PCB se colocou como um grande defensor das posições que fortaleceriam os governistas. Novamente, adotou o voto útil em nome dos candidatos da Aliança Democrática<sup>70</sup>. Dessa maneira, Ainda sobre o processo eleitoral daquele ano, o partido considerou que ele se polarizou novamente entre os que desejam

a continuidade de um ciclo de ‘mudanças recém iniciado e do outro lado setores conservadores, que afastado há pouco do poder, vem rearticulando-se com o objetivo de frear a transição democrática e, em 1986, anular a possibilidade da Assembléia Nacional Constituinte<sup>71</sup> referendar mudanças estruturais consagradas pela sociedade”. (Voz da Unidade, n.270, p. 4)

Em São Paulo, especificamente, os comunistas deixaram claro seu apoio à candidatura de Fernando Henrique do PMDB, Jânio Quadros, por sua vez, tentava usar este apoio para colocar os eleitores mais conservadores contra o candidato do PMDB. Jânio Quadro usava do velho anticomunismo em uma sociedade ainda marcada pela ditadura e por suas campanhas contra as siglas comunistas. O PCB respondeu a esta posição reacionária de Quadros e aproveitou para mostrar, ainda mais, seu apoio a Fernando Henrique. Além disso, o partido apoiou outros candidatos da Aliança Democrática em outras cidades que, no entanto, repudiaram o apoio comunista. Em um artigo denominado “Não se ganha as eleições capitulando”, publicado na semana do dia 12 a 18 de outubro de 1985 podemos ler que o divisor de águas na campanha eleitoral não é, como quer a direita, o confronto comunismo versus anticomunismo, mas sim “aquela que separa os que querem a democracia e a soberania contra o regressismo entreguista”. Segundo o artigo, a campanha anticomunista de Jânio

---

<sup>70</sup> Como dissemos, levaremos em consideração, assim como o partido, a situação eleitoral de São Paulo. O partido, porém, tentou manter em outras cidades o apoio aos candidatos ligados à Aliança Democrática. Onde não foi possível, o partido optou pela candidatura própria ou por se aliar com outros partidos fora dos marcos da Aliança. Este foi o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde o partido indicou João Saldanha como candidato a vice-prefeita para compor com o Marcelo Cerqueira do PSB a chapa FRENTE DEMOCRÁTICA. Esta Frente foi composta também pelo PCdoB e por dissidentes do PMDB. Um exemplo não paulista de apoio a candidatos da Aliança temos o caso de Curitiba onde o partido retirou a sua candidatura para apoiar Roberto Requião do PMDB.

<sup>71</sup> O PCB dava uma enorme importância para a futura Constituinte, mesmo que ela não fosse exclusiva. Para o partido, a Constituinte “coroará a transição” e “novembro de 1985 [com as eleições municipais] será uma espécie de ensaio geral para a eleição da Constituinte (...) A Constituinte será um poder que balizará o futuro dos brasileiros por uma considerável quadra histórica”. (“Os Comunistas, as Eleições e a Constituintes” in Voz da Unidade, n. 270, de p. 11 número 270 de 5 a 11 de outubro de 1985)

Quadros não impediu o crescimento da campanha de Fernando Henrique Cardoso, ocorrendo o mesmo em outros estados onde o anticomunismo tem pouca penetração. Diz ainda que

os reacionários querem criar um fosso entre os comunistas e os não comunistas, querem impedir a necessária unidade de todos os segmentos populares e democráticos que combatem pela liberdade e soberania, no momento mesmo em que maiores são as pressões do imperialismo.

Portanto, a tática do Partido Comunista Brasileiro para combater o ataque sofrido pelos grupos mais conservadores era atacar o esquema Comunismo versus Anticomunismo de Quadros e outros reacionários e defender o esquema Democráticos versus Reacionários. Além disso, o partido criticava os democratas que capitulavam diante da tática dos reacionários. E dizia que o que é estranho e o constrangia era que a atitude anticomunista

encontra eco dentro dos partidos e dos candidatos democráticos quando informam à imprensa e ao eleitorado “não querer” o voto e o apoio dos comunistas, para em seguida recuar e dizer que “não foi bem isso” o que afirmaram numa clara tentativa de dar “uma no cravo e outra na ferradura”.  
(aspas no original)

Enfim, o partido chama os democráticos a terem ações mais unitárias e a não capitularem:

é precioso mais espírito unitário, mais campanha, mais contato como povo, mais coerência e consequência na defesa dos interesses populares (...)  
Como vai sendo provado na prática, é isso que ganha a eleição, e não capitular diante do anticomunismo.

No Jornal da penúltima semana de outubro, a menos de um mês das eleições, o apoio a Fernando Henrique ganhou a capa do jornal do partido. Junto com a imagem do candidato, a manchete dizia “Arrancada Para a Vitória” e a informação de que “as forças democráticas tomaram a dianteira nas pesquisas eleitorais” em contraposição tinha a caracterização de Jânio como representante das forças reacionárias. Segundo o jornal, na página 4, o candidato Fernando Henrique Cardoso fez bem em vincular o oponente à ditadura derrotada e aos nomes de Delfim Neto e Paulo Maluf.

Segundo o Partido, nas futuras eleições que se aproximavam, se via a possibilidade de ocorrer um grande apoio da população à transição democrática e à Nova República, e não apenas no caso paulista. Outro exemplo deste apoio ocorria em Porto Alegre onde foi possível

à coligação juntando PMDB, PFL PCB e PCdoB, representando assim o espectro da Aliança Democrática, ultrapassar o pedetista Alceu Colares nas pesquisas eleitorais.

Assim o partido seguiu apoiando as candidaturas ligadas à Aliança Democrática e sempre expondo a ideia de que este apoio era peça importante na efetuação da transição democrática<sup>72</sup> e para evitar o retrocesso representado pelos reacionários, sendo o malufismo, em São Paulo, encarnado na figura do ex-presidente, uma dessas forças reacionárias. É justamente na busca de apoio à Aliança Democrática e contra o retrocesso que no jornal da semana seguinte, o Partido Comunista Brasileiro conclamou todo o campo democrático a votar em Fernando Henrique

os diversos partidos e candidatos ligados ao campo democrático-notadamente o PDT, o PSB e o PT- a deixar de lado exclusivismos partidários e buscarem um entendimento objetivo que possibilite a unidade, agora, para uma grande vitória em 15 de novembro e a unidade, depois, na constituição, com significativa representação também dos interesses dos trabalhadores. (Voz da Unidade, de 18 a 25 de outubro de 1985, p.4)

E ainda, na mesma linha de pedir apoio ao candidato da Aliança Democrática em São Paulo e convocar para o voto útil, uma semana antes das eleições, o partido afirmava que:

os esforços dos que não querem a volta ao passado, dos que amam a democracia, dos que trabalham pelas reivindicações dos trabalhadores, deverão concentrar-se na luta. É em São Paulo, cujo resultado eleitoral terá repercussões imediatas em todo o país que a mobilização terá que ser a mais e mais intensa, em favor de Fernando Henrique Cardoso, que representa as forças do avanço, da mudança e da democracia. (Voz da Unidade, de 1 a 7 de novembro de 1985)

O PCB, baseado nas pesquisas eleitorais, chegou à conclusão que haveria um grande apoio (cerca de 70%) às forças progressistas nas eleições de 15 de novembro. Apenas em Florianópolis é que o PDS conseguiria ganhar em uma capital. No resto do país, a vitória seria do PMDB e em poucos casos do PDT. No entanto, havia, segundo o partido, uma pedra no caminho da democracia que era as eleições paulista onde Fernando Henrique Cardoso representava o avanço, e Jânio Quadros o retrocesso. E, segundo o PCB, o perigo era algo iminente. Segundo o número 274 do jornal do partido, em São Paulo,

---

<sup>72</sup> Neste mesmo momento, em diversos números do Voz da Unidade, encontramos referências à questão da Constituinte, inclusive à emenda Walmor Giavarine que definia que os parlamentares eleitos de 1986 passariam a ter poderes constituintes e a partir de março de 1987, momento em que iniciaria a elaboração de nossa nova Carta Magna. No número 273, diz-se que a emenda estaria praticamente aprovada.

se uniram a direita e os liberais colocando em dificuldade o campo democrático. Ou seja, o quadro eleitoral em São Paulo recolocou para alguns liberais a tentação de aliar-se ao que há de pior na direita e extrema direita. É esta perspectiva que precisa ser derrotada, porque representa inclusive a tentativa de remontar um pacto político quebrado pelo povo nas ruas na campanha das diretas e na vitória de Tancredo. Representa um possível fôlego para a iniciativa de deslocar a base de apoio de Sarney para um “centro” que não só se auto denomina de direita por absoluta vergonha. (Voz da Unidade, de 1 a 7 de novembro, p.3. Aspas no original)

A campanha do voto útil ganhou força no jornal Voz da Unidade e o assédio aos outros partidos para que estes apoiassem a candidatura de Fernando Henrique foi uma constante no jornal comunista. No entanto, no número 273, o partido, diversas vezes, dirigiu-se diretamente ao PT (no artigo “Votar em Fernando Henrique é barrar o avanço da direita”) que tinha sua candidatura própria para as eleições da capital de São Paulo. Os comunistas avaliavam que o PT não compreendia bem o momento e o que representava a disputa entre o PMDB e o PTB em São Paulo:

Isto não está sendo compreendido por parcela do bloco democrático, principalmente o PT, cuja insistência em não coligar-se com o PMDB neste virtual segundo turno (...) pode vir a ter conseqüências trágicas, com a divisão do eleitorado democrático e progressista e a possível vitória de um candidato cuja campanha evoca temas reacionários, retrogrado e fascistas (...). É simples. Se unirmos as intenções de voto dos candidatos do PMDB e PT, chegaremos à conclusão que mais da metade do eleitorado, sua maioria absoluta, deseja avançar o processo democrático(...). Por que, então, não realizar a junção política? (...) Ora, o principal obstáculo a isto tem sido a visão míope e inconseqüente do Partido dos Trabalhadores (...). “ O PT permanece imerso no equívoco de achar que pode fortalecer-se às custas do enfraquecimento da democracia, do desgaste e oposição sistemáticos à Nova República, ao PMDB e ao conjunto das forças democráticas. Esquece das trágicas lições do passado, de que os trabalhadores são sempre as primeiras e maiores vítimas do autoritarismo e do fascismo.”

Em um artigo intitulado “Vitória De Fernando Henrique É Consolidação Da Democracia”, outra vez o PCB se dirigia ao Partido dos Trabalhadores. Neste artigo, o tom crítico em relação ao PT se mantém, pois o PCB considerava como falta de responsabilidade o posicionamento petista:

O PT não hesita colocar em risco o avanço democrático, se isto por ele for considerado como ‘útil’ ao crescimento partidário. Esta posição é

apresentada por Alberto Goldman [deputado paulista do PCB] como falta de responsabilidade política do partido.

Houve muitos outros casos de críticas do PCB ao PT por sua posição de não aderir ao voto útil e lançar uma candidatura própria. Foram muitos discursos de combate a essa posição petista. Num destes, os comunistas buscaram responder a crítica feita por Lula em uma entrevista a uma revista semanal<sup>73</sup>, dizia o PCB que, achava compreensível o líder do PT recorrer a coisas absurdas para

Reagir à pressão- legítima, aliás- que o conjunto das forças democráticas mais conseqüentes aplica ao PT para que este se dê contas dos trágicos riscos envolvidos em sua aventura paulistana. (...) Lula não consegue compreender a política eleitoral do PCB, que combina o respeito e o incentivo ao pluralismo emergente com a derrota da ditadura, e a necessária unidade para enfrentar os fascistas, saudosistas do arbítrio e do terror.

Assim, o PCB tratava de forma pejorativa a escolha petista de lançar candidato próprio em São Paulo, denominando tal posição de “aventura paulistana” e, implicitamente, de inconsequente. Paralelamente, dizia compor as forças democráticas conseqüentes que buscavam, por meio de pressão, trazer o PT para esse lado.

Ainda no mesmo artigo, fez outras reflexões sobre a situação das eleições na capital paulista e continuava a abordar o posicionamento do PT naquela cidade. Segundo o texto, as forças democráticas na capital de São Paulo faziam um grande esforço para

derrotar a reação e a contra-revolução de direita (...). E qual é a posição do PT, de Lula e de seu candidato Eduardo Suplicy? Ao menos aceitam uma estratégia eleitoral conjunta contra Jânio, sem a retirada da candidatura petista? Não, pelo contrário. (...) o PT parte para a fase final cavalgando a ilusão (...) de que vai “embolar” com Fernando Henrique e Jânio. E, o pior, parte preferencialmente para a conquista de votos do candidato do PMDB e da maioria das forças democráticas, nele centrando suas críticas. (Voz da Unidade, 1 a 7 de novembro de 1985, p. 4)

No trecho acima, vemos que, para o PCB, o PT não compreendia a sua política eleitoral e achamos que o mesmo pode ser dito do PT em relação ao PCB. Não compreendia este que o Partido dos Trabalhadores mantinha suas decisões expostas no documento de janeiro de 1985, onde afirmava a sua independência em relação a partidos ligados à Aliança

---

<sup>73</sup> Segundo a Voz da Unidade, na revista Isto É n. 241 de 30 de outubro de 1985, Lula teria dito que a política de “entrismo” do PCB se mostrara fracassada a ponto do partido agora com a chegada da legalidade não conseguir lançar candidaturas na maioria dos municípios porque sumiu.

Democrática<sup>74</sup>. Até porque, para o PT, a Aliança Democrática não representava a transição democrática desejada pelo partido. Muito pelo contrário, para o Partido dos Trabalhadores, a luta contra o governo de José Sarney representava a luta contra a transição conservadora forjada já no declínio da ditadura. Assim, o Partido dos Trabalhadores não aceitou os argumentos pecebistas e manteve suas candidaturas majoritárias, inclusive em São Paulo, onde a candidatura de Fernando Henrique acabou sendo ultrapassada pela de Jânio Quadros, como tanto temia o PCB<sup>75</sup>. Jânio venceu as eleições. Porém, apesar de ter ficado em terceiro na disputa, o PT obteve um número significativo de eleitores, 20,93%. Com isso, conseguiu um importante crescimento em relação às eleições anteriores, as de 1982 e, como mesmo constataria o PCB em seu balanço das eleições, tornou-se uma referência nacional.

Apesar da derrota de Fernando Henrique em São Paulo, o PCB avaliava de forma positiva o resultado das eleições no seu conjunto. Em letras garrafais, seu jornal teve a seguinte manchete na edição de número 276: O POVO DISSE NÃO AO RETROCESSO. Para o partido, as eleições significaram uma grande derrota do PDS, “o partido da Velha República”, que só venceu em uma capital, São Luiz, mas que foi batido em 92% das cidades. E mesmo a derrota das forças progressistas em São Paulo não representava um repúdio à Nova República e à transição democrática. Na verdade, para o PCB, “os cidadãos que exerceram o livre direito de voto, que lhes foi restituído pela Nova República, pronunciaram-se maciçamente pela transição democrática” (Voz da Unidade, 19 a 28 de Novembro de 1985, p. 2). Dessa forma, o partido tentava demonstrar que os cidadãos apoiavam a “transição democrática” realizada pela Aliança Democrática. Além disso, o PCB buscava vincular, como mostra o trecho, a restituição do direito ao voto à Aliança Democrática.

Porém, o PT não tinha a mesma opinião acerca dos resultados das eleições de 1985. No “Plano de Ação Política e Organizativa Do Partido Dos Trabalhadores Para o Período 1986/87/88”, documento que integra as Resoluções do 4º Encontro Nacional do partido realizado entre os dias 30 a 1º de junho em São Paulo, o partido afirmou no ponto 37 que:

---

<sup>74</sup> O PCB não levava em consideração as avaliações que o PT fazia de si (definia-se como um partido classista) e do PMDB visto como uma oposição liberal que queria manter, tanto quanto o PDS, o sistema capitalista, como exposto nos capítulos anteriores. O PT, portanto, mantinha a sua dupla possibilidade de oposição, isto é, tanto à forma autoritária quanto à democrático-liberal.

<sup>75</sup> O PSB em São Paulo, Rogê Ferreira, retira a sua candidatura e passa apoiar o PMDB e seu candidato Fernando Henrique, por isso o PCB traz uma entrevista com o presidente da sigla explicando porque retirou a sua candidatura. Diz, entre outras coisas que a vitória de Janio “em São Paulo significaria o início de uma preparação golpista”. Ver o número 275 do Voz da Unidade publicado na véspera das eleições. Assim como Rogê, o candidato do PDT, Adhemar de Barros Filho também se retirou do processo e deu seu apoio a Fernando Henrique. Só o PT manteve sua candidatura tentando correr por fora e ultrapassar, com Suplicy, os candidatos do PMDB e o do PTB.

As eleições de 1985 mostraram um profundo descontentamento popular com os rumos do governo e sua inoperância e imobilismo no atendimento da maior parte das reivindicações econômicas, sociais e políticas. E deflagraram uma crise relativamente séria na AD [Aliança democrática], cada vez mais sob a hegemonia dos conservadores. Com o perigo da perda de suas bases populares e de sustentação, os setores liberais do PMDB passaram à disputa aberta da direção do Partido e da AD, a pretexto e que o governo não estaria cumprindo o programa de mudanças acertado com Tancredo. (Resoluções de Encontros e Congressos, pp. 258-259)<sup>76</sup>.

Além disso, nesse mesmo documento, porém, no ponto 36, o PT fazia uma avaliação da Aliança Democrática bem diferente do PCB, os petistas associavam a Aliança Democrática à burguesia, já que, segundo eles, essa aliança serviu para tirar a classe burguesa da crise conjuntural em que se encontrava.

Ainda sobre as eleições, a desenvoltura do PT nestas foi um dos pontos de análise do balanço das eleições promovido pelo PCB, após o crescimento eleitoral do primeiro, os pecebistas pareciam se preocupar, mais ainda, em trazer o PT para integrar o grupo das forças progressistas, como demonstrado no trecho do Jornal Voz da Unidade abaixo:

O inegável crescimento do PT, que parece ter deixado de ser uma agremiação puramente paulista, recoloca precisamente para as forças progressistas mais responsáveis a questão da política de alianças (idem).

No interior do PCB, após as eleições, existiram alguns questionamentos à postura adotada de apoio à Aliança Democrática. Para o articulista José Paulo Neto, o PCB precisava repensar a sua relação com a Aliança Democrática. No seu artigo publicado no jornal, o autor ainda fez uma análise do resultado eleitoral conseguido pelo PT, que foram um pouco um pouco de encontro às críticas anteriores feitas pelo partido. O autor, de certa forma, até elogia a postura do PT, ao declarar que este tentou assumir protagonismo que deveria de ser realizado pelo PCB, conforme o autor,

cabe aos comunistas assumir autonomamente os conteúdos profundos das reivindicações populares, recaindo sobre seus ombros a responsabilidade de ser uma força radical e não exclusivamente no interior da frente democrática p. 3)

---

<sup>76</sup> Mais adiante, quando falarmos do Plano Cruzado, apresentaremos outros detalhes da avaliação do PT sobre as eleições municipais de 1985.

Parecia que o autor via de maneira positiva a escolha do PT pela independência política, posto que cobrava essa postura do PCB. Para ele, era necessário ao partido assumir uma maior radicalidade e não ficar apenas no interior da frente democrática. Neto, diferentemente da visão preponderante no PCB de criticar o PT pelo fracasso do PMDB paulista, apontou justamente sua crítica para o lado do PMDB. Segundo Neto, a pretensão à hegemonia, presente no partido do candidato Fernando Henrique, seria a responsável pelo resultado das eleições paulistanas e pelos posicionamentos de PFL e PT nestas. Como afirmou Neto a

pretensão hegemônica do PMDB facilitou a colagem do PFL à direita e combinou-se com o anseio do PT em crescer descurando-se a frente democrática. O resultado é que estamos amargando: Jânio regressa e instaura fraturas cujo alcance, nesta hora, ainda não é completamente visível. (idem)

O articulista, em boa parte do artigo, avaliou os resultados das eleições a partir dos resultados alcançados pelo PT e, em seguida, mostrou que havia necessidades de mudanças na linha política levada pelo PCB:

“Os resultados emergentes em Porto Alegre e Recife, por um lado e, por outro o crescimento do PT (Fortaleza, Vitória, Goiânia, além de São Paulo), sugere que o eleitorado, sem colocar a questão da transição democrática, exige uma representação mais radical dos interesses populares(...).”

Para José Paulo Neto, portanto, a radicalidade (apresentada pelo PT e, muitas vezes, criticada pelo PCB) era o que desejava esse eleitorado do PT de seus representantes. Logo, a posição que Neto defendia para os comunistas se aproximava mais do ponto de vista defendido até então pelo PT, como podemos verificar no trecho abaixo:

Para além dos radicalismos pequeno-burgueses de fachada socialista (...), cabe aos comunistas (...) assumir sem qualquer dúvida e autonomamente, os conteúdos profundos das reivindicações populares. Já que somos aqueles que têm a clareza de que o crescimento da esquerda, nas condições brasileiras, é uma função do crescimento do campo democrático, recai sobre nossos ombros a responsabilidade de ser uma força radical e não exclusivamente no interior da frente democrática. (ibidem, grifos no original)

José Paulo Neto chegou mesmo a dizer que pela estabilidade da transição democrática não se podia minimizar os interesses populares:

É somente com esta alternativa que se poderão evitar sangrias pela ‘esquerda’ e/ou pela direita e desenvolver um arco de alianças onde a

estabilidade da transição não custe a minimização dos interesses populares.  
(ibidem)

O texto, de fato, embora reflita o resultado das eleições, inclusive o crescimento do PT, também fez uma crítica de como o próprio PCB se colocava em relação à Aliança Democrática e defendia uma certa radicalidade como necessária para um partido que se pretendia representante dos trabalhadores.

Neste mesmo jornal tinha outro texto que avaliava os resultados da eleição municipal e a relação entre o PMDB e o PT. Este artigo assinado por Alon Feuerwerker criticou também à campanha do candidato Fernando Henrique. Para ele, as forças que apoiaram o candidato, principalmente, o partido dele, o PMDB, reforçaram o isolacionismo, existente em alguns grupos do PT, ao jamais terem proposto de forma aberta a proposta de aliança ou coligação com o PT. Estas forças

Iludiram-se com a falsa possibilidade de esvaziar a votação petista na reta final pelo apelo ao “voto útil”, ao invés de buscar uma proposta de unidade que, mesmo não alcançada, colocaria a direção do PT e seu candidato em grandes dificuldades e traria a Fernando Henrique um maior apoio social e político. (Voz da Unidade, p.02 do encarte especial sobre as eleições do número 276 de 19 a 28 de novembro, aspas no original)

O artigo mostrou ainda que ocorreu uma queda no eleitorado do PMDB, inclusive nos bairros mais pobres, onde receberam bastantes votos Jânio Quadros do PTB e também Suplicy, ou seja, nos bairros mais pobres, o PT disputou com o petebista, ajudando à candidatura de Fernando Henrique Cardoso que, mesmo assim, não conseguiu consagrar-se vitorioso (foi derrotado por cerca de 3,6% dos votos). “O esforço eleitoral do PT desempenhou o papel de dragagem de votos que poderiam ser destinados ao candidato da coligação PTB-PFL”<sup>77</sup>, ou seja, mais um pecebista demonstrava que o problema não estava na candidatura do PT. O autor vai um pouco além e tenta fazer uma reflexão sociológica sobre os votos paulistanos. Para ele, os votos do PMDB passaram a ser- nas eleições de 1985- votos de uma camada com maior poder aquisitivo. Além disso, tinha o caso daqueles que perderam seus empregos entre 1980-1984, sem terem conseguido outro, passam a engrossar a fileira dos mais mal remunerados, o que facilitaria o crescimento de políticas mais atrasadas no proletariado, representadas nas propostas reacionárias de Jânio. Além disso, via a inflação

---

<sup>77</sup> O PCB, no entanto, voltará a criticar o posicionamento petista de se colocar de forma independente nas eleições. Para os comunistas, não se trata de independência, mas de atitude exclusivista como se pode ler no número 278 do jornal do partido.

como um problema que atingia as populações mais pobres e gerava, cada vez mais, greves que diminuía o respaldo popular do governo.

O embate, realizado pelo PT, contra ao que a agremiação denominou de transição conservadora, executada pela Aliança Democrática, surtiu algum efeito positivo para o partido que começava a se tornar uma referência política para os trabalhadores. O aumento da quantidade de voto no partido tenderia a crescer no ano seguinte, o ano de 1986, que se aproximava e traria uma gama de eleições: governadores, deputados estaduais e federais, senadores, sendo que os dois últimos cargos participariam da Constituinte. Além disso, tanto o PT quanto o PDT já (re) começavam a falar de diretas já para presidente em 1986.

No final do ano de 1985, além das análises das recentes eleições, o jornal Voz da Unidade mantém sua defesa da Aliança Democrática. Para isto chega, inclusive, a questionar o movimento sindical ligado a setores da CUT. Segundo o jornal, em sua edição de n. 279, em um artigo intitulado “Transição e luta dos trabalhadores”, certos setores da central tende a prejudicar a transição para a democracia. Segundo o artigo, “as lutas da classe operária e dos assalariados são parte do processo de transição. [Além disso,] O objetivo da democracia não será alcançado sem elas.”(Voz da Unidade de 13 a 19 de dezembro, p.2, grifos no original). Embora, diga defender as lutas dos trabalhadores, o texto nos diz que existiria não só um equívoco, mas também manipulação daqueles que, na época, queriam enterrar a transição, ou seja, “certas correntes vinculadas à CUT” que, segundo o jornal, “propugnam claramente pela estratégia do confronto, supondo-o favorável aos trabalhadores”. O texto ainda faz a defesa da negociação: “(...) O terreno que favorece os trabalhadores não é o do confronto nem o da subalternização dos seus interesses. Antes, é o que conjuga a defesa destes mediante a utilização responsável dos mecanismos e institutos democráticos- como, por exemplo, a greve”. Para o PCB, portanto, a lógica do confronto defendida por petista e cutista era considerada pouco eficaz, e conspiraria contra os interesses dos trabalhadores<sup>78</sup>.

Apesar das críticas internas quanto a atuação pecebista na Aliança Democrática, estas não surtiram efeito, o PCB permaneceu na defesa dessa Aliança e do pacto social apregoado pelo governo decorrente dela. Já o PT manteve seu posicionamento, estabelecido desde sua

---

<sup>78</sup> Para o sociólogo Marco Aurélio Santana, o PCB passa a considerar o PT e a CUT como entraves a para transição. No entanto, diz Santana, que “o PT, ao demarcar sua lógica de ação por uma política mais ostensiva de oposição, ganhava terreno, enquanto o PCB perdia, com sua política de alianças e sua cautela nas ações de oposição. (...) ao mesmo tempo em que perdia espaços no movimento organizativo dos trabalhadores, o PCB não conseguia reforçar sua posição no plano político com e no interior das alianças. Ainda que levasse um pouco mais de tempo para o avanço do PT atingir o sistema político, ao menos no movimento social organizado ele já se fazia sentir. (...) a estratégia de enfrentamento dava frutos importantes nos setores organizados da sociedade. (Santana, PP. 252-253).

fundação, de independência política e de negação da conciliação de classe. Os petistas, cada vez mais, conseguiam fortalecer seu posicionamento, inclusive, na esfera eleitoral. As posturas dos partidos eram explicadas pelas concepções distintas deles acerca da prática política do novo governo, o PT definia esta de transição conservadora e o PCB como a possibilidade de mudança de regime.

### 3.3 O debate acerca da inflação no período anterior ao Cruzado.

Em Março de 1985 Sarney assume a presidência e o país aguarda com expectativas o desfecho em torno da saúde do presidente eleito no colégio eleitoral no mês de janeiro, Tancredo Neves. Este veio a falecer no dia vinte de abril, um ano após ter evitado, em Minas Gerais, onde era então governador, o comício da campanha pelas Diretas Já. Sarney adotou como seu o ministério formado por Tancredo Neves. Este colocou para o comando do Ministério da Fazenda o seu sobrinho Francisco Dornelles de orientação monetarista ortodoxa. Contudo, em poucos meses, a política econômica proposta por este foi substituída e em seu lugar entrou um grupo crítico à ortodoxia monetarista, tendo como novo ministro o empresário Dilson Funaro

Quando assumiu o governo, Sarney e a Aliança Democrática encontraram o país mergulhado numa crise econômica com uma inflação crescente e uma dívida externa altíssima. Para solucionar o problema da dívida, o governo promoveu uma política de superávit comercial, tendo em vista o pagamento dos juros da dívida. Esta vinha acompanhada da maxidesvalorização do cruzeiro, a moeda da época, objetivando o aumento das exportações. Isso, por conseguinte, ocasionava o barateamento dos produtos brasileiros no exterior, porém, ao mesmo tempo, encarecia os produtos importados, o que aumentava a inflação destes produtos.

O ministro da fazenda, Francisco Dornelles, executava uma política econômica ortodoxa. Associava a inflação ao déficit público de origem fiscal. Levando às últimas consequências a frase de Tancredo de que era “proibido gastar”, Dornelles “acena com uma verdadeira caça ao gasto, apontando as empresas estatais como as principais responsáveis pela sua [do déficit público] existência”<sup>79</sup>. Propôs e realizou cortes nos gastos públicos além de um corte adicional de 10% no orçamento fiscal para 1985 e o governo proibiu as contratações de

---

<sup>79</sup> Ver em OLIVEIRA, Fabrício e JR, Geraldo. As Finanças Públicas da Nova República in Política Econômica da Nova República, org.: CARNEIRO, Ricardo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

novos funcionários para a administração pública<sup>80</sup>. Dornelles também promoveu uma elevação das taxas de juros, o que favorecia o crescimento da dívida pública que se tentava combater. Além disso, a administração de Dornelles propôs um congelamento temporário dos preços e tarifas cobrados pelas empresas estatais com o objetivo de reduzir a inflação (o que, por outro lado, fez as estatais perderem receitas e tomarem prejuízos, pois os demais preços continuavam livres). O jornal Folha de São Paulo fez assim noticiou a política inicial adotada pelo ministro e, portanto, pelo governo:

(...) Dornelles viajou horas após o seu forte e ortodoxo discurso no Congresso, onde exibiu os Cr\$ 85 trilhões de déficit de caixa do setor público e recomendou medidas de grande austeridade, principalmente via drástico corte de gastos das empresas estatais, dos estados e municípios e da Previdência, além do corte de 40% nos subsídios ao açúcar e ao trigo (...)<sup>81</sup>

No entanto, esta política de cortes no setor público não surtiu os efeitos esperados, não resolveu problema do déficit público, nem o problema da inflação. A política gestada por Dornelles no Ministério da Fazenda sofreu oposição dentro do próprio governo por parte da equipe econômica do SEPLAN (Secretaria de Planejamento), liderada por João Sayd<sup>82</sup>.

Em agosto de 1985 a inflação saltaria para o patamar de 14%, e para isto contou a liberação dos preços das empresas estatais, que já amargavam prejuízos com o congelamento proposto por Dornelles. A política ortodoxa do governo encabeçada pelo ministro não estava agradando a muitos setores, pois além de ter graves custos sociais, não solucionava, como se pode constatar, o problema da inflação o que gerava mais problemas com o sindicalismo brasileiro. Ao ser criticada pelas lideranças sindicais, a política econômica de Dornelles implementada nesta primeira etapa do governo da Aliança Democrática ajudava a desencadear várias greves. Com os resultados negativos, em agosto de 1985, Dornelles pede demissão e Dílson Funaro assume seu lugar<sup>83</sup>. Parecia, na época que essa substituição fora vista com satisfação pelo PCB:

---

<sup>80</sup> MONDIANO, pp: 347-386.

<sup>81</sup> Folha de S. Paulo – 12.05.85. Apud. DUPAS, Gilberto. *Crise Econômica e Transição Democrática. 83/86: A Delicada Trajetória Brasileira*. São Paulo: Klaxon, 1986. Nesse livro o autor faz análise desse período e junto com esta apresenta diversos extratos retirados do jornal Folha de S. Paulo que fazem relação com o assunto abordado pelo autor.

<sup>82</sup> Maria da Conceição Tavares e J. Carlos de Assis sobre este tema dizem que “ na prática, estabelece-se um conflito entre a fazenda, nicho da pseudo-ortodoxia, e o Planejamento, onde se refugiavam as preocupações com o investimento e a dívida social.” (Cf Tavares e Assis , p. 108). Ver também SOUZA, 2014 p. 361.

<sup>83</sup> Segundo Fabrício Oliveira e Geraldo Jr as dificuldade econômicas “sacramentando a mudança da equipe do ministério da Fazenda, com a transferência do seu comando para Dilson Funaro. A nova equipe que ascende coloca-se em sintonia com a SEPLAN, e assume a natureza financeira do déficit, e, portanto, a forma mais

(...) se já haviam sido tomadas medidas progressistas pelo Governo Sarney no terreno institucional, com as recentes mudanças na equipe econômica abriram-se caminhos para alterar as orientações econômico-financeira e social herdadas da velha república (“Mobilizar e Unir para Avançar”, Editorial do Jornal Voz da Unidade de 05 a 11 de outubro de 1985, p.2)

Os economistas Maria da Conceição Tavares e J. Carlos de Assis analisaram esta mudança na equipe econômica dizendo que a substituição de Dornelles por Funaro representou um corte, uma ruptura no Governo Sarney. Segundo os autores, a indicação de Funaro representou a “ruptura definitiva com a economia política do velho regime e com seu instrumento de ação, a política econômica regressiva” (Tavares e Assis, p. 108-109), o que foi sinalizado pela queda da taxa de juros em seis pontos percentuais, de 21% para 15%<sup>84</sup> reais ao ano.

Os autores ainda afirmaram que o ingresso de Funaro<sup>85</sup> na pasta da Fazenda significou o acesso às diretrizes governamentais acerca da política econômica de uma geração formada ou que atuava na Unicamp ou na PUC do Rio de Janeiro. Essa mudança, para a autora, expressava a quebra de hegemonia do pensamento ortodoxo no comando da economia brasileira, representado em dois centros de referência acadêmica conceituados por Tavares como “liberais-conservadores”, a Fundação Getúlio Vargas do Rio e a USP do ex-professor da universidade Delfim Neto<sup>86</sup>.

Após a saída de Dornelles, a taxa de inflação cairia de 14% em agosto para 9,1% em setembro, permanecendo em outubro no nível de 9%. A nova equipe, em novembro, divulgava um elenco de medidas com as quais esperava reduzir o déficit do setor público a 0,5% do PIB em 1986. Com o objetivo de aumentar a carga tributária aprovou-se no Congresso Nacional um pacote fiscal/tributário corrigindo a regressividade do imposto de renda. Uma preocupação da nova equipe econômica era com o crescimento da economia e em 1985 o PIB acaba crescendo 8,4%. No entanto, o problema da inflação persistia e isto dava fôlego à oposição tanto partidária quanto sindical ao governo de Sarney e da Nova República.

---

adequada de combatê-lo. Tem início, aí, a montagem de uma ampla estratégia para equacionar os profundos desequilíbrios da economia brasileira.” (OLIVEIRA, Fabrício e JR, Geraldo. As Finanças Públicas da Nova República in Política Econômica da Nova República, p. 156. Org.: CARNEIRO, Ricardo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986).

<sup>84</sup> TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos. O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, 2ª edição. Página: 109.

<sup>85</sup> Segundo Souza, Funaro era um “empresário nacionalista de São Paulo que formou uma nova equipe, identificada com as mudanças e com a linha que vinha sendo pregada pela equipe do SEPLAN. (SOUZA, 2014, p. 361)

<sup>86</sup> Idem. Página: 109.

Os resultados das eleições de 1985 até foram favoráveis ao governo, mas as eleições de 1986 já se aproximavam e a importância destas eram ainda maiores visto que elas escolheriam os integrantes de um congresso nacional que também seria um congresso constituinte.

Em torno da importância da questão inflacionária se desencadeou diversos debates entre os economistas. Existiam, entre muitas, duas correntes de análise, a ortodoxa e a heterodoxa. No Brasil, a primeira corrente que identificava a inflação com o déficit público e com a abundância de moeda foi liderada por Otávio Gouvêa de Bulhões. Diferentemente dos ortodoxos, Francisco Lopes, André Lara Resende e Pêrsio Arida (todos intelectuais da PUC – RJ)<sup>87</sup> interpretaram a causa da inflação brasileira de forma diferente. Eles afirmavam que esta era “inercial”, ou seja, “inflação que gera inflação”.

Pêrsio Arida e Lara Resende criticavam o “choque ortodoxo”, porque este teria um custo social alto, já que resultaria numa recessão. Os dois e Francisco Lopes defenderam a desindexação da economia, já que a indexação para recompor os preços e os salários em um tempo determinado estaria tornando a inflação brasileira uma inflação inercial. Além disso, a inflação brasileira que era bem alta fazia com que cada vez mais se reduzisse o período de reajustes baseados na indexação<sup>88</sup>.

Para Francisco Lopes já estaria provado que o problema da inflação brasileira não era o déficit público, pois se fosse dessa maneira, segundo o mesmo, já era para a inflação ter declinado quando o déficit começou a cair drasticamente em 1983. Ele afirmou:

A cada dia que passa a experiência confirma cada vez mais a natureza inercial do processo inflacionário brasileiro. Apesar de toda a austeridade com que vem sendo conduzida a política econômica, a taxa da inflação insiste teimosamente em se manter num patamar de 9 a 10% ao mês. (...). Não há teoria econômica que explique por que as expectativas não cederam depois que o governo brasileiro submeteu-se ao receituário tradicional do FMI. Ninguém pode negar que, dentro de uma ótica ortodoxa, tem sido realizado um esforço firme e consistente de combate à inflação do qual, infelizmente, a única consequência visível até agora foi a recessão inédita que estamos vivendo. Para mim, estes fatos só fazem sentido num quadro de inflação inercial, onde a principal causa da inflação é a própria inflação passada<sup>89</sup> (grifos nossos).

---

<sup>87</sup> A esse respeito das correntes econômicas ver ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma Década quase Perdida: 1979 – 1989*. Niterói, 2000. Dois Volumes. Tese (doutorado em História) – ICHF, UFF, Niterói, 2000. Para uma análise mais detalhada do campo econômico ver LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>88</sup> Ver PELÁEZ, Carlos Manuel. e LOPES, Francisco. 1986.

<sup>89</sup> LOPES, Francisco. “*Só um Choque Heterodoxo Pode Curar a Inflação*”. In: LOPES, Francisco. Idem. Página: 118. Esse artigo foi publicado na revista *Economia em Perspectiva do Conselho Regional dos Economistas de São Paulo*, em agosto de 1984.

Nesse artigo, o autor ainda afirmava que no período de 1980-1984 o poder de compra efetivo da massa de meios de pagamentos em circulação havia sofrido uma queda de cerca de 60%. Em consequência do “arrocho monetário”, teve-se a elevação da taxa de juros, a inibição de crédito e a recessão, porém a inflação persistiu. Portanto, fica claro que para Lopes, a inflação brasileira não devia ser associada à liquidez da moeda, nem ao déficit público, como acreditavam os monetaristas. Para ele, essa política anti-inflacionária teve sucesso nos Estados Unidos e na Inglaterra, pois nesses países a inflação era pequena em torno de 13% ao ano, mas no Brasil era em torno de 200%, logo uma baixa inflacionária de 10 pontos não resolveria o problema da inflação brasileira. Por isso, defendia, para o caso brasileiro, o choque heterodoxo que, ao contrário do choque ortodoxo, consistia na liberalização das políticas monetárias e fiscais e no congelamento dos preços.

Porém, a inflação continuou alta até fevereiro de 1986, o que deixava os trabalhadores insatisfeitos e fazendo greves na tentativa de recuperar seus salários corroídos pela inflação. Em 1985, o movimento sindical intensificava sua luta e organização, tanto no setor privado, bem como no público, tendo ocorrido o maior número de greves na história do Brasil até aquele ano, totalizando cerca de seis milhões de trabalhadores em greve<sup>90</sup>. O problema econômico não se limitava a esfera econômica, ele imbricava na política, mostrando que essas esferas estavam relacionadas dialeticamente e imbricadas mutuamente.

Dessa forma, apesar da vitória eleitoral da Aliança Democrática e seus aliados nas eleições municipais de 1985, o presidente José Sarney viu a sua base de apoio abalada e as críticas ao seu governo e a sua direção política e econômica aumentarem. Como já vimos, em novembro de 1985, aconteceram eleições diretas para prefeitos das capitais estaduais consideradas zonas de segurança nacional pela primeira vez desde o regime militar.

Apesar da vitória na maioria das capitais, o governo perdeu duas capitais importantes, Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro, venceu Saturnino Braga do PDT comandado por Leonel Brizola, já em São Paulo, venceu Jânio Quadros do PTB. É importante salientar que o PFL apoiou a candidatura de Jânio Quadros e não o candidato Fernando Henrique Cardoso, da Aliança Democrática, da qual o partido PMDB fazia parte junto com o PFL. Esse fato sinalizava que a unidade da mesma Aliança estava abalada. Em Pernambuco, Jarbas Vasconcelos rompeu com o partido, apoiado por metade da bancada federal pernambucana, da maioria estadual e municipal do mesmo partido. Ingressou no PSB (Partido Socialista

---

<sup>90</sup> ALMEIDA. Op. Cit.

Brasileiro) e formou a Frente Popular para disputar a eleição a prefeito de Recife. Esta frente era composta pelo PSB, PT e PC do B e foi também vitoriosa<sup>91</sup>.

Esses resultados eleitorais negativos para o PMDB poderiam ser interpretados- pelo menos nessas capitais- como um indício de insatisfação popular com o governo. Além disso, essa possível insatisfação poderia ser vista também no fato do PT, partido que se opunha claramente à Aliança Democrática, ter obtido resultados importantes em capitais com peso político. O PT saiu vitorioso em Fortaleza (CE) com Maria Luíza Fontenelle, ficou em segundo lugar em três capitais, Goiânia (GO), Vitória (ES) e Aracaju (SE) e em São Paulo, com Eduardo Suplicy, atingiu quase 20% dos votos. Dessa forma, Oswaldo Amaral afirmou que o PT mostrava definitivamente que era um ator político viável em âmbito nacional<sup>92</sup>.

Além disso, a própria Aliança Democrática, posteriormente, estava dando sinais de fissuras. Os aliados percebiam a persistência dos problemas econômicos e políticos do Brasil, a inflação, a greve e a insatisfação popular, posto que os trabalhadores viam seus salários perderem cada vez mais poder de compra. Em fevereiro de 1986, no Jornal do Brasil, vemos o PFL querendo deixar de dar apoio ao candidato do PMDB no Estado de Minas Gerais e apoiar a candidatura do então senador do PDS nas eleições que aconteceriam em novembro de 1986.

Badaró tentará unir oposições.

Belo Horizonte – (...) A primeira consequência a nível estadual da decisão do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, de permanecer no cargo vai ser o lançamento oficial pelo PDS da candidatura do Senador Murilo Badaró ao governo de Minas, numa tentativa de unir toda oposição estadual.

Parlamentares do PFL que não aceitam composição com o PMDB em torno da sucessão estadual começam a se manifestar favoráveis à candidatura de Badaró. O deputado Jesus Barreto (PFL), ardoroso defensor da candidatura de Aureliano Chaves, afirmou que agora o caminho é marchar com a candidatura do senador pedessista.

Murilo Badaró (...)

**- Com uma inflação de 400% não se tem notícia de que o governo em qualquer país do mundo tenha saído vitorioso nas eleições. Então, temos chance de vencer as eleições dado o fracasso completo do atual governo<sup>93</sup>.**  
(grifos nossos).

Assim, podemos ver que o PDS tentava aproveitar o momento de instabilidade da Aliança Democrática para conseguir apoio para as eleições de novembro de 1986, o partido tinha ciência que se permanecesse aquele cenário inflacionário dificilmente os aliados do governo conseguiram obter

<sup>91</sup> DUPAS, Gilberto. Op. Cit. Página: 84.

<sup>92</sup> AMARAL, Oswaldo E. do. PP: 50-51.

<sup>93</sup> Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1986. Página: 2.

resultados eleitorais vitoriosos. Por isso, nos parece que certos membros do PFL buscavam se desvincular da Aliança Democrática.

O Presidente da República estava perdendo o apoio até do seu próprio partido, o PMDB. A insatisfação desse partido se agravou, sobretudo, com a reforma ministerial promovida por Sarney. Nesta, o partido perdia muitos ministérios, assim perdia peso político para o PFL que teve diversas indicações para ministérios. Também no Jornal do Brasil podemos constatar o descontentamento do partido com o governo e o esfacelamento da Aliança Democrática.

Moreira desiste de ser candidato a governador.

Sem querer antecipar qualquer previsão, Wellington Moreira Franco acha que o PMDB não deve excluir a possibilidade de aliança com o PDT, já que a Aliança Democrática “não é mais a mesma”. Na aliança primitiva o PMDB tinha hegemonia no Governo, aliado do PFL. Agora a composição se inverte.

- Nós temos um Governo novo, um ministério do presidente José Sarney, - ressalta o ex-prefeito de Niterói<sup>94</sup>.

Outra notícia no mesmo jornal demonstra o esfacelamento do próprio PMDB.

Airton Soares quer o partido fora da Aliança Democrática

Brasília – Na reunião marcada para 6 de março, o diretório nacional do PMDB deverá analisar sua saída da Aliança Democrática. A proposta está sendo debatida na ala progressista do partido, admitiu o deputado federal Airton Soares (SP), da esquerda independente, e deverá ser levada ao conjunto do partido<sup>95</sup>.

Dessa forma, podemos notar que o PMDB estava com fissuras e já não mostrava tanta fidelidade à Aliança Democrática, já que esta “não era mais a mesma” depois da reforma ministerial. Acreditamos que a própria desistência momentânea de Moreira Franco para disputar as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro seja por causa da impopularidade do governo Sarney até aquele momento, já que isso atrapalharia o sucesso de sua candidatura. Tal suposição é corroborada com o fato de Moreira Franco ter mudado de posição, saiu candidato pelo PMDB naquele mesmo ano, após o sucesso do Plano Cruzado, este deu ao governo uma grande aceitação popular. Porém, o que pretendemos salientar é que antes do plano o que se tinha era um esfacelamento na Aliança Democrática, visto, por exemplo, na discussão do PMDB de São Paulo acerca da permanência do apoio à Aliança.

Já para o PCB, a *unidade* da Aliança Democrática era fundamental. Para esse partido era necessário defender essa unidade, porque é através dela que se constituiria a democracia. O partido criticava o PT e a CUT por se oporem à Aliança Democrática e o entendimento

---

<sup>94</sup> Jornal do Brasil, 17 de fevereiro de 1986. Página: 2

<sup>95</sup> Jornal do Brasil, 17 de fevereiro de 1986. Página: 3.

nacional proposto por ela. Assim, para o PCB, a consolidação da democracia dependia da unidade na Aliança Democrática.

No seu jornal *Voz da Unidade* de outubro de 1985 essa posição é explicitada e sintetizada na seguinte matéria:

**PCB retira candidato e apóia PMDB.**

Curitiba (do correspondente) Em decisão tomada na última semana e divulgada na sexta-feira (4), no horário gratuito reservado ao partido no rádio e na TV, o PCB de Curitiba resolveu retirar da disputa a candidatura de Marcelo Jungend e Marialva Ferreira da Silva – respectivamente a prefeito e vice da capital paranaense – e passou a apoiar os candidatos do PMDB, Roberto Requião e Adhail Passos, (...) Relembrando a tradição unitária dos comunistas, (...), o PCB curitibano decidiu alterar a forma de aplicação da tática eleitoral. Em seu pronunciamento Marcelo Jungend lembrou que a campanha eleitoral marcha para uma polarização entre as forças “interessadas na continuidade de um ciclo de mudanças recém iniciado e, do outro lado, os setores conservadores que, afastado há pouco do poder, vêm rearticulando-se com o objetivo de frear a transição democrática e, em 1986, anular a possibilidade da Assembléia Nacional Constituinte referendar mudanças estruturais consagradas pela sociedade(...).<sup>96</sup>

No jornal da primeira semana de novembro de 1985, também temos a expressão dessa mesma visão explicitada numa outra matéria que já citamos: “vitória de Fernando Henrique é consolidação da democracia”<sup>97</sup>.

Essa postura de aliança, de unidade- não nos custa repetir- era uma postura política de continuidade desenvolvida pelo PCB desde o período ditatorial. Porém, mesmo com o partido continuando a frisar a importância da Aliança Democrática e as medidas positivas implementadas pelo governo, vemos no Jornal *Voz da Unidade* em fevereiro de 1986 uma defesa da ida dos comunistas para a CUT, o que significava participar de uma central sindical que, normalmente, criticava o governo. Vejamos:

**Conferência Nacional Sindical do PCB**

**Porque ir para a CUT**

**Mônica Zarattini**

(...) E os comunistas devemos ser os primeiros porta-vozes das reivindicações populares e da luta pelo fim das miseráveis condições de vida do nosso povo. Nós devemos ser os primeiros a exigir que o “Compromisso com a Nação” seja posto integralmente em prática, que uma Reforma Agrária a mais profunda possível seja realizada e que a dívida externa não continue sendo paga com o “suor do povo”. Portanto, o que se coloca na

<sup>96</sup> Jornal Voz da Unidade, São Paulo, 05 a 11 de outubro de 1985, Página: 04.

<sup>95</sup> Jornal Voz da Unidade. São Paulo, 01 a 07 de Novembro de 1985, página: 5.

<sup>96</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as esquerdas*. In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (orgs.). Op. Cit. PP: 285-302.

ordem do dia vai além da garantia da transição democrática. É necessário que se acelere o ritmo das transformações para a consolidação da democracia. *E está que estas mudanças somente se darão através da luta e mobilização dos trabalhadores por suas reivindicações, sempre buscando soluções negociadas.* (...)

Forjando um novo arco de alianças no movimento sindical, percebemos que a Nova República tem ainda que aprofundar muito mais as mudanças de que o país necessita. E hoje, os setores mais combativos do sindicalismo, capazes dessa mobilização, estão filiados à CUT (...) (grifos da autora)<sup>98</sup>.

Nesse texto, vemos que para alguns comunistas não bastava apenas assegurar a transição democrática, mas também conquistar melhores condições para os trabalhadores. E essas melhorias seriam conquistadas através da negociação que as lutas e mobilizações impulsionariam. Alguns pecebistas não encaravam as mobilizações e greves promovidas pela CUT como forma de desestabilizar a democracia, mas uma maneira de avançar nas melhorias de vida dos trabalhadores.

O governo precisava realizar alguma medida para reaglutinar suas forças de apoio político e conquistar o apoio popular. Politicamente, o governo convivia com a instabilidade existente nos fins dos anos 70 e início dos anos 80, como já tratamos no capítulo anterior. A organização e mobilização dos sindicatos dos setores públicos e privados se intensificaram e o número de greves aumentou em 1985. A Aliança Democrática se enfraquecia, bem como o PFL, o PMDB não se mostrava mais tão fiel a Aliança. No PCB, também se discutia uma nova postura sindical, a integração com a CUT e se questionava também a relação com a Aliança Democrática. Além disso, existia uma possibilidade de unificação sindical, portanto que ocorreu uma reunião no dia 27 de fevereiro de 1986 entre a CUT e a Conclat. Esses organismos sindicais tentavam construir um projeto político, econômico e social comum.

Foi no bojo desses conflitos que o governo decretou o Plano Cruzado (decreto-lei 2.283) que visava erradicar a inflação e reconquistar apoios. Era necessário solucionar esses problemas econômicos e políticos, ainda mais que o ano de 1986 era um ano de eleições. Seria uma eleição peculiar, já que ela definiria os futuros deputados federais e senadores, os membros da futura Assembleia Nacional Constituinte.

---

<sup>98</sup> Jornal Voz da Unidade. São Paulo, 21 a 27 de Fevereiro de 1986. Página: 10

### 3.4 O Plano Cruzado: um novo debate econômico e político

A Nova república se mostrava um verdadeiro laboratório de experiências econômicas. Diversos planos econômicos com o intuito de estabilizar a economia foram testados, mas todos não conseguiram alcançar os objetivos propostos. Durante o Governo de José Sarney tivemos os Planos Cruzados, Plano Bresser e o Plano Verão. O primeiro foi instituído pelo decreto-lei nº 2.283<sup>99</sup> e será tratado a seguir devido a sua importância no contexto eleitoral de 1986. Este plano obteve uma grande aprovação da população (e do eleitorado, portanto), porém, passou por alterações a partir de dois decretos anunciados em julho e novembro de 1986 e que ficaram conhecidos, respectivamente, como “Cruzadinho” e “Plano Cruzado II”. Este último, decretado seis dias após as eleições, reacendeu a crítica à Aliança democrática, minando, portanto, o apoio alcançado a partir do Plano Cruzado.

No dia 28 de fevereiro de 1986, Sarney assinou o que estabelecia o plano de estabilização econômica, conhecido como Plano Cruzado. Este decreto, dentre outras medidas, estabelecia:

- Uma nova moeda: o Cruzado (art. 1º). O valor de 1 Cruzado corresponderia a 1.000 cruzeiros (art. 2º. §1).
- Os aluguéis seriam convertidos em cruzados, a partir do estabelecimento do decreto-lei, observando o valor real médio do aluguel nos últimos doze meses (art. 11).
- O salário mínimo passava a valer Cz\$ 800,00 (oitocentos cruzados), incluído o abono de 8% - parágrafo único – e restabelecido o reajuste anual para o dia 1º de março de 1987 (art. 19).
- Todos os salários e remunerações são convertidos em cruzados a partir do decreto-lei pelo valor médio da remuneração real dos últimos seis meses (art. 21).
- Os salários seriam reajustados automaticamente pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor (IPC), sempre que tal acumulação ultrapasse os 20% ao ano (art. 23).
- Instituição do seguro-desemprego (art. 26).

---

<sup>99</sup> Sobre esse decreto-lei ver o site [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2283.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2283.htm). Última consulta dia 13 de dezembro de 2008.

- Todos os preços ficam congelados nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986 (art. 36).
- Qualquer pessoa do povo poderia informar às autoridades competentes qualquer tipo de infração à norma de congelamento dos preços (art. 39).

Alguns debates, onde se inseriram os partidos políticos, inclusive o PT e o PCB, foram promovidos acerca dos benefícios (ou não) do Plano Cruzado para as classes trabalhadoras. Vejamos, por enquanto, o que disseram alguns economistas.

Para Maria da Conceição Tavares e J. Carlos de Assis, o Cruzado havia trazido ganhos aos trabalhadores, já que ele não apenas converteu os salários a partir de sua média nos seis últimos meses, mas também deu um abono de 8% ao salário, o que representava “aproximadamente metade do que fora a inflação de fevereiro” (Tavares e Assim, p. 118). Este percentual “representou a compensação antecipada pela perda salarial que vier a ocorrer com a inflação até atingir o nível de 20% na nova moeda, quando se disparará o reajuste automático da escala móvel” (Idem, p. 119). Portanto, com o congelamento, o choque heterodoxo protegeu os assalariados, pois os empresários não podiam expandir seus lucros através do aumento dos produtos, isto significa que, segundo os economistas, os empresários não poderiam ampliar seus lucros à custa do “achatamento salarial”, o que ocorria com a inflação<sup>100</sup>.

Eduardo Mondiano, um dos economistas que defendia na época o choque heterodoxo<sup>101</sup>, também afirmou que os salários não foram congelados com o Plano Cruzado. Esse Plano, para o autor, favoreceu aos trabalhadores, visto que promoveu uma política de redistribuição de renda em favor dos assalariados ao conceder um abono de 8%. Segundo o mesmo, o plano de estabilização favoreceu ainda mais as classes de renda mais baixa, aquelas que recebiam um salário mínimo tiveram um abono de 16%. Já os preços foram congelados, não havendo compensação pela inflação passada, desde o último reajuste de preços<sup>102</sup>.

Werner Baer também afirmou que durante a vigência do Plano Cruzado houve uma política de renda que favorecia os trabalhadores. Os salários, segundo ele, tiveram um aumento extraordinário. Enquanto, os preços foram congelados. Para o autor, poderiam

---

<sup>100</sup> TAVARES e ASSIS.

<sup>101</sup> Cf. MONDIANO, Eduardo. Da Inflação ao Cruzado: a política econômica no primeiro ano da Nova República. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

<sup>102</sup> MONDIANO, Eduardo. ABREU, Marcelo da Paiva, p.: 358.

acontecer distorções dos preços, a defasagem destes, dependendo do tempo do congelamento. O autor defende que o problema do Plano Cruzado foi que o tempo do congelamento dos preços não foi estabelecido por critérios econômicos, mas políticos, já que esse Plano foi a base da popularidade do governo e este tinha que se preocupar com as eleições que seriam em novembro de 1986, o fim do congelamento poderia significar a derrota nas eleições. Segundo Baer, os economistas do governo defendiam o reajuste de preços já em maio e o Ministro da Fazenda passou a defender o mesmo em junho, porém o governo não os reajustou por questões políticas<sup>103</sup>.

Paul Singer<sup>104</sup>, economista já ligado ao PT, afirmou que apesar da popularidade, o Plano Cruzado não beneficiou os assalariados, pois estes tiveram um “mês roubado” no cálculo feito pelo governo, o salário foi convertido pela média dos últimos seis meses sem considerar no cálculo a inflação do mês de fevereiro, isso acarretou aos assalariados uma perda de cerca de 12,5%, maior que o abono de 8% concedido pelo governo. Logo, segundo o autor, o abono não representou um benefício para os trabalhadores. Em compensação, os preços foram congelados pelo pico, incorporando toda a inflação.

Peláez também mostrou que a inflação de fevereiro não foi calculada na média dos salários, porque o pensamento presente no cálculo governamental era que os salários reajustados no fim do mês eram utilizados somente no mês seguinte. Segundo ele, a inflação que corrói o salário reajustado no fim do mês é, na verdade, a do mês seguinte. “De acordo com esse princípio, o fator de atualização de fevereiro seria simplesmente 1, já que em março não deveria ocorrer inflação devido ao congelamento”<sup>105</sup>. Paul Singer discordava desse argumento. Segundo ele, os trabalhadores já comprometiam o seu salário antes mesmo de recebê-lo.

Afinal, em que país estamos? Na Suíça, quase sem inflação, ou no Brasil, com mais de 200% de inflação por ano? Como imaginar que os assalariados brasileiros, obrigados a financiar os patrões, não se defendam da espoliação inflacionária também antecipando seus gastos? Os assalariados de ganhos altos e médios compram a prazo não apenas bens duráveis de consumo, mas até mesmo alimentos, artigos de higiene, cigarros e bebidas, utilizando cartões de crédito. Graças a estas facilidades, *eles gastam a maior parte do salário de fevereiro em fevereiro mesmo, ao nível de preços deste mês.*

---

<sup>103</sup> BAER, Werner. PP: 167-194

<sup>104</sup> SINGER, Paul, 1987.

<sup>105</sup> PELÁEZ, Carlos Manuel. Op. Cit. Página: 151.

Quanto aos trabalhadores de baixos salários, sua dependência do fiado é muito mais antiga, sendo bem documentada por diversos estudos antropológicos (...) <sup>106</sup>.

Veremos no próximo ponto os posicionamentos do PT e do PCB no que diz respeito ao debate político-eleitoral relativos ao Plano Cruzado, adiantaremos, por enquanto, que o PDT, o PT e a CUT se posicionaram em oposição ao Plano. O PT afirmava que o Plano Cruzado era uma forma de “mascarar os conflitos de classe, já que o Plano deslocava o conflito do setor da produção, onde ele ocorria fundamentalmente, para a esfera da circulação. Dessa forma, para o PT, se deixava de olhar a relação patrão-empregado para enfocar, a partir do Cruzado, a relação consumidor-preço” <sup>107</sup>.

Além disso, segundo a análise petista, o Plano Cruzado havia beneficiado os banqueiros e o FMI, em detrimento dos trabalhadores. Para o PT, a inflação era uma forma complementar que o setor financeiro tinha de apropriar-se de parte da renda dos trabalhadores. Porém, a inflação brasileira estava tão alta que vinha perdendo essa funcionalidade. Então, era preciso o governo conter a inflação. Já os trabalhadores não foram os beneficiados pelo decreto-lei, pois, na visão do partido, os salários tinham sido congelados pela média dos seis meses, enquanto os preços congelados pelo “pico”, adicionado no seu valor, inclusive, a inflação de fevereiro, o mesmo não ocorreu com os salários. A outra crítica do partido era o fato do Plano Cruzado ter sido instaurado via decreto, sem, portanto, a promoção de um diálogo com a sociedade.

No entanto, foram inegáveis os efeitos favoráveis do Plano ao Governo Sarney. Inclusive, segundo o DIEESE houve “uma melhoria substancial do salário real em 1986: cresceu 17,2% na Grande São Paulo” <sup>108</sup>. A implementação do decreto-lei propiciou ao governo um forte apoio da população que se reinvestiu, inclusive com a participação do PCB, na função de “fiscal do Sarney”, com o objetivo de fazer valer os preços estabelecidos a partir do Cruzado. Esse apoio popular, portanto, fez com que o governo conseguisse reunir a sua base partidária. As fissuras na Aliança Democrática foram sanadas, pelo menos para o ano eleitoral. O próprio Partido Comunista Brasileiro vai se colocar na defesa do Plano, como

---

<sup>106</sup> SINGER, Paul, 1986.

<sup>107</sup> “Plano de Ação Política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período de 86/87/88”, aprovado no 4º Encontro Nacional de 1986. Apud. BRANDRÃO, Marco Antonio. *O Socialismo Democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de uma utopia*. São Paulo: Annablume: Faperj, 2003.

<sup>108</sup> SOUZA, 2014 p. 363

veremos melhor também no próximo ponto. No entanto, podemos encerrar o atual com trecho de um artigo em que o PCB expôs uma das defesas que fez do Plano

Um dos compromissos centrais da Aliança Democrática, a retomada do crescimento estava ameaçada. Não restava a José Sarney outro caminho que não o de intervir no conjunto do sistema econômico para quebrar a especulação, a louca ciranda em que dinheiro gera dinheiro sem empregar ninguém e sem produzir nada.

O decreto-lei nº 2.283, (...), foi o passo necessário para atingir a inflação, e desviar o capital a especulação para a produção, com o objetivo de garantir o crescimento sustentando da economia e, em consequência, o salário e o emprego do trabalhador. Principalmente, por ter atingido um ponto central: o congelamento dos preços. (...) O decreto-lei nº 2.283 abre caminho para que com a luta, a classe operária vá às ruas, organize brigadas populares pelo controle dos preços e consolide este momento de intensa participação. (Voz da Unidade, de 6 a 12 de Março de 1986, p 2. Grifos nossos).

### 3.5 PCB e PT em uma nova contraposição: o Plano Cruzado

Não era difícil constatar que o ano de 1986 seria um ano de intenso debate político, pois o país viveria mais um ano eleitoral. Dessa vez, porém, estariam em jogo não apenas os cargos políticos das eleições de quatro anos atrás, onde a sociedade escolheu seus governadores, senadores e deputados estaduais e federais. As eleições para os cargos legislativos seriam também para a composição de um congresso constituinte, visto que a proposta de formação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva não conseguiu ser vitoriosa.

Mas o debate deu-se inicialmente no bojo da discussão da crise política gerada pela alta da inflação e pelo crescimento do número de greves ocorridas no ano de 1985. Apesar da vitória eleitoral nas eleições das capitais desse mesmo ano, vimos anteriormente que o governo encontrava dificuldades até mesmo com a sua base aliada, a Aliança democrática sofria fissuras e isto prejudicaria as posições governamentais nas eleições de 1986. Uma das grandes dificuldades encontrada pela Aliança Democrática era a situação econômica, a principal era a alta inflacionária. A resposta do governo tanto para as críticas quanto para o momento eleitoral foi o seu novo plano econômico, o Plano Cruzado. Este plano econômico, além de tentar resolver o problema da inflação, possibilitava ao governo buscar uma forma de

consenso<sup>109</sup> e manter a estabilidade política para conseguir a vitória de seus candidatos nas eleições.

Antes mesmo da implementação do Plano governamental o debate sobre a inflação já estava aberto no plano sindical e partidário. Neste debate, os dois partidos que se aproximavam dos trabalhadores e de suas organizações (que ajudavam também a construir) tinham pelo menos uma posição em comum, desde 1985, o PT e o PCB defendiam a trimestralidade. Dizia o PT em seu documento que é

Contra a política econômica da Aliança Democrática, que não pretende romper os compromissos do Regime Militar com o FMI; contra o pacto social que prevê congelamento de preços e de salários apenas para manter o arrocho salarial, o PT propõe aumento reais de salários; reajustes trimestrais e escala móvel de salários corrigidos pelo INPC do mês, salário-desemprego(...). (Resoluções de Encontros e Congressos, p 189)

O PCB, por outro lado, expôs em seu jornal uma série de textos sobre a trimestralidade e a inflação. No número 271 de 12 a 18 de dezembro de 1985, o jornal trouxe as posições do economista do DIEESE Sergio Mendonça, tentando se utilizar das ideias do economista para mostrar que a trimestralidade não seria inflacionária. Na entrevista, o economista afirmava que alguns empresários já se mostravam a favor, e que outros achavam a trimetralidade inevitável. Para o entrevistado, quem estava, realmente, contra era o governo, pois não teria como pagar a trimestralidade a seus funcionários. Dizia ele que a economista Maria da Conceição defendia, com a escala móvel de salário, um reajuste de 100% toda vez que a inflação chegasse a 30%. Para o entrevistado, com a atual taxa de inflação isto daria o trimestral. Por outro lado, ainda para o entrevistado, Bresser Pereira tem uma proposta piorada. Ele afirmava que Bresser propunha que o reajuste fosse dado quando a inflação chegasse a 20% , porém,

o primeiro reajuste se daria pelo salário real médio dos últimos seis meses, ou seja, com uma inflação de 10% ao mês, os trabalhadores teriam os seus salários máximos definitivamente fixados em 79,8% que hoje recebem no mês de reajuse. Com a inflação atual, essa proposta é pior do que a semestral. Mas tudo depende da inflação, se ela explodir e as perdas salariais

---

<sup>109</sup>“as primeiras pesquisas de opinião indicavam índices de apoio ao presidente perto da unanimidade. Os ‘fiscais de Sarney’ denunciavam qualquer desrespeito aos preços tabelados. Em vez de recessão, do desemprego e do arrocho salarial previsto pela oposição, ocorreu exatamente o contrário. Segundo o IBGE houve crescimento de 20% nos postos de trabalho criados no primeiro quadrimestre de 1986, contra igual período de 1985.” (Castro, p. 126)

do trimestre forem maiores que as perdas semestrais, essa proposta é melhor do que a trimestral. (Voz da Unidade, n. 271, p. 11)

Tanto o PT e o PCB quanto as centrais sindicais estavam a favor da trimestralidade. O PCB, porém, junto com a Conclat, insistia na defesa do pacto social. Esta, em outubro de 1985, resolveu sentar à mesa de negociações representada por nove sindicalistas, entre eles Joaquim do Santos Andrades e Rogério Magri. A Conclat apresentou cinco pontos básicos para a negociação: reajustes salariais trimestrais, estabilidade no emprego, reposição salarial, redução da jornada de trabalho para quarenta horas e reforma agrária imediata. Estes pontos mínimos foram considerados inegociáveis pelos sindicalistas.

Por outro lado, no jornal Voz da Unidade se atribuía ao ministro João Sayad a fala de que seria o governo quem abriu guerra contra a trimestralidade. Segundo o jornal, “se isto de fato ocorrer fica prejudicado o pacto social”, visto que esta era uma das reivindicações centrais dos trabalhadores, muita justa, para os pecebistas, pois todos os dias cresciam os preços de todas as mercadorias, menos da mercadoria força de trabalho expressa no salário.

Assim, nos textos do ano de 1985, a trimestralidade era, tanto para o PT quanto para o PCB, uma das propostas mais importante para os trabalhadores. Neste ponto específico as diferenças entre os dois partidos eram pequenas, mas isto se modificou quando o governo lançou o Plano Cruzado e os dois partidos novamente se contrapuseram: o PT fez duras críticas ao Plano e o PCB se pôe a defendê-lo.

As posições do PT podiam ser vistas no “Plano de Ação Política e Organizativa Do Partido Dos Trabalhadores Para o Período 1986/87/88”. Este Plano fazia parte das resoluções tomadas no quarto Encontro Nacional do partido realizado entre os dias 30 a 1º de junho do ano de 1986, portanto, pouco tempo depois do lançamento do Plano Cruzado pelo governo. No plano de ação do PT podemos encontrar uma longa consideração sobre o Cruzado que foi chamado no texto de O Pacote Econômico. A seguir apresentaremos trechos das considerações feitas pelo Partido dos Trabalhadores:

#### Ponto de Partida

38. As eleições para prefeito, em novembro de 1985, concluíram-se, paradoxalmente, no ponto de partida para a retomada da iniciativa política do Governo Sarney, com a apresentação de um- aparente - plano ousado de reformas econômicas, que, momentânea e setorialmente, podem, inclusive, provocar, conseqüências recessivas para a economia. (...) É incontestável que o governo conseguiu, mais uma vez, despertar esperanças em consideráveis parcelas da população.

39. (...) A burguesia brasileira nunca se mostrou impotente para realizar manobras e encontrar saídas de compromisso, que adiassem a resolução dos problemas por vias radicais. (Resoluções, p.259)

Para o Partido dos Trabalhadores, o plano foi uma resposta da burguesia que sempre se mostrou capaz de construir saídas que evitassem soluções radicais para os problemas brasileiros. O Plano Cruzado era, na opinião do PT, a forma encontrada pelo governo às necessárias recomposições (lembrando que a mesma resolução, em seu ponto 37, diz que ocorria uma “crise relativamente séria” na Aliança Democrática):

40. Com o pacote econômico de fevereiro de 1986 (...), o Governo Sarney, mesmo sem eliminar as contradições internas na Aliança Democrática, abre condições para uma recomposição, tendo por base, inclusive, o endosso entusiástico dos reformistas<sup>110</sup>. Os setores liberais do PMDB baixaram o tom de suas críticas ao governo e os setores progressistas passaram a temer o rompimento, que estava em marcha acelerada.

Realmente, no início de 1986, diversos setores que apoiavam a Aliança Democrática passaram a criticá-la abertamente e, inclusive, se aproximaram de setores oposicionistas, inclusive do PT. Além disso, era expressivo o crescimento da CUT e do PT, principalmente em São Paulo. Este crescimento chegou a permitir que o jornal Folha de São Paulo colocasse o PT como sendo o partido com maiores possibilidades de vencer as eleições paulistas de 1986. O próprio secretário da indústria e do comércio do governo do PMDB de São Paulo, E. Kok, expôs sobre o que representava uma possível vitória do PT em São Paulo. Para evitar tal coisa, E. Kok advertia “as lideranças dos partidos tradicionais de centro-esquerda e centro-direita para o ‘perigo’ que representa o crescimento do PT no Estado (...) se houver uma divisão entre as forças (...) entre os políticos que defendem a livre iniciativa e o regime capitalista.” (Folha de São Paulo, 07 de fevereiro de 1986, p. 5).

Ao mesmo tempo em que alguns percebiam o crescimento do PT, os partidos que formavam a Aliança Democrática- PMDB e PFL - se dividiam. O afastamento em relação ao governo já se dava no PCB que passava a aumentar suas críticas. A ala “progressista” do PMDB se aproximava da oposição, principalmente do governador do rio de Janeiro, Leonel

---

<sup>111</sup>É importante termos atenção a este ponto onde é possível notarmos a crítica do PT aos partidos comunistas que eram também chamados por seus críticos na esquerda de reformistas. Este adjetivo, aqui usado pelo PT, era visto de forma pejorativa e trazia em si a crítica de que os PCs já não seriam realmente socialistas. Para os o PT, estas agremiações comunistas apenas defendiam reformas dentro do próprio capitalismo, ou seja, para o PT os partidos PCB e PCdoB apenas propunham reformas que manteriam a ordem capitalista. Esta crítica era antiga no debate internacional e fazia parte inclusive dos argumentos dos grupos trotskystas- muitos inseridos no PT e que ajudaram a construí-lo- contra os PCs e suas linhas stalinistas.

Brizola, tentando criar a “Frente Progressista”. Um dos motivos do afastamento fora o novo ministério, considerado conservador pelos “progressistas”, proposto por Sarney. Pimenta da Veiga, da ala progressista dos peemedebistas, chega a declarar que “se o governo não é do PMDB pode haver divergências entre as duas agremiações que o integram [PMDB e PFL], e, nesse caso, o PMDB deve ficar com a posição dos que o compõe e não com o governo”. (Folha de São Paulo, 20 de fevereiro de 1986, p. 5). As fissuras, segundo o jornal Folha de São Paulo<sup>111</sup>, realmente atingiam o PCB: Hércules Corrêa defendia a continuidade do apoio a José Sarney “em nome da consolidação do regime de transição”, enquanto Ivan Pinheiro dizia que “o movimento de massas não desestabiliza, havendo como único fator de desestabilização o imobilismo e a falta de mudanças.”

O início de 1986 foi, realmente, crítico para a Aliança Democrática. Se não bastasse a divisão interna da Aliança e a aproximação dos mais progressistas com a oposição, a unidade de ação dos sindicalistas era uma possibilidade. A CUT e a Conclat (com o apoio inclusive do PCB) tentavam uma aproximação em prol de algumas reivindicações, incluindo a trimestralidade.

Não era, portanto, equivocada a avaliação do Partido dos Trabalhadores de que o Plano Cruzado permitia abrir condições para uma recomposição da Aliança Democrática e com o apoio inclusive dos “reformistas”. Para o partido, o “pacote” tinha um propósito como pode ser visto em seu ponto 41:

Esse pacote tem como objetivo principal assegurar a continuidade da transição política conservadora, que se iniciou através da composição da aliança democrática no Colégio Eleitoral. Uma transição para uma nova forma de dominação que não permita o avanço democrático ou concessões importantes para as classes trabalhadoras. Esse processo de transição conservadora estava ameaçado. Em primeiro lugar, porque a Aliança democrática estava em processo de implosão, após a reforma ministerial imposta por Sarney. O PFL passou a controlar 2/3 do orçamento do País, os principais ministérios e garantiu a indicação de seis ex-governantes da Arena/PDS na nova equipe ministerial. (...) a perda de posições do PMDB acabou gerando uma crise política grave. (Resoluções, p. 260)

Assim, para o PT, a ruptura da Aliança Democrática acontecia de fato. Mas, para o partido, qual foi o papel do Plano Cruzado nesta questão? Ainda no ponto 41 podemos ler que

O pacote pretendia garantir algumas bases eleitorais para que os partidos da Aliança democrática disputem as eleições em novembro para que os governos dos estados e para a Constituinte. As últimas eleições para as

---

<sup>111</sup> Folha de São Paulo, 10 de fevereiro de 1986, p. 10

prefeituras, em 1985, demonstraram alterações nas tendências eleitorais. O PT obteve 11% dos votos e teve o maior crescimento eleitoral, 70% a mais de votos em relação às eleições de 1982(...). O PDT obteve 14% (...). O PMDB teve uma queda de 45% para 33% dos votos nas grandes cidades. O PFL obteve 9,8% dos votos e está abaixo do PT. O PDS obteve apenas 5,5% e foi o grande derrotado nas eleições, e o PTB atingiu 16%, a partir, basicamente, da eleição de Jânio. (idem)

Logo, para o PT, o Plano Cruzado representava a possibilidade da Aliança Democrática se recompor e conseguir reverter uma tendência eleitoral que mostrava crescimento da oposição e declínio dos partidos que compunham a Aliança. Mas, para o partido, o plano econômico tinha um outro objetivo, combater o ascenso da luta dos trabalhadores, que no ano de 1985 tinham conseguido bater um novo recorde de greves no Brasil. Como explicitado no ponto 41:

Finalmente, o pacote tem como alvo principal o movimento operário e sindical. Quebrar a tendência ao ascenso das lutas operárias e sindicais e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pelas classes trabalhadoras, através das greves (...). Isso quer dizer que o pacote pretende impor o pacto social. (idem)

Mas se o Partido dos Trabalhadores analisou o Plano Cruzado de forma crítica, denunciando que o “pacote econômico” era uma estratégia política para recompor os grupos políticos das classes dominantes e para inibir as lutas dos trabalhadores, o PCB enxergou o Plano de outra forma. Este partido, pelo contrário, assumiu a defesa do plano e, de novo, a do governo. Vimos que o partido também defendia a trimestralidade e achava que adoção deste projeto de reajuste pelo governo ajudaria na a construção do pacto social<sup>112</sup>. No entanto, o Plano Cruzado trouxe outra proposta de reajuste dos salários, diferente da trimestralidade, e de combate à inflação.

A Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB se reuniu no dia três de março para analisar o decreto-lei 2.283 (o Plano Cruzado) e emitiu uma nota que foi publicada no número 288 (de 7 a 13 de março de 1986) na capa do jornal Voz da Unidade. A nota expôs, claramente, a posição do partido a favor do plano econômico, apesar de fazer algumas ressalvas. O Plano Cruzado, segundo a nota, era “dirigido prioritariamente contra o processo

---

<sup>112</sup> Ver sobre isto o artigo de Edmilson Costa na página 7 do jornal Voz da Unidade n.274, de 1 a 7 de outubro de 1985.

inflacionário<sup>113</sup> que corrói sobretudo o nível de vida dos trabalhadores”. Na análise feita pela Comissão, vemos, mais uma vez, que o partido se mantinha preocupado com a estabilidade do processo de transição. Diz a nota, entre outras coisas:

O eixo das medidas está orientado num sentido que interessa aos trabalhadores e à Nação: desmontar o mecanismo inflacionário criando condições para mudanças no “modelo econômico” com ampla intervenção popular. Derrotar a inflação (...) no contexto brasileiro, também é neutralizar um elemento de instabilidade que cria condições para o golpismo e o retrocesso – por isso na perspectiva da democracia, o combate a inflação favorece as alternativas que beneficiam os trabalhadores. (Voz da Unidade, n. 288, de 7 a 13 de março de 1986, p. 1)

Algumas ressalvas feitas pela Comissão diziam respeito aos salários. Estes, mesmo acrescidos de um abono de 8%, “foram estabelecidos em níveis que não recompõem as perdas sofridas”, além disso, o patamar da escala-móvel a ser usada para reajustar os salários “é insatisfatório”. Outra ressalva é acerca às exigências para se obter o seguro desemprego que limitariam bastante o universo daqueles que poderiam receber este benefício.

Porém, essas ressalvas não fizeram com que o partido deixasse de apoiar o plano e, muito menos, de convocar a sociedade para defendê-lo, como podemos ler na nota:

Os comunistas entendem que o povo deve desempenhar um papel dinâmico no processo aberto pelo “pacote” inclusive atendendo ao apelo governamental. O povo organizado deve vigiar ativamente o tabelamento de preços e participar da sua fixação mobilizando-se para garantir seu cumprimento e evitando as provocações que põem fornecer pretexto para repressões. (idem)

Mais uma vez veremos o Partido Comunista Brasileiro defendendo o pacto político social que o governo procurava revitalizar através do Plano Cruzado. Assim, o partido permanecia na defesa da política conciliatória por acreditar que ela promoveria benefícios aos trabalhadores em suas lutas a favor da melhoria do seu poder aquisitivo:

O “pacote” deve ser utilizado para recolocar em novas bases a luta por um pacto político social que redistribua a renda nacional e, na perspectiva da democracia, redirecione o “modelo econômico”, amplie e acelere a reforma agrária, fiscalize e limite a ação dos monopólios e renegocie a dívida externa de acordo com os interesses nacionais. (idem)

---

<sup>113</sup> A inflação no decorrer da nota é chamada de “monstro” do qual a economia estava sendo liberada.

E ainda nesta nota, o PCB novamente conclamou o povo a sair em defesa do Plano Cruzado<sup>114</sup>. Alegava que isso era necessário para viabilizar o sucesso do Plano<sup>115</sup>.

Este encaminhamento, porém, só será possível se, desde já, o povo, e suas organizações se empenharem na mobilização pela execução do congelamento de preços. Esta mobilização será a principal garantia de que, de um lado, será contida a reação dos especuladores, sonegadores e monopolistas e, de outro, dará ao povo um papel decisivo nas lutas contra a inflação. (idem)

Portanto, para o Partido Comunista Brasileiro, o Plano Cruzado representava um novo encaminhamento para a necessária transição brasileira. Ele possibilitaria neutralizar a inflação que corroía os salários, um elemento que facilitava o golpismo e a reação autoritária. O plano econômico também possibilitava, para o partido, o entendimento em torno de um pacto político social e trazia o povo para defender nas ruas o plano, conseguindo assim que o povo participasse ativamente do processo. Era, para o partido, uma unidade entre governo e povo:

Desde o dia 27, o país assiste àquilo que certamente ficará na história como uma das maiores mobilizações populares. A campanha das diretas, e a luta pela eleição de Tancredo Neves reproduzem-se agora em escala ampliada, com o povo indo às ruas para evitar a remarcação e a cobrança de preços acima da tabela. Definitivamente os brasileiros incorporaram-se ao processo político e social do país, tomando em suas mãos a tarefa de defender seu nível de vida, seus direitos econômicos e sociais.

Os dois aspectos são decisivos: o governo tomando a iniciativa de colocar a economia em trilhos que não a levem ao caos, o povo tornado-se sujeito de seu próprio destino. (Voz da Unidade, n.288, p.2)

Assim, enquanto o PT<sup>116</sup> criticou, desde o seu lançamento, o Plano Cruzado, o PCB o apoiou como um plano necessário para ajudar no processo de transição democrática. Este mesmo plano foi objeto de debate durante a campanha eleitoral de 1986 e de diversos artigos do semanário do PCB, normalmente, com apoio e defesa tenaz do congelamento dos preços, embora constituindo algumas críticas aos posicionamentos da equipe econômica do governo

---

<sup>114</sup> A defesa não se restringe à Nota da Comissão Diretora, pois já na página dois do jornal temos um editorial com a seguinte manchete: “Tomar as Ruas pelo Congelamento”. O editorial não muda o teor da Nota, apenas tenta colocar mais elementos para a defesa da posição do partido diante do Plano.

<sup>115</sup> Esta análise está presente também no texto recente de Nilson de Souza. com o Plano Cruzado, diz ele, “pela primeira vez em nossa história, a execução de uma política econômica dependia, no essencial, da ação da população mobilizada.” (SOUZA, 2014, p. 363)

<sup>116</sup> Além do PDT e da CUT.

ou de pessoas ligadas à construção do Plano de Estabilização<sup>117</sup>. O apoio da população (inclusive com a utilização dos que se identificaram como “os fiscais de Sarney”) e da imprensa de modo geral fez com que o plano econômico se tornasse o grande trunfo político da Aliança Democrática e dos defensores desta<sup>118</sup>. Os resultados das eleições, como veremos a seguir, mostraram que o principal partido da Aliança Democrática, o PMDB, tornou-se o grande vitorioso, conquistando todos os governos estaduais, com exceção do estado do Sergipe, onde foi vitorioso Antônio Carlos Valadares do PFL, partido que compunha a Aliança Democrática foi vitorioso.

### 3.6 Alguns resultados das eleições de 1986, a vitória da Aliança democrática, a crise do Cruzado e o fortalecimento do PT

Apoiando-se no Plano Cruzado, a Aliança Democrática se tornou a principal força na Câmara dos Deputados/Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, as contradições entre setores do PMDB e o PFL não deixaram de aparecer, permitindo que setores ligados aos trabalhadores pudessem exercer uma certa influência durante a constituinte. Mas, apesar dos setores ligados à Aliança Democrática serem os grandes vitoriosos das disputas eleitorais de 1986, no embate particular entre o PCB e o PT este último conquistou posições importantes, a começar pelo maior número de parlamentares/constituintes. Outra posição fundamental conquistada pelo Partido dos Trabalhadores ocorreu logo depois das eleições, quando o Governo Sarney produziu algumas modificações no plano econômico, o que foi chamado na época de Plano Cruzado II. As modificações trazidas pelo Cruzado II alguns dias após as

---

<sup>117</sup> Um exemplo deste posicionamento crítico podemos encontrar no Voz da Unidade que circulou entre os dias 25 de abril a primeiro de maio de 1986. No artigo “Querem Aumentar os Preços e Diminuírem os Salários”, João Carlos de Oliveira Neto questiona assim a fala do economista Francisco Lopes, um dos pais do Cruzado, que tentava demonstrar em um artigo a necessidade de realinhamento de alguns preços agrícolas para evitar a “interrupção de fornecimento”: “A tese do economista colide com a vontade política manifesta do governo de manter o congelamento dos preços (...). Francisco Lopes ao mesmo tempo em que parece ser tão compreensivo com o preço de certos produtos, infelizmente não mantém a mesma postura liberal quando trata dos salários.” (Voz da Unidade, n. 295, p.6)

<sup>118</sup> Embora em 23 de julho de 1986 houve um momento crítico para os que defendiam o Plano Cruzado: o governo faz reajuste que foram chamados de “Cruzadinho que consistia em um pacote fiscal para desaquecer o consumo e ao mesmo tempo financiar um plano de investimento em infra-estrutura e metas sociais. Os aumentos de preços provocados pelo pacote foram, porém, expurgados do índice oficial de inflação a fim de evitar o acionamento do gatilho salarial. Isto provocou descontentamento, além de não conseguiu desaquecer o consumo e nem recursos para financiar o programa de investimentos anunciados pelo governo. (Cf. Castro, 2005, p. 127).

eleições trouxeram a desconfiança<sup>119</sup> de que todo o plano econômico era nada mais do que um plano eleitoral como afirmavam o PDT, a CUT e o PT.

A situação da Aliança Democrática após as eleições de seus aliados parecia confortável, mas isto dependia do sucesso do Plano Cruzado, o plano de estabilização que congelara preços e salário, que gerou a aceleração do consumo e crise de abastecimento. Prevendo, porém, a possibilidade de alguma inflação, criou-se o gatilho salarial que seria acionado toda vez que esta chegasse a 20%. No entanto havia problemas que o Plano não conseguia resolver. Conforme nos fala a economista Lavínia Barros de Castro

A situação se alterou a partir do segundo semestre com a queda da receita de exportação em função da defasagem cambial em termos reais e também pelo aumento das importações. Em outubro o governo decretou uma valorização do cruzado em 1,8% e anunciou uma política de minidesvalorizações eventuais baseada em um indicador da relação câmbio-salários. Criou-se a expectativa de uma desvalorização maior que se traduziu no aumento do ágio no mercado paralelo de dólar e na antecipação das importações e adiamento das exportações e, conseqüentemente em uma deterioração ainda maior das contas externas. (Castro, p.128)

Em seguida a autora afirma que o Cruzado II não conseguiu corrigir os problemas do plano original. Não apenas passou-se a ter correções de preços, como o gatilho salarial foi disparado já em janeiro, quando a inflação chegou ao patamar de 16,8% (portanto maior do que a inflação mensal da época de Dornelles, o primeiro ministro da Fazenda da Aliança Democrática). Já em Fevereiro de 1987, com a extinção do congelamento de preços e com a piora das contas externas, foi decretado o fim do agonizante Plano Cruzado. Em abril o festejado ministro da fazenda e sua equipe se demitiram<sup>120</sup>. Nas palavras da autora:

---

<sup>119</sup> “Uma semana após as eleições- quando ainda se contabilizavam os votos- foi anunciado o Cruzado II, dando a impressão à sociedade de que o adiamento de medidas restritivas tinha sido mero oportunismo político (Castro, p. 128)

<sup>120</sup> De acordo com os próprios pais do Cruzado, houve vários erros na concepção e na própria condução do Plano, a saber: 1) o diagnóstico de que a inflação era “puramente inercial” estava equivocado. Antes da introdução do Plano, a economia brasileira já estava aquecida; 2) os abonos salariais contribuíram para reforçar a explosão de consumo que normalmente ocorre após a estabilização; 3) a condução das políticas monetárias e fiscal foi excessivamente “frouxa”; 4) o congelamento durou demasiadamente: 11 meses (eram previstos inicialmente apenas três meses); 5) diferentemente dos salários, os preços foram congelados em seus níveis correntes e não médios, reintroduzindo diversas distorções de preços relativos; 6) o gatilho salarial reintroduziu e agravou a questão da indexação dos preços; 7) a chamada “economia informal” ficou fora do congelamento, o que contribuiu para desalinhar ainda mais os preços relativos; 8) a manutenção do câmbio fixo de fevereiro até novembro, somada ao crescimento da demanda, fez com que as contas externas se deteriorasse; e 9) a existência de uma defasagem nos preços públicos no momento do congelamento piorou a situação fiscal do governo. (Castro, p. 128-129)

O Cruzado II era um novo pacote fiscal com o objetivo de aumentar a arrecadação em 4% do PIB. O governo anunciou o aumento de cinco produtos na “ponta” do consumo. A ideia do governo consistia em aumentar basicamente preços de bens finais com o objetivo de evitar repasses ao longo da cadeia produtiva. Entretanto, além dos cinco produtos anunciados, haviam sido autorizadas remarcações nas tarifas de energia elétrica, correios, telefones, taxis, leite e remédios. O governo tentou expurgar novamente os aumentos, mas isso se tornou politicamente inviável.

O Cruzado II foi, assim, a válvula de escape para o abandono do congelamento. Os preços começaram a ser corrigidos, e a taxa mensal de inflação em janeiro de 1987 atingiu 16,8%, acumulando mais de 20% desde março de 1986. A consequência foi o acionamento do gatilho salarial. O fim do Plano Cruzado ocorreu em fevereiro de 1987, com a decretação da extinção do congelamento de preços. Finalmente, com a expressiva piora das contas externas, foi decretada, em fevereiro de 1987, moratória dos juros externos, o que diminuiu ainda mais a entrada de recursos externos no país. Pouco tempo depois, em abril, Dilson Funaro e sua equipe pediram demissão. (idem)

O PT, como vimos, desde o início se colocou como oposição em relação ao Plano Cruzado, diferente da posição assumida pelo PCB e, desta forma, passou a ser visto com mais respaldo<sup>121</sup> por parte da sociedade que se sentiu traída pelo governo, tornando-se um dos principais pólo de oposição à Nova República. Já o PCB tinha que justificar porque havia mantido suas posições de defesa e de apoio crítico à Aliança Democrática, passando, neste período, pós-eleições, pelo constrangimento criado pela reformulação do plano econômico com medidas impopulares, algumas logo após as eleições.

O PCB, durante todo o processo eleitoral, fez campanha tanto pelo Plano Cruzado quanto por alguns candidatos ligados ao PMDB<sup>122</sup>. Em São Paulo, por exemplo, o PCB apoiava Quércia, apesar das diferenças internas<sup>123</sup>. Na capa do jornal Voz da Unidade de número 299 (final de maio de 1986) vem estampado em letras garrafais: “O Partido Comunista Decide, É Quércia”. Já em março, no número 289 do jornal, o partido nos mostrou sua preocupação em

---

<sup>121</sup> Segundo Santana, “o PT, ao demarcar sua lógica de ação por uma política mais ostensiva de oposição, ganhava terreno, enquanto o PCB perdia, com sua política de alianças e sua cautela nas ações de oposição. Tais postura o faziam parecer, em muitos momentos, como o fizera no passado, um partido dócil. Mais ainda, ao mesmo tempo em que perdia espaços no movimento organizativo dos trabalhadores, o PCB não conseguiu reforçar sua posição no plano político com e no interior das alianças (...)” (Santana 2001, p. 253). Ainda segundo Santana, “como em outros períodos da história brasileira, o PCB parecia ‘dócil’ para os setores mais *combativos* e, como sempre, ‘perigoso’ para os setores mais conservadores. (idem. P. 259, em itálico no original).

<sup>122</sup> Além do apoio ao candidato do PMDB em São Paulo, o PCB apoiou, entre outros, Moreira Franco no Rio, Newton Cardoso em MG, Carlos Bezerra no Mato Grosso e Álvaro Dias no Paraná.

<sup>123</sup> Conforme nos informa o sociólogo Leôncio Martins Rodrigo, em “São Paulo, o PMDB não quis realizar acordo com os dois partidos comunistas”, PCB e PCdoB. Isto levou o PCB paulista a se dividir” com a direção regional apoiando oficialmente Antônio Ermírio de Moraes, enquanto a maior parte dos militantes e alguns dirigentes importantes mantinham seu apoio a Quércia para o governo estadual.

defender o plano econômico do governo. Neste número, na página 8, podemos ler o artigo denominado “Comunistas de São Paulo Organizam a defesa da Economia Popular”. O Plano Cruzado, portanto, fortaleceu o pensamento dos comunistas de apoio à Nova República, embora seja necessário levar em consideração que, em janeiro de 1986 (número 280 de seu jornal), o PCB explicitou que duas eram as principais tarefas dos militantes do partido: “organizar o PCB e influir no processo constituinte”. No entanto, parecia que o apoio à Aliança Democrática não surtiu os resultados desejados pelo partido em janeiro. Caminhando ao lado da Aliança Democrática, o PCB foi perdendo parte de sua influência nos meios sindicais para o Partido dos Trabalhadores embora, neste mesmo ano, tenham fundado uma nova central sindical, a CGT. No plano eleitoral, o partido também não conseguiu ter força para realizar a tarefa de eleger seus parlamentares e influenciar de forma mais eficiente o que seria a futura Assembleia Nacional Constituinte.

O resultado das eleições para a Câmara dos Deputados nos mostrou que a tática comunista de apoiar a Aliança Democrática e tentar se fortalecer como partido e conseguir influenciar na Assembleia Constituinte trouxeram resultados contraditórios. Realmente, como veremos a seguir, a Aliança Democrática saiu fortalecida, mas o partido não conseguiu o resultado eleitoral que almejava. O PCB conseguiu eleger apenas três parlamentares/constituintes (0,6% do total), o mesmo número alcançado pelo PCdoB, outro partido comunista que também apoiava a Aliança Democrática. Este último, no entanto, acabou ficando com seis cadeiras (1,2%), pois três deputados eleitos pelo PMDB “posteriormente assumiram suas efetivas posições políticas<sup>124</sup>” e passaram para o PCdoB. Com apenas nove parlamentares no total, a influência das duas siglas comunistas seria muito pequena no processo constituinte. É bom lembrar que tivemos um total de 487 deputados eleitos, e o PMDB conquistou duzentos e cinquenta e sete vagas (sem incluir os três comunistas do PCdoB), o que representou 52,9%. Já o PFL, com cento e dezoito eleitos, conquistou 24,2% dos constituintes deputados. O PT, por sua vez, conseguiu eleger dezesseis candidatos, ou seja, 3,3% do total, ficando atrás do PDS que obteve 33 (6,8%) e do PDT com suas vinte e quatro cadeiras (4,9%).

O Plano Cruzado ofereceu à Aliança Democrática os elementos para uma campanha eleitoral fortalecida, ainda mais com o apoio da imprensa e de demais meios de comunicação e sendo respaldada por partidos que disputavam com o PT a influência nas organizações dos

---

<sup>124</sup> Ver em Rodrigues, Leôncio Martins, p.17.

trabalhadores, caso do PCB e do PCdoB. Apesar da crítica realizada pela CUT, PDT e PT, a vitória eleitoral da Aliança Democrática foi gigantesca. PMDB e PFL juntos elegeram 375 deputados, nada menos que 77,1% do total de deputados, o que faria com que a influência desses dois partidos da Aliança Democrática fosse fundamental na futura constituinte.<sup>125</sup> Não analisamos aqui a situação no Senado, mas o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues em sua pesquisa realizada com a colaboração do Jornal da Tarde nos mostra que no senado ainda eram maiores as forças da Aliança democrática, pois PMDB e PFL juntos tinham 83% dos senadores:

no Senado, dos 72 senadores, 45 estão no PMDB (63%) e 15 no PFL (21%). Os dois partidos que formam a ‘situação’ dispõem, assim, de aproximadamente dois terços do Congresso, sobrando o outro terço para ser dividido entre uma fragmentada ‘oposição’, composta por dez partidos, entre os quais o PDS, o mais forte deles, possui apenas 7% do total de parlamentares (33 deputados e sete senadores).

Esquemáticamente, o sistema partidário brasileiro, decorrente das últimas eleições, poderia ser assim descrito: um partido grande (o PMDB), um partido médio (o PFL), quatro partidos pequenos (o PDS, o PDT, o PTB e o PT), e seis micropartidos (o PL, o PDC, o PCdoB, o PCB, o PSB e o PMB)

<sup>126</sup>

Para compreendermos ainda mais o resultado das eleições de 1986 vamos recorrer a outro resultado da pesquisa de Leôncio Martins Rodrigues. Nela, o sociólogo chegou à conclusão sobre a força dos partidos por estado e regiões. Segundo ele, o PMDB era “o partido das regiões mais desenvolvidas enquanto o PFL, juntamente com o PDS (de onde se originou), alcançaram seus melhores resultados nas regiões menos industrializadas e urbanizadas.” (Rodrigues, p. 25). O PMDB, proporcionalmente, foi mais forte na região sul e o PFL na região nordeste, embora mesmo nesta região o PMDB foi o mais forte.

Rodrigues mostra que a força dos partidos que ele classificou como pequenos “partidos de esquerda” (PT/PCs/PSB) seguem

na direção oposta à do PFL: 61% dos deputados que integram este grupo vieram da região sudeste, sendo 31% deles do Estado de São Paulo. (...) 19% dos deputados desse grupo vieram dessa região. (...) A penetração do PT é bem mais acentuada no sul e no sudeste, especialmente em São Paulo. Dos 16 deputados federais petistas, 14 são da região Sudeste, dos quais oito do Estado de São Paulo. O PT não elegeu nenhum deputado federal fora da região Sudeste Sul. A situação dos dois partidos comunistas é inversa. No

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Idem, p.25.

Estado de São Paulo, onde se concentra o grosso do proletariado das modernas indústrias, o PCB e o PCdoB não conseguiram eleger um só deputado federal. No Sudeste, os comunistas (do PCdoB) elegeram apenas um deputado em Minas, sob legenda do PMDB. Os êxitos dos comunistas foram mais acentuados nos estados pobres da federação: dos nove deputados do PCB e do PCdoB, cinco são de estados nordestinos, dois do Centro-Oeste e dois do Sudeste. (Rodrigues, pp: 26-27).

Segundo Rodrigues, a força maior do PCB em termos absolutos era mais forte em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde estava a maior parte de seus militantes e dirigentes.

Porém, nestes Estados, a influência de outros partidos que, de alguma maneira, concorrem no mesmo terreno eleitoral do PCB (notadamente o PT e o PMDB) reduzem a sua influência. Aqui, contudo, não se pode deixar de observar que, caso alguns políticos do PCB tivessem se mantido no interior do PMDB, ou se o PCB tivesse podido apresentar-se em coligação com o PMDB, como fez no Rio de Janeiro o PCdoB, certamente o “Partidão” teria elegido pelo menos um deputado, nesses Estados. (idem, p.28)

O PCB sempre destacou o contexto das disputas eleitorais paulistas, até mesmo pela importância que compreendia ter o estado no cenário político brasileiro. O Partido, antes mesmo das definições da candidatura do PMDB paulista, já se mostrava tendente a apoiar esta agremiação da Nova República, o mesmo que fizera em 1985 quando das eleições municipais ao apoiar Fernando Henrique Cardoso. É bom trazermos as justificativas do PCB para este apoio ao PMDB paulista como uma prioridade nacional. Não só na conjuntura de 1986 com o Plano Cruzado, mas, desde 1985, o PCB deixava claro que as eleições paulistas (neste último caso tratava-se da capital de SP) tinham caráter nacional

Em primeiro lugar, porque São Paulo aglutina significativos contingentes populacionais, com seu mais de cinco milhões de eleitores. Em segundo porque São Paulo concentra-se em pólos antagônicos – com uma nitidez que a distingue das demais regiões- as correntes que pretendem avançar a democracia e as conquistas sociais das massas e aquelas que querem limitar substancialmente os avanços, quando não liquidá-los. (Voz da Unidade, n 262, 10 a 16 de agosto de 1985, p.2)

É significativo que o PCB tenha mantido sua posição de apoio ao PMDB mesmo quando não conseguiu se coligar com este nas eleições de 1986. E é mais significativo ainda o fato de que analisaram a importância do cenário paulista sem de fato contraporem o proletariado ao empresariado. Para um partido que se colocava como representante da primeira classe social era importante, realmente, estar presente no estado e na capital de maior industrialização do país. Mas não podemos deixar de notar que justamente onde o capital e o

trabalho se enfrentavam constantemente, principalmente após as greves de 1978/79, o Partido Comunista Brasileiro deixava de lado o posicionamento marxista da luta de classes e simplesmente passa a analisar os conflitos em São Paulo pelos dois viés apresentados em seu texto: o contingente populacional e eleitoral e os pólos antagônicos não classistas entre os que querem o avanço da transição democrática e os que querem lhe impor limites ou o seu retrocesso.

É possível pensarmos se a opção pecebista não estava marcada por sua postura de ajudar na construção do pacto social e da conciliação de classes. O Partido deixava claro seu orgulho por ter sido o primeiro partido da frente de apoio ao governo a propor o pacto, conforme deixou claro em seu jornal que circulou no dia 19 de dezembro de 1986. No entanto, o PCB não concorda que a sua proposta de pacto era “um arranjo conciliador”. O pacto

Nunca foi tratado pelos comunistas como um arranjo conciliador, mas como baliza mínima do espaço de conflitos que a transição necessariamente comporta. Para o PCB, o pacto só tem sentido na perspectiva de ‘lutar para negociar, negociar para mudar’. (Voz da Unidade, 19/12/1986 a 8/1/1987, in Santana, 2001, p259).

No entanto, dentro do próprio partido havia quem questionasse as posições tomadas pela direção. José Antonio Segatto, por exemplo nos diz que a concepção de partido de massas, classista e revolucionário foi trocada pelo do “partido do entendimento”, do “partido da democracia”. (cf, Santana p. 262). Para Segatto o PCB havia se tornado

Um partido pequeno e frágil, com um número reduzido de militantes e com fraca presença no seio do proletariado, tanto urbano como rural. A fragilidade do PCB salta à vista no movimento sindical e se manifestou claramente nas últimas eleições. (citado por Santana, 2001, p 262).

Tanto o pacto quanto a defesa do governo se mantém como possibilidade de assegurar a transição democrática. Para isto o PCB defende que se construa frentes eleitorais em torno dos partidos da Aliança Democrática, principalmente do PMDB. O partido constantemente defende sua linha pecebista em prol desta aliança. No jornal Voz da Unidade (de 25 de abril a primeiro de maio de 1986) É clara a intenção do PCB de se coligar com o PMDB paulista<sup>127</sup>:

---

<sup>127</sup> No entanto havia uma complexidade dentro do PCB. Nem todos os seus militantes concordavam com este adesismo ao governo da Aliança Democrática e aos seus partidos. O PCB gaúcho, por exemplo, diferentemente do que desejava a direção nacional do partido tentou em 1986 saírem com uma chapa própria como resposta ao

O PCB de São Paulo aposta numa ampla unidade democrática em torno da candidatura do PMDB. O quadro político tem evoluído e tudo indica que será possível formar uma coligação de vários partidos para disputar a sucessão estadual', afirmou (...)Regis Frati, primeiro secretário do partido no estado. (Voz da Unidade, N. 295 de 25 de abril a 1 de maio de 1986, p. 3)

Mas porque o PCB não se coligou com o PMDB, principalmente em São Paulo aonde, como vimos, apoiou à campanha do peemedebista Fernando Henrique objeto de diversos artigos em seu periódico no ano anterior, ano das eleições municipais?

Segundo Leôncio Martins, em São Paulo, o PMDB não quis realizar acordo com os dois partidos comunistas. As duas siglas não conseguiram reeleger seus dois representantes na Câmara, ou seja, o Alberto Goldman do PCB e o metalúrgico Aurélio Peres do PCdoB<sup>128</sup>. O PCB acabou se dividindo em São Paulo. A direção regional do partido, segundo Leôncio Martins Rodrigo, apoiou "oficialmente Antônio Ermírio de Moraes, enquanto a maior parte dos militantes e alguns dirigentes importantes mantinham seu apoio a Quércia para o governo estadual." (Rodrigo, p. 39).

Assim, em nome da transição democrática e da defesa do pacto social o PCB manteve seu apoio ao PMDB que lhe rejeitava em São Paulo como já fizera em outras regiões. A derrota eleitoral do PMDB e de seu candidato Fernando Henrique em 1985 não se repetiu em 1986. Com o apoio do Plano Cruzado e de grande parte do PCB paulista, Quércia foi eleito governador. Porém, o PCB saiu derrotado, principalmente em São Paulo, onde não elegeu nenhum candidato local para que pudesse ter representante no parlamento e na Constituinte. O plano de fortalecer o partido e de influir na produção da nova Constituição se viu frustrado. Ainda mais pelo fato do seu principal rival na disputa pelo apoio dos trabalhadores, o PT, ter conseguido se fortalecer no parlamento elegendo um total de dezesseis deputados, sendo a metade apenas em São Paulo, além de mais oito em outros quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Janeiro e Rio Grande do Sul.

O PCB além de só ter conseguido eleger três deputados estava fora no sentido eleitoral da principal região econômica do país, a região Sudeste. O partido conseguiu eleger Roberto

---

que ocorrera no ano anterior quando o Partido foi deixado de fora da participação do rádio e da televisão no programa da Aliança Democrática. No entanto, o PCB gaúcho sofreu represália da Direção Nacional do partido e forçadamente apoiou a chapa do PMDB após a retirada da chapa comunista que já estava em campanha. (Cf, Santana, 2001, p. 291)

<sup>128</sup> Rodrigues, p. 39

Freire em Pernambuco, além de Fernando Santana na Bahia e Augusto Carvalho no Distrito Federal<sup>129</sup>.

No Rio, a outra agremiação comunista, o PCdoB, participou da coligação “Aliança Popular Democrática” junto com o PMDB e outros partidos e acabou por eleger o metalúrgico Edmilson Valentin como um dos dez mais bem votados da coligação<sup>130</sup>, além da eleição no âmbito estadual da deputada Jandira Feghali.

Já o PCB, à princípio, defendeu a não participação na coligação realizada no Rio, indicou como pré-candidato ao governo estadual o bancário Ivan Pinheiro. A justificativa do afastamento do PCB fluminense em relação à Aliança Democrática foi apresentada pelo bancário no jornal Voz da Unidade:

Não aceitamos a postura do governador Leonel Brizola, seu exclusivismo político, sua oposição ao Plano de Estabilização Econômica, mas também não estamos de acordo com o caráter conservador da Aliança Democrática no Rio de Janeiro. Por isso optamos por uma alternativa democrática e renovadora, a favor da democracia e das mudanças (Voz da Unidade, N. 295, 25 de abril a 01 de maio de 1986 p. 4).

No entanto, esse posicionamento não vingou. O Comitê Central impôs ao Comitê Estadual do Rio de Janeiro a abolição da candidatura de Pinheiro e o apoio ao pemedebista Moreira Franco. De qualquer forma, o PCB nesse estado também não teve um bom desempenho, tendo em vista que não conseguiu eleger nenhum parlamentar.

O apoio ao Plano Cruzado e o fracasso deste em menos de um ano depois de sua instalação fez com que o posicionamento do PCB perdesse espaços na relação com as classes trabalhadoras. Já o PT conseguiu sair fortalecido com a crítica que fez ao Plano desde sua implementação. E mesmo antes do Cruzado II, quando o plano fora usado para efetivar o consenso em prol da Aliança Democrática, o PCB não conseguiu obter um resultado eleitoral expressivo. No caso do PT isto foi diferente, principalmente em São Paulo onde os conflitos de classes entre trabalhadores e empresários eram mais intensos. Enquanto o PT (junto com a CUT) se fortalecia como oposição de esquerda à Aliança Democrática, o PCB se comprometia com seu apoio a esta mesma aliança e vendo seu desejo de participar da aliança eleitoral em São Paulo recusado. A queda do Plano deu mais vigor ao PT e trouxe dificuldades para o PCB. Porém, ambos tiveram que observar a vitória gigantesca da Aliança

---

<sup>129</sup> Cf. RODRIGUES, P. 39.

<sup>130</sup> Os outros dois eleitos pelo PCdoB foram Haroldo Lima e Lídice da Mata, ambos da Bahia. (cf. Rodrigues, p. 39)

Democrática, principalmente do PMDB. No plano eleitoral este resultado mostrava como seria complicada a vida dos representantes ligados à classe trabalhadora na Assembleia Nacional Constituinte não exclusiva.

O PCB depois de longos anos como uma sigla clandestina conquistou a sua legalização e pode participar das eleições de 1986 com legenda própria. No entanto, acabou sendo “derrotado dentro do próprio campo que escolhera para atuar” (PINHEIRO, 2014, p.57), o campo eleitoral. Sua atuação baseou-se naquilo que Pinheiro chama de “pedagogia da negociação”. Uma negociação em prol de uma transição para a democracia no Brasil. No entanto, a transição proposta pelo aliados escolhidos pelos comunistas era uma transição conservadora. E assim, o Partidão tornou-se refém da estabilidade política do bloco no poder, ou seja, da hegemonia da burguesia. Por outro lado, com o PT na época parecia mais claro que a luta pela hegemonia precisava da classe trabalhadora independente. Assim, o adversário dos comunistas na disputa pelo apoio da classe trabalhadora, o PT, pode não ter se consagrado campeão de votos em comparação com os partidos da Aliança Democrática apoiada pelos comunistas, mas mostrou-se, principalmente em relação ao PCB, uma alternativa política de esquerda mais forte. E tanto no campo escolhido pelo adversário, o eleitoral, quanto no plano sindical.

#### IV) Conclusões.

Durante o período pesquisado vimos uma disputa entre dois partidos ligados à classe trabalhadora que reivindicavam ser seus representantes. PT e PCB tinham em comum o desejo de se tornarem, cada um ao seu modo, o principal intelectual orgânico dos trabalhadores. A tática pecebista de se aliar a um dos partidos da classe dominante, o PMDB, servindo como ponto de apoio para que este se fortalecesse e conduzisse a sociedade para a democracia de forma mais segura tornou-se para o partido um grande problema. Se por um lado a transição conservadora conduzida pela Aliança Democrática foi um sucesso, por outro lado o Partidão tornou-se um micropartido com pouca expressão na vida partidária nacional e também no movimento sindical. Inclusive nesta, o partido ajudou a fundar a CGT em 1986 (logo após o estabelecimento do Plano Cruzado) e assim acabou ainda por produzir mais uma divisão no seio das classes trabalhadoras, e logo o PCB que pregava a unidade sindical e combateu a formação da CUT. Concretizada a divisão a partir da construção da segunda central dos trabalhadores, o PCB continuava defendendo que os trabalhadores precisavam de unidade, agora das duas centrais. Em nome da unidade, em prol da transição democrática e da legalização de sua sigla, o PCB perdeu espaço entre os trabalhadores, ajudou a dividi-los e acabou, mais tarde, por se dividir também e praticamente desapareceu do cenário político.<sup>131</sup>

Além disso, o PCB acabou por ter que ver o seu adversário na disputa pelo apoio dos trabalhadores, o PT, tornar-se o principal partido de oposição. Com a tática do confronto em relação aos dois tipos de partidos que se colocavam em defesa do capitalismo, os de cunho liberal e os ditatoriais, o PT foi conquistando o apoio de diversos segmentos das classes trabalhadoras, inclusive de parte de suas lideranças filiadas ao PCB<sup>132</sup>.

Em um período de luta contra a ditadura em que a sociedade diversas vezes foi às ruas em defesa dos direitos democráticos, a tática do confronto conduzida pelo PT mostrou-se mais próxima de parte da sociedade que ia para as ruas do que a tática conciliatória do PCB. Assim, parece que este partido não formulou propostas que permitissem aos trabalhadores

---

<sup>131</sup> O partido que em 1946 obteve 10% dos votos para o seu candidato à presidência e que elegera 14 deputados federais além do senador Luiz Carlos Prestes. (Cf. RODRIGUES, 2011, p. 27). Naquele momento, nem Prestes, principal nome do PCB durante anos, não se encontrava mais no partido e declarava, em 1986, que apenas o PT e o PDT eram os únicos partidos de oposição ao governo (Cf. PRESTES, 2014, p. 144).

<sup>132</sup> O mesmo ocorreu na relação de disputa entre a CUT e a CGT. Diversos setores do PCB que atuavam na CGT foram atraídos pela CUT, ocorria dentro do PCB o crescimento de uma tendência pró-CUT. O líder comunista Hercules Corrêa chegou a dizer que “(...) O que está ocorrendo é o crescimento dessa paixão aguda de comunistas pelo vanguardismo da CUT(...)”. (citado por Santana, p.275). Mais tarde, em 1990, o PCB passará a integrar a CUT.

realizarem o desejo de participação ativa que muitos mostravam ter. Tirando a defesa eventualmente de uma greve ou outra e da defesa do congelamento no período do Plano Cruzado (quando o partido tornou-se mais um fiscal do Sarney), o PCB mostrou-se mais um partido da ordem pacífica do que um partido desejoso de organizar as classes trabalhadoras em prol de se tornarem uma classe independente da burguesia. Pareceu-nos, na verdade, que apesar de se colocar como um partido marxista, o PCB tornara-se mais um partido em defesa da ordem em uma sociedade que se ordenava pela lógica do capitalismo e, assim, a agremiação comunista aproximou-se mais dos que desejavam conservar o capitalismo do que combatê-lo. O Partido, neste sentido, tornou-se conservador- mostrando que, neste caso, o dito popular “me dizes com quem andas e direi quem és” se mostra correto. Apesar do discurso em prol do socialismo, o que se viu foi uma defesa da ordem para que houvesse uma transição pacífica, e conservadora, uma “transição transada”, como denunciava o intelectual marxista Florestan Fernandes eleito em 1986 para participar da Constituinte pelo PT.

Já este outro partido, por sua vez, teve um crescimento contínuo, apesar de ter que lutar contra seus adversários comunistas dentro do movimento dos trabalhadores e ter que ver estes apoiando o fortalecimento da oposição liberal representada pelo PMDB. Apoio que foi dado até mesmo quando o PMDB tornou-se governo, fazendo da sigla comunista um partido governista fora do governo e rejeitado em boa parte pelos governantes. O PT, por sua vez, viu seu crescimento ser constante a ponto de conseguir chegar ao segundo turno da primeira eleição para presidente após o golpe empresarial-militar de 1964. O Partido que elegera tão somente oito deputados em 1982 e que acabou por eleger apenas dezesseis constituintes nas eleições de 1986 acabou por ultrapassar na disputa presidencial os partidos que faziam parte da Aliança Democrática, o PMDB e o PFL. Ultrapassou também o partido da ordem ditatorial, o PDS, a legenda trabalhista, PDT, e mais uma vez o PCB com a sua candidatura a presidente do deputado Roberto Freire<sup>133</sup>. Terminou por ter o apoio no segundo turno do PDT de Brizola, do PSDB (formado um pouco antes por membros do PMDB, entre eles Fernando Henrique e Mario Covas). Também obteve o apoio do PSB, integrante junto com o PT da

---

<sup>133</sup> O mesmo que logo depois, em 1991, luta pela extinção do partido. Segundo Santana, o PCB estava dividido entre as tendências de renovadores “que queriam a mudança do nome e do símbolo e, principalmente, da política do partido (baseando-se no socialismo democrático)” e dos ortodoxos que, apesar de aceitarem as críticas defendiam a permanência das tradições e da política comunista. A primeira tendência criou o PPS com a liderança de Roberto Freire que, tendo a guarda do registro do nome, tentou impedir o uso da sigla “PCB” pelos oponentes os quais só conseguiram após uma disputa judicial. (Ver SANTANA, PP 289-290) Assim, não só criava um novo partido, mas tentava extinguir a sigla nascida em 1922, mais do que renovadores”, poderíamos denominá-los de “liquidacionistas”.

chapa Frente Brasil Popular e... do PCB. Ou seja, a sigla comunista acabou apoiando seu adversário em uma clara declaração momentânea de rendição.

Um partido, como nos mostrou Gramsci e dissemos no início desta dissertação, tem o papel fundamental de produzir e difundir na sociedade as ideologias dos grupos fundamentais aos quais está vinculado, tentando torná-las hegemônicas. Não seria um equívoco concluir que a ideologia propagada pelo PCB serviu mais para os partidos da ordem capitalista, aos partidos da classe empresarial e dos latifundiários, do que aos trabalhadores. Estes vinham desde 1977 se predispondo à luta sindical e a se organizarem, portanto, pareciam querer mais do que o que era proposto pelo PCB, uma transição pacífica (por isso a tendência a limitar as lutas dos trabalhadores) e conservadora do sistema ditatorial que os explorava e reprimia para uma democracia<sup>134</sup> que preservaria, porém, a dominação e a exploração empresarial e dos latifundiários. Os trabalhadores em seus setores mais combativos mostravam querer mais, desejavam uma transição para uma democracia que ajudavam a arrancar dos militares e governos empresariais de forma que pudessem intervir não apenas na transição democrática, mas na construção de outro tipo de sociedade sem a exploração que sofriam. Assim, muitos foram para o enfrentamento proposto pelo PT se revigorando e fortalecendo, ao mesmo tempo, este mesmo partido. Parece que na disputa entre as duas siglas, o Partido dos Trabalhadores foi mais eficiente na conquista do apoio dos trabalhadores ou, como diria Trotsky<sup>135</sup>, pela conquista da confiança dos trabalhadores.

---

<sup>134</sup> Como conclui em seu livro o sociólogo Marco Aurélio Santana, “equivocadamente ou não, o partido lutou pela consolidação e manutenção da democracia burguesa, pois via nela sua única chance de evitar o quadro de vitimação, ao qual era historicamente submetido.” (SANTANA, p. 299)

<sup>135</sup> Ver nota número 2 onde, através de algumas citações mostramos a importância dada pelo revolucionário russo e fundador da IV Internacional à luta “para ganhar influência sobre a classe operária” através da conquista da sua confiança: “trata de ganhar a confiança da classe operária e, sobretudo, do setor organizado dos sindicatos.”

## Bibliografia:

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida 1979-1989*. Niterói, 2000. Tese (doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2000.
- AMARAL, Oswaldo E. do. *A Estrela não é mais Vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo, Garçonni, 2003.
- ASSIS, Machado. Quincas Borba. In: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/romance/marm07.pdf>
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida no meio*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BAER, Werner. *Declínio e Queda do Cruzado*. BAER, Werner. *Economia Brasileira*. São Paulo, Nobel, 2002.
- BRANDÃO, Marco Antonio. *O Socialismo Democrático do Partido dos trabalhadores: a História de uma utopia (1979-1994)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1993. Volumes 1 e 2.
- BUCCI- GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTRO, Lavinha Barros de. *Esperança, frustração e Aprendizado: A história da Nova República (1985-1989)*. In: GIAMBIAGI, Fabio et AL. (org.) *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- CHESNAIS, François. *A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense*. In: CHESNAIS, François et AL. *Uma Nova Fase do Capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.
- COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda Para o Capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Niterói, 2005. Tese (doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- DELGADO, Lucília. *Diretas-já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis Ação Política, Poder e Golpe de Estado: Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O Jogo da Direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DUPAS, Gilberto. *Crise Econômica e Transição Democrática, 83/86: A Delicada Trajetória Brasileira*. São Paulo: Klaxon, 1986.
- FARIA, Marcos Moutta. *Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição à História do Trotskismo no Brasil. A Experiência do Movimento Convergência Socialista*. Dissertação (mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez, 1989.

- GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a Lógica da Diferença*. Niterói, 2000. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2000.
- \_\_\_\_\_. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O PT e a Revolução Burguesa no Brasil*. In: [www.pcb.org.br](http://www.pcb.org.br)
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Que Tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986, 2ª edição.
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. *Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.
- KECK, Margaret E. *PT: A Lógica da Diferença*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEAL, Murilo. *À Esquerda da Esquerda: Trotskistas, Comunistas e Populistas no Brasil Contemporâneo, (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003).
- LEMONS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura no Brasil – elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964*. In: [www.academia.edu](http://www.academia.edu)
- LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LOPES, Francisco. *O Choque Heterodoxo: Combate à Inflação e Reforma Monetária*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MACIEL, David. *A Aliança Democrática e a transição política no Brasil*. In: PINHEIRO, Milton et al. *Ditadura: O Que Resta Da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado: 1980-2005*. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MENDONÇA, Sonia e FONTES, Virgínia M. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo, Ática, 2001
- MENEGUELO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MONDIANO, Eduardo. *A Ópera dos Três Cruzados*. In: ABREU, Marcelo da Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Da Inflação ao Cruzado: a política econômica no primeiro ano da Nova República*. Rio de Janeiro: Campus, 1986
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O MDB e as esquerdas*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

- OLIVEIRA, Fabrício e JR, Geraldo. As Finanças Públicas da Nova República in Política Econômica da Nova República, org.: CARNEIRO, Ricardo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. *O Cruzado e o Austral: Análise das Reformas Monetárias do Brasil e da Argentina*. São Paulo: Atlas, 1986.
- PINHEIRO, Milton et al. *Ditadura: O Que Resta Da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PINHEIRO, Milton. *Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição*. In: PINHEIRO, Milton et al. *Ditadura: O Que Resta Da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. Luiz Carlos Prestes e a luta pela democratização da vida nacional após a anistia de 1979. In: PINHEIRO, Milton et al. *Ditadura: O Que Resta Da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é Quem na Constituinte, Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*, São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.
- \_\_\_\_\_. Socialismo, comunismo, corporativismo... PT! (Artigo) In: INTERESSE NACIONAL, ano 4, Número 14, Julho-Setembro de 2011, São Paulo: DPA Cons. Editoriais Ltda.
- SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: os comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, João de Almeida. *O princípio da Hegemonia em Gramsci*. Lisboa: Veja, s.a.
- SECCO, Lincoln. *História do PT 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional, Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.
- SILVA, Fabricio Pereira da. *Utopia Dividida: Crise e Extinção do PCB (1979-1992)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ, 2005.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A Modernização Autoritária: Do Golpe Militar à Redemocratização 1964 -1984." In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SINGER, Paul. *O Dia da Lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado*. São Paulo: brasiliense, 1987
- SINGER, Paul. *Preços e Salários no Tratamento de Choque*. In: BRAGA, Carlos Alberto Primo et al (orgs.). *Plano Cruzado: a Visão de Economistas da USP*. São Paulo: Pioneira, 1986.
- SOUZA, Nilson Araújo de. A economia da Ditadura e da Transição. In: PINHEIRO, Milton et al. *Ditadura: O Que Resta Da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- TAVARES, Maria da Conceição e MELIN, Luiz Eduardo. *A Reafirmação da Hegemonia Norte-Americana*. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (horas.). *Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização*. São Paulo: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. e ASSIS, J. Carlos. *O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, 2ª edição.
- TEXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT? Do classicismo ao sindicalismo social-liberal (1978-2000)*. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- TROTSKY, Leon. *Stalinismo e Bolchevismo: Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional*. Volta redonda, 2003, editado pela Liga Quarta-Internacionalista do Brasil.
- \_\_\_\_\_. *Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista*. Volta redonda, 2001, Editado pela Liga Quarta-Internacionalista do Brasil.
- \_\_\_\_\_. *Uma discussão necessária com nossos camaradas sindicalistas*, in TROTSKY, Leon. *A Concepção Marxista do Sindicato*. Datacopy Editoração Ltda, 2ª Ed. 2002.

Documentos:

Folha de São Paulo, 22 de abril de 1984.

Folha de São Paulo, 07 de fevereiro de 1986, p. 5.

Folha de São Paulo, 10 de fevereiro de 1986, p. 10.

Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1986. Página: 2; 17 de fevereiro de 1986. Página:2

Jornal da CUT, Ano I, Nº 0, Setembro de 1983.

Decreto-lei 2.283: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De12283.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12283.htm).

PRESTES, Luís Carlos. *Carta aos Comunistas*, 1980. IN:

<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>

O PCB na luta pela democracia (1983-1985). São Paulo: Novos Rumos: 1985.

Voz da Unidade de janeiro de 1980 a dezembro de 1986.

Diretório Nacional do PT (org.). Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.